

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS – PPGICH**

DANIELA GLÓRIA CANTO

**COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PARINTINS-AM: Dinâmicas organizacionais
em Nossa Senhora de Nazaré, região do Zé Açu.**

**MANAUS/AM
2020**

DANIELA GLÓRIA CANTO

EXAME DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO MESTRADO:

**COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PARINTINS-AM: Dinâmicas organizacionais
em Nossa Senhora de Nazaré, região do Zé Açu.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH, da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

ORIENTADORA: PROF. DRA. JOCILENE GOMES DA CRUZ
COORIENTADORA: PROF. DRA SANDRA HELENA DA SILVA

MANAUS/AM
2020

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

232c Canto, Daniela Glória
COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PARINTINS
AM : Dinâmicas organizacionais em Nossa Senhora de
Nazaré, região do Zé Açú. / Daniela Glória Canto. Manaus
: [s.n], 2020.
112 f.: color.; 29 cm.

Dissertação - PGSS - Mestrado Interdisciplinar em
Ciências Humanas (Mestrado) - Universidade do Estado
do Amazonas, Manaus, 2020.

Inclui bibliografia

Orientador: Dra. Jocilene Gomes da Cruz

Coorientador: Dra. Sandra Helena da Silva

1. Comunidade tradicional. 2. Conservação Ambiental.
3. Organização social. 4. Cultura. 5. Ambiente. I. Dra.
Jocilene Gomes da Cruz (Orient.). II. Dra. Sandra Helena
da Silva (Coorient.). III. Universidade do Estado do
Amazonas. IV. COMUNIDADES TRADICIONAIS EM
PARINTINS-AM

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

DANIELA GLÓRIA CANTO

**COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PARINTINS-AM: Dinâmicas organizacionais
em Nossa Senhora de Nazaré, região do Zé Açu.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH, da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Dissertação defendida e aprovada no dia 10 de julho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª. Jocilene Gomes da Cruz. Presidente.
Universidade do Estado do Amazonas

Prof^ª Dr^ª Edilza Laray de Jesus. Membro Interno.
Universidade do Estado do Amazonas

Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo. Membro externo
Universidade do Estado do Amazonas

MANAUS/AM
2020

Dedicatória

A minha mãe Raimunda Glória Canto, por todo carinho e incentivo depositado em mim. Por sempre se orgulhar de minhas conquistas acadêmicas e, principalmente, pelo seu amor incondicional. Não conseguimos nada sozinhos, e a senhora foi minha força quando pensei que não conseguiria mais. Obrigada meu grande Amor!

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo mistério e a fé que nos move a acreditar em um mundo melhor, com justiça e responsabilidade social.

Aos meus pais, Raimundo Canto e Raimunda Glória, por fazer acreditarmos na educação e na sede de conhecimento. Obrigada pelas orações em todas as noites que passamos distantes e também, por sempre com humildade e honestidade, ensinar-nos o caminho do amor.

As minhas irmãs e amigas, Sinthia, Glenda, Karol e Paty, pela força e apoio em todos os momentos. De forma especial, a você Paty, por vender sua televisão para ajudar-me (rs), nunca esquecerei tal gesto, pela ajuda na reta final e por sempre me ouvir. Em memória, ao meu irmão Rildo. Sou muito grata por ter vocês em minha vida.

Aos meus sobrinhos, Maria Eduarda, Gabriel e meu afilhado/sobrinho Ryan por darem alegria aos meus dias, amo vocês!

À professora orientadora, Jocilene Gomes da Cruz, por me apresentar ao universo da pós-graduação e comigo estar até o final. Sempre a admirei como profissional e serei grata por sua presença nessa experiência que marca profundamente minha vida. Suas orientações para além da academia foram, para mim, oportunidades de grandes aprendizados.

À minha coorientadora, Sandra Helena da Silva, por estar comigo desde a graduação e não soltar as minhas mãos, sempre com palavras doces e sábias acalentou meu coração tantas vezes angustiado. Serei eternamente grata pelo privilégio de tê-la como professora.

À comunidade Nossa Senhora de Nazaré, por me receber sempre com muita alegria e disponibilidade, em especial, ao Sr. Onezinho e dona Francisca, que sempre me buscaram em seus motores rabetas para chegar ao meu destino. Não seria possível sem vocês.

Às pessoas amigas, pelas palavras e carinho, pelas experiências trocadas no decorrer dessa trajetória, e pelo incentivo fazendo sempre acreditar que era possível, de forma muito especial, a vocês: Deise Nilciane, Kelly Guimarães, Denise Soares, Jucimara Canto, Patrício Ribeiro, Eliza Cardoso, Cassia Vieira, Wendell Badeira, Jean Reis. Serei grata!

Ao Pedro, pelo apoio e por aceitar minhas escolhas, ainda que não nos fossem favoráveis. Fizeste muito por mim. Grata!

A CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão de bolsa na modalidade de Mestrado, contribuindo para concretização dessa pesquisa.

Ao PPGICH, em especial, à turma de mestrandos de 2018 e aos professores que dividiram conhecimentos comigo no decorrer das disciplinas. Quando se adentra em curso de Ciências Humanas, expectativas são criadas para além de leituras obrigatórias e do produtivismo adoecedor, é um compromisso de ampliação do olhar para com as responsabilidades sociais. Por fim, seguimos acreditando. Salve Paulo Freire!

A todas e demais pessoas que contribuíram de forma direta e indiretamente para a construção deste trabalho e na minha formação acadêmica, o meu profundo carinho e reconhecimento.

“Somos assim colocados diante das escolhas: ou continuarmos a ignorar o processo de ‘saques e predação’, ou coletivamente criarmos resistências para fortalecer as vozes que denunciam a forma de ser do sistema e buscam desenvolver os valores da troca e da solidariedade entre os povos, principalmente em vista das gerações futuras”.

SCHONS

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar as dinâmicas organizacionais na comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açú, município de Parintins/AM, em suas dimensões ambientais, sociais, políticas, econômicas e culturais. A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, proclamada em 2003 pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO promulga no Art. 12 o “Respeito pela diversidade cultural e do pluralismo”; e no Art. 17 a “Proteção do meio ambiente, da biosfera e da biodiversidade” fortalecendo os debates sobre a importância da conservação ambiental para os povos e comunidades tradicionais. A Amazônia é referência nas lutas pela conservação ambiental. Por se tratar de uma extensa região com rica diversidade sociocultural, as pesquisas nas diversas áreas, em especial nas ciências sociais são necessárias, pois possibilitam evidenciar as peculiaridades e particularidade que a envolve. O interesse pela temática surgiu a partir de trabalhos realizados junto à Incubadora Amazonas Indígena Criativa-AmIC, no período de 2015 a 2017. A AmIC é um projeto da Universidade Federal do Amazonas, campus Parintins, na oportunidade, foi possível ter o contato com a Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açú, *locus* do estudo. Para tanto a pesquisa teve como questões norteadoras e bases as seguintes problematizações: como a comunidade se estrutura em suas dinâmicas sociais, culturais e ambientais no contexto atual? Quais as estratégias de organização sociopolítica da comunidade em meio aos discursos e práticas desenvolvimentistas? Quais as ações da comunidade referentes ao futuro? De cunho interdisciplinar, a abordagem adotada para o estudo foi por meio de pesquisa qualitativa, reportando-se aos fatos e percepções dos sujeitos quanto à vida em comunidade e sua organização sociopolítica, considerando a cultura e o ambiente. O método utilizado é o Estudo de Caso, de acordo com Yin (2005). Na Amazônia existem diversas comunidades tradicionais, no município de Parintins são 185, o estudo de caso nesse sentido tem a Comunidade Nossa Senhora de Nazaré como unidade de análise, configurando-se como projeto de caso único. Para o delineamento do estudo foi utilizado pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. As análises em campo tornaram-se viáveis por meio de registros fotográficos, entrevistas semiestruturados, observação e grupo focal. Os passos metodológicos foram de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa e suas reflexões. Os resultados da pesquisa possibilitaram perceber a resistência da comunidade Nossa Senhora de Nazaré, que mesmo em meio a projetos desenvolvimentistas e capitalistas impostos pelo sistema econômico vigente, cria estratégias de organização sociopolítica, reivindicando a efetivação de políticas públicas socioambientais que possam suprir a necessidade dos povos e comunidades tradicionais da região, considerando suas particularidades, para garantir seus direitos, desde os básicos (água, saúde, educação, assistência) aos de melhores condições de trabalho e renda e de conservação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades tradicionais; Conservação ambiental; Organização social; Cultura e Ambiente.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the organizational dynamics in the Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açu community, Parintins / AM, in its environmental, social, political, economic and cultural dimensions. The Universal Declaration on Bioethics and Human Rights, proclaimed in 2003 by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO promulgates in Art. 12 the “Respect for cultural diversity and pluralism”; and in Art. 17 the “Protection of the environment, the biosphere and biodiversity” strengthening the debates on the importance of environmental conservation for traditional peoples and communities. The Amazon is a reference in the struggles for non-environmental degradation. As it is an extensive region with a rich cultural diversity, research in different areas, especially in the social sciences, is necessary, as it makes it possible to highlight the peculiarities and particularities that surround it. The interest in the theme arose from works carried out with the Incubator Amazonas Indígena Criativa-AmIC, in the period from 2015 to 2017. AmIC is a project of the Federal University of Amazonas, Parintins campus. Community of Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açu, locus of the study. For this purpose, the research had as guiding questions and bases the following problematizations: how is the community structured in its social, cultural and environmental dynamics in the current context? What are the community's socio-political organization strategies in the midst of developmentalist discourses and practices? What are the community's actions regarding the future? An interdisciplinary approach, the approach adopted for the study was through qualitative research, reporting on the facts and perceptions of the subjects regarding life in community and its socio-political organization, considering culture and the environment. The method used is the Case Study, according to Yin (2005). There are several traditional communities in the Amazon, in the municipality of Parintins there are 185, the case study in this sense has the Nossa Senhora de Nazaré Community as the unit of analysis, configuring itself as a single case project. To design the study, bibliographic, documentary and field research were used. Field analysis became viable through photographic records, semi-structured interviews, observation and a focus group. The methodological steps were of great relevance for the development of the research and its reflections. The results of the research made it possible to perceive the resistance of the Nossa Senhora de Nazaré community, which, even in the midst of developmental and capitalist projects imposed by the current economic system, creates strategies of socio-political organization, claiming the implementation of public socio-environmental policies that can supply the needs of the peoples. and traditional communities in the region, considering their particularities, to guarantee their rights, from the basics (water, health, education, assistance) to those with better working and income conditions and environmental conservation.

KEYWORDS: Traditional communities; Environmental Conservation; Social organization; Culture and Environment.

LISTA DE SIGLAS

AMANAZARÉ - Associação de Moradores, Pescadores e Agricultores da Agricultura Familiar.

AMIC - Incubadora Amazonas Indígena Criativa

ASPROZARÉ - Associação de Produtores Rurais de Nazaré

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

COOPAZÇU - Cooperativa de Agroturismo e Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental das Comunidades do Zé Açú

COOPAZÇU - Cooperativa de Agroturismo, Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental das Comunidades do Zé Açú

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializada em Assistência Social

GRANAV - Grupo Ambiental Natureza Viva

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERAM - Instituto de Terras do Amazonas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PIB - Produto Interno Bruto

PTDRS - Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável

UEA - Universidade do Estado do Amazonas

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 01: Mapa da região do Baixo Amazonas	23
Quadro 1: Comunidades Rurais no Município de Parintins.....	34
Figura 02: Localização geográfica da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré.....	41
Figura 03: Embarcações de recreio e conduções próprias dos moradores.....	43
Figura 04: Imagens da Com. Nossa Senhora de Nazaré..... a) Igreja; b) Escola; c) Campo de futebol; d) Centro cultural	44
Figura 05: Pescador no lago do Zé Açú.....	49
Figura 06: Indumentárias folclóricas	51
a) Boi Dengozinho; b) vestido da sinhazinha; c) cavalinho da vaqueirada	
Figura 07: Áreas desmatadas no entorno da Comunidade.....	61
Figura 08: Imagem panorâmica da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré.....	63
Figura 09: Trabalho de campo realizado com imagens de drone..... a) Entrada do lago Zé Açú; b) Imagem da comunidade e seu entorno; c) Campo de criação de gado; d) Buraco de areia explorado.	66
Figura 10: Plantio de mandioca.....	69
Figura 11: Tratamento da mandioca e produção de farinha..... a) Maceração da mandioca; b) Processo de escoação; c) Preparo da farinha	70
Figura 12: Pesca no lago.....	72

Figura 13: Casa de um comunitário.....	77
Figura 14: Festa em honra à padroeira da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré.....	83
Figura 15: Reunião dos comunitários onde foi apresentada a nova proposta de associação.....	86
Figura 16: Reunião da cooperativa junto à comunidade.....	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. CAPITULO I - A REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	22
1.1 BAIXO AMAZONAS: Aspectos históricos, geográficos e sociais.....	23
1.1.1 Comunidades tradicionais no Amazonas.....	26
1.2 COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PARINTINS: Considerações sobre a comunidade Nossa Senhora de Nazaré, do Zé Açu.....	33
1.2.1 Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açu: aspectos sociais, econômicos e culturais.....	40
2. CAPÍTULO II – CONSERVAÇÃO AMBIENTAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: Reflexões na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré.....	53
2.1. AMAZÔNIA: A conservação ambiental em meio a lógica de “desenvolvimento” e sustentabilidade.....	56
2.2. COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ: Cultura tradicional x exploração predatória.....	62
3. CAPÍTULO III -- ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DO ZÉ AÇU, PARINTINS/AM, FRENTE À ORDEM DO CAPITAL.....	75
3.1 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A ORDEM DO CAPITAL: Desafios e perspectivas na comunidade Nossa Senhora de Nazaré.....	78
3.2 AS INSTITUIÇÕES FORMAIS E AS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DO ZÉ AÇU.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXOS.....	99

INTRODUÇÃO

Realizar estudos com comunidades ou populações tradicionais requer sensibilidade na pesquisa para novas formas de conhecimentos. Santos (2002) nos propõe romper com velhos paradigmas para pensar em novos, contribuindo dessa forma para uma teoria crítica contrapondo os “regimes de verdade” que perpassa a história das ciências. Na tentativa de dar voz aos conhecimentos tradicionais produzidos e reproduzidos nos diferentes contextos sociais, entre eles: as comunidades tradicionais, a presente pesquisa teve o objetivo de analisar as dinâmicas organizacionais na comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açu, município de Parintins/AM, em suas dimensões ambientais, sociais, políticas, econômicas e culturais.

A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, proclamada em 2003 pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO promulga os princípios norteados pela dignidade humana, direitos humanos e o respeito pelos seres humanos. Entre eles, destacam-se dois artigos que contribuem com as discussões referentes ao respeito à diversidade cultural e proteção ambiental. São eles: o Art. 12 “Respeito pela diversidade cultural e do pluralismo”; e o Art. 17 “Proteção do meio ambiente, da biosfera e da biodiversidade”. Ambos reforçam a importância cultural e ambiental que implica na identidade de um lugar ou de um povo.

Discussões, fóruns e debates no meio sociopolítico, desencadearam movimentos sociais em defesa da cultura e da conservação ambiental, bem como aparatos legais, tornaram possível um olhar diferenciado para as comunidades e povos tradicionais, desvinculando a ideia colonialista que destrói a cultura, o ambiente e a forma de sociabilidade desses lugares e pessoas. Faz-se necessário compreender o ambiente comunitário tradicional como lugar que envolve valores, crenças, artefatos, conhecimentos e práticas, danças e culinárias, fauna, flora, terra e territórios de um povo em um determinado local. Por meio desses aspectos, as comunidades expressam seu modo de vida, sua organização sociopolítica, bem como sua relação ambiental e cultural (DIEGUES, 2001; LEFF, 2009; CHAVES, 2001).

Autores contemporâneos se dedicam a evidenciar a realidade da Amazônia, bem como, suas peculiaridades, ressaltando as riquezas culturais e naturais, a importância de saberes e fazeres e a conservação ambiental de comunidades ou povos tradicionais. (NODA, S. N; NODA, H; MARTINS, A. L. U. 2002; FRAXE, T. J. P 2004; WITKOSKI, A. C 2007; PEREIRA, H. S 2002).

Parintins é um município do Amazonas, conhecido pelo potencial cultural e natural devido as suas extensas florestas, rios de água doce, fauna, flora e de povos que constroem seus modos de vida sabiamente na dinâmica desse lugar. Suas comunidades são representativas da cultura amazônica, da diversidade cultural e apresentam a importância dos recursos naturais para o seu existir.

O interesse pela temática surgiu a partir de trabalhos realizados junto à Incubadora Amazonas Indígena Criativa-AmIC, no período de 2015 a 2017. A AmIC é um projeto da Universidade Federal do Amazonas, campus Parintins, que trabalha com vários segmentos, entre eles: o Turismo de Base Comunitária; Empreendimentos Criativos; e Organização Sociopolítica Sustentável. Na oportunidade, foi possível conhecer a Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açu. Observou-se suas relações sociais, culturais e ambientais, o que nos instigou a pensar, ouvir, refletir e vivenciar a comunidade.

A resistência da comunidade Nossa Senhora de Nazaré, em meio a projetos “desenvolvimentistas” e “colonizadores”, possibilita, para a academia, o privilégio de dar o lugar de fala a essas pessoas que têm muito a ensinar e contribuir com as “sociologias das ausências”, como chama Santos (2002) para os contextos sociais e culturais silenciados durante muito tempo no próprio fazer científico. Essa resistência também se expressa na organização sociopolítica dos comunitários, pois eles lutam, mesmo de forma silenciosa, pela conservação ambiental e reelaboração de suas culturas.

As estratégias de subsistência adotadas pela comunidade para se manter erguida, suscita-nos reflexões. Mesmo diante dos desafios do cotidiano, o ambiente comunitário resiste na prática da pesca, da caça, da plantação de mandioca, nos remédios de plantas medicinais, nas danças de pastorinha, no bozinho da escola, entre outras atividades. É a partir dessas reflexões que se constitui a presente pesquisa, norteada pelos seguintes objetivos específicos: retratar a comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açu, em seus aspectos sociais, econômicos e culturais; identificar a organização dos moradores da comunidade Nossa Senhora de Nazaré, no aspecto relativo à conservação ambiental; desvelar sobre as estratégias das organizações sociais da comunidade Nossa Senhora de Nazaré frente aos desafios impostos pelo sistema capitalista.

Evidenciar as comunidades tradicionais e suas contribuições socioculturais reforça a luta pela diversidade cultural, pois é fundamental em tempos de afirmação de um sistema perverso e destrutivo, que visa o lucro e o monopólio à custa da destruição ambiental e

dizimação de culturas que decorrem em impactos negativos à existência de povos e comunidades tradicionais.

As Ciências Humanas e Sociais têm a responsabilidade de destacar as minorias sociais que vivem às margens de um sistema societário desigual e excludente. As comunidades tradicionais reinventam seu modo de vida enfrentando dificuldades silenciadas no seu cotidiano, não tendo como suprir por vezes suas necessidades básicas (saúde, educação do campo, assistência, previdência), reafirmada na ausência do poder público, por meio da implementação de políticas públicas voltadas para esses espaços.

A presente pesquisa tem como questões norteadoras e bases reflexivas para a realização do estudo as seguintes problematizações: como a comunidade se estrutura em suas dinâmicas sociais, culturais e ambientais no contexto atual? Quais as estratégias de organização sociopolítica da comunidade em meio aos discursos e práticas desenvolvimentistas? Quais as ações da comunidade referentes ao futuro?

Os caminhos metodológicos percorridos para a realização da pesquisa partiram da compreensão em Morin (2001, p.117) quando fala da importância de apreender o ser humano enquanto ser biológico-sociocultural, bem como, os fenômenos sociais que estabelecem ligações, chamando esse processo de complexidade. Compreender essa dinâmica não é dar conta de todas as informações sobre o fenômeno estudado, mas sim de respeitar suas diversas dimensões, contribuindo para o reconhecimento da cultura no cotidiano social, econômico e ambiental dessas comunidades.

De cunho interdisciplinar, o estudo configura-se como um desafio teórico, pessoal e metodológico, como salienta Fazenda (2015). Em 1960, esse tipo de pesquisa ganha espaços na academia, quebrando paradigmas, contribuindo para um olhar dinâmico, não fragmentado e emancipador, considerando a dialética entre os mundos vividos. Para a autora, pesquisa interdisciplinar fundamenta-se na “intersubjetividade de seus elementos constitutivos, vivenciando assim a complexidade” (FAZENDA, 2015, p.16). Partindo dessa perspectiva de formação científica e social, a autora reitera sobre a pesquisa interdisciplinar, que visa de fato o comprometimento do pesquisador com a proposta da pesquisa, traçando diálogos com teorias, as quais contextualizadas com os sujeitos possa contribuir para a compreensão (histórica, política, social e cultural) da realidade que permeia a questão problematizada.

A abordagem adotada para o estudo foi por meio de pesquisa qualitativa, reportando-se aos fatos e percepções dos sujeitos quanto à vida em comunidade e sua organização sociopolítica, considerando a cultura e o ambiente. A metodologia qualitativa interage com o

universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (MINAYO, 2007).

Pela importância da reflexividade das teorias e dos dados, a análise qualitativa destaca-se em pesquisas que não podem ser somente quantificadas, principalmente nas ciências sociais, pois envolvem um universo de relações valores e significados, a exemplo: as comunidades tradicionais. Para Flick (2009, p. 2), essa abordagem é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida.

O método utilizado é o Estudo de Caso que, conforme Yin (2005, p. 19), “representa a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Nessa perspectiva, o autor corrobora ser importante, no processo da pesquisa, a não interferência do pesquisador nos acontecimentos, sendo fidedigno ao que lhe é apresentado na dinâmica da realidade que o mesmo se propôs pesquisar.

Na Amazônia existem várias comunidades tradicionais, 185 delas compõem o município de Parintins. Apesar do número expressivo, as comunidades se diferenciam uma das outras, o estudo de caso nesse sentido tem a Comunidade Nossa Senhora de Nazaré como unidade de análise, configurando-se como projeto de caso único.

Para o delineamento do estudo foi utilizado pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica teve por base livros e artigos científicos sobre cultura, comunidade, comunidades tradicionais, ambiente e organização sociopolítica, corroborando com Gil (2008, p. 50), ao citar que, o aporte bibliográfico é desenvolvido a partir de um material previamente elaborado, podendo ser livros e artigos científicos.

A pesquisa documental foi por meio da análise em coletâneas de leis e de documentos da comunidade contribuindo de forma significativa para caracterização e história da comunidade Nossa Senhora de Nazaré. Para identificar a organização sociopolítica, as atas da Associação (Associação de Moradores, Pescadores e Agricultores da Agricultura Familiar- AMANAZARÉ-) e da Cooperativa (Cooperativa de Agroturismo e Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental das Comunidades do Zé Açú- COOPAZÇU), bem como, os estatutos foram acessados. Também foram analisados os registros da igreja para compreender a formação inicial da comunidade.

A realização da pesquisa de campo tornou viável a aproximação da pesquisadora com a realidade que propõe o estudo, corroborando na “conformação da proposta científica

formulada para as descobertas empíricas e vice-versa” (MINAYO, 2010, p.60). O contato em campo foi possível em comum acordo entre a pesquisadora e a comunidade, facilitado pelos projetos já desenvolvidos pela mesma por meio da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

A pesquisa de campo requer um custo na Amazônia, de forma particular, as logísticas exigem muito do pesquisador, pois o contato com as áreas rurais não é de fácil acesso, e por vezes inseguro. A presente pesquisa aconteceu por intermédio do incentivo de bolsa na modalidade de mestrado, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. O incentivo financeiro contribuiu de forma significativa no desenvolvimento da pesquisa. A locomoção por via fluvial é onerosa e apresenta riscos, algumas viagens foram feitas em pequenos botes com motores rabetas, sem o colete salva vidas, pois é o meio de transporte mais acessível.

Ao todo, foram feitas 10 viagens, saindo de Parintins às 06h00min, passando pela Vila Amazônia, chegando à comunidade por volta das 07h30min. Os dias de vivência na comunidade foram intensos, aconteceram reuniões, que foram possíveis, e visitas nas casas dos comunitários. O retorno à cidade era por volta das 16h30min. Durante a pesquisa de campo, foram utilizadas as técnicas de observação, entrevista semiestruturada, registros fotográficos e grupo focal.

As entrevistas semiestruturadas foram gravadas (com permissão prévia dos sujeitos) para melhor armazenamento de dados, as perguntas abertas foram fundamentais para compreender a forma de ver e pensar o ambiente na perspectiva dos comunitários. A realidade de povos e comunidades tradicionais requer do pesquisador ouvir. A escolha por essa técnica é justificada por mesclar perguntas abertas e fechadas, objetivas e subjetivas, onde os comunitários tiveram a possibilidades de respostas, sentindo-se assim, mais à vontade para discorrer sobre o tema trabalhado.

A observação também foi explorada no decorrer da pesquisa, Fazenda (2015, p.96) corrobora que “a observação deve ser minuciosa e apurada para conseguir ler nas entrelinhas o que o entrevistado não disse”, sendo de grande relevância na compreensão da dinâmica na comunidade.

Os registros fotográficos foram utilizados para captar através das imagens a dinâmica da comunidade, tecendo análises das percepções refletidas nas fotografias. Também se utilizou o diário de campo, o qual fez parte da pesquisa desde o primeiro momento, narrando minuciosamente as impressões percebidas na comunidade.

O grupo focal é uma técnica de pesquisa para coletas de dados que permitem a interação entre as pessoas no grupo (pequenos ou em maior quantidade) com objetivo de discutir sobre um tema determinado pelo pesquisador (MORGAN, 1996, p.130). Essa técnica foi utilizada, em especial, no capítulo II, que discorre sobre “conservação ambiental”, tema do grupo focal. Dessa forma, foi elaborada uma reunião com os comunitários, sendo aplicadas perguntas direcionadas para o grupo, referente aos problemas ambientais enfrentados no decorrer dos últimos anos. Imagens de drone feitas em visitas anteriores foram fundamentais na realização dessa atividade, permitindo as análises do entorno da comunidade e os impactos ambientais na região.

O universo da pesquisa corresponde à comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, situada na zona rural à margem do lago Zé Açu, a 14 km via fluvial da sede municipal de Parintins-AM. Compondo a área rural, a comunidade abriga 86 famílias. O Município Parintins, que abrange o *locus* da pesquisa, está localizado no Estado do Amazonas, a 368,8 km em linha reta, e 420 km via fluvial de distância de Manaus, com um número de população estimada em 114.273 habitantes. (IBGE, 2019).

A comunidade abriga a sede da Cooperativa de Agroturismo e Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental das Comunidades do Zé Açu- COOPAZÇU, responsável pela exploração das atividades voltadas para o turismo, conservação ambiental, e ordenamento da agricultura desde 2014, na tentativa de organizar em uma lógica de desenvolvimento sustentável a manutenção dos patrimônios ambientais e culturais da região. A comunidade também conta com a Associação de Produtores Rurais de Nazaré – ASPROZARÉ, que já realiza atividades há mais de 17 anos em prol da organização comunitária, cabe ressaltar que, ainda em trâmites legais, a associação terá modificações. Passará a se chamar AMANAZARÉ- Associação de Moradores, Pescadores e Agricultores da Agricultura Familiar, a questão é aprofundada no capítulo III.

A escolha pelo *locus* da pesquisa recai na necessidade de compreender as relações culturais, ambientais e sociopolíticas na comunidade, que só pode ser descrito, refletido e pensado a partir da dinâmica de vida dessas pessoas e do ambiente no qual vivem. É na dinâmica cotidiana dessas comunidades que podemos dialogar com os conhecimentos tradicionais, a descolonização de saberes, para pensar outras epistemologias atreladas as questões socioambientais.

Os sujeitos específicos da pesquisa foram os moradores da comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, divididos em dois públicos alvos: as lideranças da comunidade; e

comunitários. Atualmente a comunidade conta com as lideranças da ASSOCIAÇÃO, da COOPERATIVA e da IGREJA, logo foram entrevistados os representantes de cada seguimento. A comunidade possui 86 famílias, porém apenas 10 famílias participaram, por conta da viabilidade e do tempo, já no grupo focal compareceram 12 comunitários na reunião.

Ser fiel a esses passos possibilitou uma melhor exploração dos dados coletados e de uma pesquisa comprometida com o estudo realizado. Não sendo algo fácil, pois o pesquisador precisa estar atento nas transcrições das entrevistas, nas observações e registros fotográficos que exigem desempenho na relação pesquisador/campo.

A presente pesquisa foi submetida à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa- CONEP que tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. Seguindo os critérios éticos, a pesquisa se delineou, recebendo aprovação para sua implementação. Os dados coletados, as imagens e as gravações foram previamente permitidas diante de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE.

A dissertação está organizada em três capítulos. O capítulo I aborda a discussão sobre comunidades tradicionais, compreendendo os processos sócio-históricos que as envolvem, em especial no Baixo Amazonas, com ênfase no *lôcus* da pesquisa que corresponde à comunidade Nossa Senhora de Nazaré, na Região do Zé Açu. Aspectos geográficos, culturais e sociais foram abordados, contextualizando e descrevendo a comunidade. Essa descrição é imprescindível nos trabalhos envolvendo comunidades tradicionais, reforçando as configurações culturais, apontando valores, crenças e costumes intrínsecos às tessituras das relações cotidianas. Todos os capítulos trazem resultados da pesquisa de campo, explorando imagens fotográficas e falas dos comunitários.

O Capítulo II aborda a discussão referente à conservação ambiental, ressaltando a cultura e o ambiente como aspectos fundamentais nesse processo. Compreender a dinâmica ambiental na comunidade Nossa Senhora de Nazaré é também compreender suas demandas socioculturais, que são muitas vezes silenciadas pelas sociedades capitalistas. Evidenciar tais aspectos contribui para o conhecimento da realidade Amazônica, sobretudo nas comunidades tradicionais que buscam estratégias do uso sustentável do ambiente, bem como sua conservação.

O Capítulo III é referente às formas de organização sociopolítica da comunidade frente aos processos desenvolvimentistas e colonizadores. Consideradas minorias sociais por não agregarem um perfil econômico lucrativo, as comunidades tradicionais vivem às margens de

uma sociedade que visa as necessidades do capital, criando formas de resistir. Objetiva-se mostrar como a comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açu vem se organizando e respondendo a essa sociedade que visa exclusivamente o lucro e o “progresso”, em detrimento de culturas e ambiente, criando conflitos socioambientais e socioculturais, destacando o associativismo, o cooperativismo e outros engajamentos sociopolíticos, como alternativas de resistência.

Assim, de acordo com os pontos supracitados, a pesquisa desenvolveu-se, contribuindo para o acervo sobre as comunidades da Amazônia, reforçando o debate sobre ambiente e cultura. A pesquisa aponta a ausência da implementação de políticas públicas que contribua na garantia de direitos sociais e ambientais nesses lugares.

CAPITULO I

A REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Conceituar a palavra comunidade configura-se como um desafio, pois a mesma está atrelada as diversas áreas das ciências: biológica, geográficas e sociais, entre outras. Contudo a base da fundamentação teórica para compreender a palavra comunidade neste trabalho, dá-se por meio das ciências sociais, contextualizando o seu significado e como ele se desenvolve no processo sócio-histórico, em especial, na região amazônica.

Para além de conceituar e compreender a palavra comunidade faz-se necessário apreender o ambiente que esta se configura, sendo um lugar que envolve valores, crenças, artefatos, conhecimentos e práticas, danças e culinárias, fauna, flora, terra e territórios de um povo em um determinado local. Por meio dessas dimensões presentes no ambiente das comunidades os povos expressam seu modo de vida, sua organização sociopolítica, bem como sua relação com o ambiente.

Por se tratar de Amazônia, a discussão contempla aspectos intrínsecos a esses lugares, como a riqueza de recursos naturais, a diversidade cultural composta por pessoas que sempre fizeram parte desses ambientes, bem como de pessoas que migraram de outras regiões por promessas de melhores condições de vida advindas de projetos governamentais, em especial nos anos 70 e 80 do século XX. A relação homem/natureza na Amazônia recebe variadas denominações como: Povos das Águas (NODA, S. N; NODA, H; MARTINS, A. L. U. 2002); Comunidades Rurais (FRAXE, T. J. P 2004; PEREIRA, H. S 2002); Comunidades Ribeirinhas (WITKOSKI, A. C, 2007); Comunidades Tradicionais (ALMEIDA, W. B de. A, 2007). O presente estudo faz referência à denominação de comunidades tradicionais, tendo em vista as legislações e estudos que contemplam esses ambientes, buscando assim reforçar as questões socioculturais, socioambientais e sociopolíticas que envolvem essas comunidades.

O Amazonas é um dos estados que compõe a Amazônia Legal, junto com o Acre, Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão. Pesquisas sobre a Amazônia denotam a abrangência da região, a complexidade e os processos sociopolíticos envolvendo os aspectos supracitados no parágrafo anterior. Daí a importância dessas discussões, problematizando as comunidades tradicionais e seus modos de vida, suas peculiaridades e como isso vem sendo debatido nas esferas governamentais, epistemológicas e políticas.

O Amazonas agrega, em seu território, uma fauna, flora, rios e lagos, solos e paisagens próprias que desperta, desde os tempos imemoriais, a cobiça e a ganância de grupos representativos do capital, cujo único objetivo é a apropriação, a exploração das riquezas naturais e de seus povos. No Amazonas, cada microrregião tem suas particularidades. Neste estudo, destacaremos a região do Baixo Amazonas, especialmente, o município de Parintins, onde fica situada a comunidade de Nossa Senhora do Zé Açú, *locus* da pesquisa.

1.1 BAIXO AMAZONAS: Aspectos históricos, geográficos e sociais.

A região do Baixo Amazonas ocupa uma área de 107.029,60 Km² o que representa 6,8% da área total do estado do Amazonas (1.570.746 Km²). Compreendendo uma microrregião do estado, o Baixo Amazonas é formado por sete municípios: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará, estimando um número populacional de 230.847 habitantes, que corresponde a 7,2% da população do Amazonas (Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável-PTDRS, 2010).



Figura 1: Representação Cartográfica dos Municípios do Baixo Amazonas
Fonte: Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (2007).

A figura 1 indica os municípios que compõem o Baixo Amazonas e suas respectivas localidades. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (2010) no Baixo Amazonas, o clima é equatorial úmido e chuvoso, possuindo variações térmicas de 27°C a 32°C. Os solos da região são formados principalmente por latossolo amarelo. Nos municípios de Urucará, Nhamundá e São Sebastião do Uatumã os solos são do tipo argissolo vermelho-

amarelo, podendo-se encontrar outros tipos de solos. O Baixo Amazonas possui terra firme e terra de várzea com restingas, que são inundadas no período de enchentes dos rios. A rede hidrográfica do Baixo Amazonas é constituída por vários rios, lagos, furos e igarapés. “Dentre os mais importantes corpos de água, está o rio Amazonas, entretanto, no território, há outros rios comumente importantes” (p.28).

A população do Baixo Amazonas encontra-se dividida em urbano e rural, com 114 273 habitantes, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, (2019). A questão do urbano e rural tem sido bastante abordada pelas pesquisas na Amazônia. No entanto, não existe uma definição exata para esses termos, por se tratar de lugares que envolvem características próprias, compreendendo assim sua variação de acordo com a realidade de cada local (SILVA, 2015).

O Baixo Amazonas tem um significativo número da população na área rural. E para isso, faz-se necessário entender o significado de rural, segundo Saquet (2006, p.159):

O rural é marcado, em suas características mais gerais, pela propriedade fundiária intimamente ligada a forças e relações produtivas específicas (como instrumentos rudimentares e o trabalho familiar), indústrias ainda na fase artesanal, divisão do trabalho incipiente, dispersão populacional, relação muito próximas de indivíduos com sua natureza exterior (com significados muitas vezes simbólicos, bucólicos, românticos), relações de vizinhança e ajuda mútua (cooperação), indenitárias (nas linhas e vilas/sedes distritais).

Porém, para o autor o rural e o urbano se relacionam reciprocamente, apesar de apresentar aspectos diferentes. “Um só pode ser compreendido em suas relações com o outro, só vem a ser pelo outro, numa relação complementar, dialeticamente definida” (SAQUET, 2006, p. 160).

Não se pode pensar em adentrar nas comunidades do Baixo Amazonas sem compreender a riqueza sociocultural, ambiental e sociopolítica que a compõe. Os indígenas, primeiros habitantes da região, têm um legado na configuração cultural. Eles vivem em luta constante por seus direitos. Com os processos de colonização, novos grupos sociais são incorporados à Amazônia e suas microrregiões. Podemos destacar a migração nordestina no ciclo da borracha no século XIX, com sua crise por volta de 1920 ocasiona o deslocamento de parte dos seringueiros, caboclos, descendentes de outras etnias, para as beiras dos rios tornando-se agricultores e pescadores, constituindo assim populações ribeirinhas (MONTEIRO, 1981).

O Baixo Amazonas tem em sua formação social indígenas, caboclos e ribeirinhos, estes que detém conhecimentos elaborados e adquiridos na dinâmica cotidiana com os

ecossistemas de várzea e terra firme da região, reproduzidos socialmente. Além da diversidade sociocultural, o espaço geográfico do Baixo Amazonas também é bastante diverso, situando diferentes territorialidades, entre elas: as sedes municipais (cidades); comunidades; agrovilas; planos de assentamentos rurais; unidades de conservação federal, estadual e municipal, incluindo as categorias de unidades de conservação de proteção integral, unidades de conservação de uso sustentável; terras indígenas e áreas de quilombolas (MONTEIRO, 1981).

As áreas destinadas ao uso sustentável exercem um papel fundamental, como aponta Brandão (2016), em especial no processo de perdurabilidade da floresta, e visibilidade das culturas locais, contribuindo no enfrentamento das explorações madeireiras, pesqueiras, entre outras. No Baixo Amazonas podemos perceber unidades de uso sustentável, podendo citar: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Urariá; Parque Estadual Nhamundá; Área de Proteção Ambiental Nhamundá; Floresta Estadual de Maués; Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã e Floresta Nacional de Pau-Rosa. Ao todo, essas áreas abrangem grande parte do território, com 2.002.455,47 hectares, referentes aos assentamentos rurais, o Baixo Amazonas possui dois, localizados nos municípios de Maués e Parintins, abrangendo uma área de 81.239,971 hectares, com capacidade para 2.567 famílias (Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2010).

Quanto aos assentamentos rurais, o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (2010) destaca:

Os relatórios das Oficinas do Programa Território da Cidadania evidenciam que as ações do INCRA não têm contribuído para implantação de ações eficazes de assistência técnica. As principais dificuldades dos assentados, vistos como entraves ao desenvolvimento, estão relacionadas à: infraestrutura coletiva não implantada ou necessitando de melhorias (por exemplo, os ramais e vicinais) e pouca qualificação dos assentados para acessar o crédito do PRONAF. A inexistência de investimentos na melhoria dos assentamentos do INCRA é um dos problemas estratégicos para a promoção do desenvolvimento no território. A superação de problemas relacionados à regularização fundiária, grilagem no entorno e nas próprias áreas, mas condições das estradas, dificuldades na comercialização da produção e na obtenção de crédito, falta de energia elétrica, além de inúmeros conflitos sociais e condição básica para se alcançar o desenvolvimento (p. 36).

A crítica apresentada no Relatório Rural de 2010 ainda é vivenciada nos dias atuais pelos assentamentos, a ausência de políticas públicas para manutenção ambiental e humana desses locais sinaliza o descaso com as pessoas e com o propósito inicial pelo qual foram

criados esses assentamentos. Além dessas problemáticas a região do baixo Amazonas enfrenta outras que envolvem a garantia ao direito à saúde, educação e saneamento básico.

O saneamento básico assegurado pela Lei nº 11.445/2007, referente a serviços de água tratada, coleta e tratamento dos esgotos e resíduos sólidos parece ser um desafio na região, pois o abastecimento de água para consumo da população na zona urbana dos municípios é feito, na maioria das vezes, por poços artesianos que não suprem a demanda do município. Já na zona rural, o consumo, em sua maioria, é feito do próprio rio, com pequenos tratamentos, muitas vezes sem instrução técnica como o hipoclorito de sódio, fervura ou coação (IBGE, 2019).

Para a coleta de esgotos sanitários são utilizados sumidouros, fossas sépticas e privadas higiênicas, cabendo à prefeitura dar o apoio com o tratamento. Nas comunidades rurais, em sua maioria, as famílias usam os sanitários, conhecidos como fossa negra, localizados fora da casa. Esse tipo de fossa é constituído por um buraco no chão em um banheiro de madeira, podendo ser cobertos ou não. Cabe ressaltar que nas sedes municipais também são utilizadas esse tipo de fossa, tais dados são apontados no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (2010), podendo ser comprovado nos dados da pesquisa, uma vez que na comunidade Nossa Senhora de Nazaré todas as casas utilizam esse tipo de fossa.

Do mesmo modo, o Plano de Desenvolvimento Rural (2010) destaca que o lixo se apresenta como uma problemática social e ambiental, uma vez que seu destino é a queimada, principalmente nas áreas rurais, corroborando com os dados da pesquisa. As lixeiras públicas sem tratamento adequado resultam em outros problemas para a população como: doenças, mau cheiro, contaminação do lençol freático, entre outros. Esses desafios são postos às comunidades por agregar uma realidade peculiar da região.

A região do Baixo Amazonas, do qual Parintins se destaca por ser o município mais populoso, é formada pelas populações que vivem nas áreas rurais. Dessa forma, a região é cercada por comunidades tradicionais construindo suas territorialidades¹ intrínsecas as relações culturais e ambientais. (IBGE, 2019).

1.1.1 Comunidades tradicionais no Amazonas

¹ Segundo Saquet (2006, p.62), territorialidades “[...] são todas as relações diárias que efetivamos, (i) materiais, no trabalho, na família, na Igreja, nas lojas, nos bancos, na escola etc. Estas relações, as territorialidades, é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico”

Realizar pesquisas no Amazonas requer a compreensão do seu espaço geográfico em sua formação histórica, social, cultural, política e econômica dentro das dinâmicas das sociedades o que Said (2011) chama de “invocar o passado” para compreender o presente. Consciente de um passado colonial a Amazônia reflete em seu cotidiano marcas de sistemas impostos arbitrariamente em que a cultura tem seu lugar também marcado como “campo de batalha”, como sinal de resistência, principalmente para as populações que habitam nas margens dos rios.

O termo “comunidade” é bastante usado entre as populações do Amazonas. Segundo Silva (2015, p.41), “em grande parte dos espaços rurais no Amazonas utilizamos o termo ‘comunidade’ para nos referirmos às concentrações populacionais da área rural, tanto as localizadas em terra-firme como na várzea”.

De acordo com o contexto histórico do Amazonas, cabe ressaltar que essa denominação de “comunidade” para a maioria desses espaços, veio de bases da Igreja Católica na década de 1960. Por isso, muitas recebem o nome de Santos. Porém, pesquisadores e estudiosos da Amazônia como Charles Wagley (1957) autor da obra “Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos” e Eduardo Galvão (1953), autor da obra “Estudo do sistema de parentesco”, foram de grande importância para pesquisas posteriores sobre comunidade na Amazônia. Apesar de uma abordagem um tanto generalizada, os autores embasaram outras pesquisas. Na década de 1940 e 1950 os autores supracitados já se referiam de “comunidade” aos grupos sociais que moravam nas margens dos rios, mas os ribeirinhos da região só passaram a chamar suas localidades de comunidade com o movimento de Teologia da Libertação e Comunidades Eclesiais de Base, que foi um movimento da Igreja Católica (CERQUA, 1980).

Tonnies (1973), um sociólogo alemão de grande influência teórica no século XX, tem como uma de suas principais obras: “Comunidade e Sociedade”. Nessa obra, Tonnies apresenta como proposta uma teoria de estrutura social baseada na ação, fruto da vontade social. Para ele, comunidade e sociedade têm significados diferentes “tudo o que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto, é compreendido como a vida em comunidade (assim pensamos). A sociedade é o que é público é o mundo” (p.98).

Para Tonnies (1973). o sentido da palavra comunidade está relacionado à essência das interações sociais, denominando esse processo de “vontade natural”, na qual os instintos de origem orgânica têm a tendência de autoconservação e união, contrapondo-se ao sentido de

sociedade denominada de “vontade arbitrária” por agregar caráter deliberativo e racional de domínio público. Para o autor:

A teoria de comunidade se deduz, segundo as determinações da unidade completa das vontades humanas, de um estado primitivo e natural que apesar de uma separação empírica e que se conserva através desta, caracterizou-se diversamente segundo a natureza das relações necessárias e determinadas entre os diferentes indivíduos que dependem uns dos outros (TONNIES, 1973, p.98).

Tonnies (1973) parte de princípios que regem a vida em comunidade entre eles: os laços de consanguinidade, de coabitação territorial e de afinidade, podendo esta ser espiritual ou não. O autor nos ajuda a compreender que o significado de comunidade está na vivência cotidiana e nas relações sociais criadas e recriadas no ambiente em que essas pessoas vivem.

Weber (1987, p.77) chama de comunidade a uma “relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo-ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes”. O autor destaca que o sentido de comunidade parte de fundamentos afetivos, emotivos e tradicionais, que uma vez aliados promovem a união de pequenos ou grandes grupos ligados por questões de parentesco ou não, exercem relações de reciprocidade diante dos meios (sociais, ambientais, econômicos) que são acessíveis a eles.

Diante dos discursos dos autores, não se procura romantizar a vivência em comunidades, uma vez que as relações humanas não sejam sempre harmoniosas, como é possível perceber nos dados da pesquisa, mas evidenciar os modos de vida dessas pessoas e os vínculos criados entre si para manter o lugar e a dinâmica comunitária que se diferem dos modelos ocidentais das grandes cidades.

Bauman (2003, p.34) aponta a solidariedade como um dos pilares de sobrevivência das comunidades, trazendo uma crítica ao individualismo originado de uma “globalização negativa”, para o autor:

se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos.

A vida em comunidade, de acordo com Bauman (2003), é construída e reconstruída a partir das relações entre as pessoas que compartilham de um mesmo lugar, no qual para além do vínculo familiar, existe uma ligação que legitima o cotidiano dessas pessoas. Dentro desse

sistema chamado comunidade, prevalece à partilha e as relações sociais, apontando a identidade e a cultura das pessoas, bem como suas relações com o ambiente vivido.

O sentido de comunidade não pode ser simplificado em uma definição ou conceito, envolve aspectos sociais, culturais e ambientais de um determinado lugar. Dessa forma, compreender o significado de comunidade é um desafio ainda hoje para as ciências humanas e sociais quicá o conceito de comunidades tradicionais.

A palavra “tradicional” é bastante discutida em pesquisas pela proporção paradigmática que ganhou nas ciências por se remeter a concepções de imobilidade, estagnação. Existe um movimento nas sociedades, seja ele político, cultural, ideológico, entre outros que nos permite pensar no termo tradição de maneira diferente. Assim, o tradicional ao qual nos referimos está relacionado ao pensamento de Sahlins (1997) e Hobsbawm (1984) quando abordam as tradições culturais atreladas à dinâmica das sociedades, podendo estas passar por transformações.

De maneira geral, é isso que acontece, mas é preciso que se evite pensar que formas mais antiga de estrutura de comunidade e autoridade e, conseqüentemente, as tradições a elas associadas, eram rígidas e se tornaram rapidamente obsoletas; e também que as “novas” tradições surgiram simplesmente, por causa da incapacidade de utilizar ou adaptar as tradições velhas (HOBSBAWM, 1984, p. 13).

Hobsbawm (1984) chama esse processo de “invenção das tradições”. No entanto, o autor não descarta as tradições ditas “genuínas”, destacando não ser necessário inventar velhos usos ou costumes, o que não se pode é negar o estreitamento de fronteiras e as dinamicidades políticas e econômicas, em que a “modernidade” ou a “pós modernidade” apresentam-se para diferentes grupos sociais tradições culturais, podendo estes modificar-se.

Tais apontamentos nos ajudam a pensar no conceito de “comunidades tradicionais” relacionados a uma reflexão cultural, onde haja sentimento de pertencimento do lugar e responsabilidade ambiental com futuras gerações. A escolha de usar o termo “comunidade tradicional” também acontece pelo fato deste termo estar associado a instrumentos legais do Governo Federal, havendo a necessidade de evidenciar as questões relacionadas a essa temática. De acordo com Diegues (2004, 87-88), uma comunidade pode ser considerada tradicional pelos seguintes aspectos:

- Dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;

- Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- Moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- Reduzida acumulação de capital;
- Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- A tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina todo o processo de trabalho até o produto final;
- Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- Auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

O autor delinea aspectos que contribuem para a identificação do que seria uma comunidade tradicional potencializando a relação do ser humano com o ambiente em que vive, criando assim um sistema de representações.

O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (1989), em seus estudos na Amazônia, faz referência aos povos e comunidades tradicionais partindo da autodesignação. Ou seja, desde que os grupos sociais se reconheçam como povos e comunidades tradicionais, devem ser tratados como tal.

Para Almeida (2007), apesar de os dispositivos jurídicos disporem de vários termos (populações indígenas; populações tradicionais; populações extrativistas; comunidades indígenas; comunidades tradicionais, entre outras) utilizados para designar os grupos sociais de diferentes culturas e identidades, existe uma autonomia defendida por esses grupos na forma como eles se apresentam. A Convenção Nacional nº169 deu esse espaço de debate possibilitando reflexões, compreendendo que “o critério de distinção dos sujeitos é o da consciência, ou seja, da auto-definição. Em outras palavras, é o que o sujeito diz de si mesmo, em relação ao grupo ao qual pertence” (ALMEIDA, 2007, p. 45).

Almeida (1989, p.5) revela ser necessária a organização desses grupos, denominado pelo autor como minorias, para que haja “força social” diante dos “aparelhos de poder”. O autor nos remete à luta pela terra, pela cultura e pela existência desses grupos frente a projetos

desenvolvimentistas impostos pelo modelo de produção capitalista. Nessa perspectiva, o autor conduz a discussão de povos e comunidades tradicionais como contribuição às conquistas legais concernentes a esses grupos, nas quais elas possam reconhecer-se e atribuir suas especificidades evitando noções desses coletivos de forma genérica.

O Decreto N° 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, sinalizando avanços nas discussões concernentes a essa temática, reconhecendo em seu Art. 3º:

I-Povos e Comunidades Tradicionais: Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Não podemos desconsiderar o quanto foi significativo o reconhecimento legal desses povos e comunidades tradicionais, principalmente para a garantia de direitos inerentes a esses povos e lugares, orientados e elaborados por agências multilaterais como: ONU (Organização das Nações Unidas), OIT (Organização Internacional do Trabalho) e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e a Cultura). No entanto, como a história de outras conquistas legais, essa não foi diferente, tendo como base a luta de diferentes movimentos sociais e ambientais.

Little (2004) destaca o movimento dos seringueiros da Amazônia brasileira, como liderança política dos grupos extrativistas dispersos, conseguindo, com suas reivindicações, significativos avanços legais concernentes às questões socioculturais, territoriais e ambientais.

[...] Por causa de uma série de alianças políticas, particularmente com grupos ambientalistas, e da liderança singular de Chico Mendes, os seringueiros construíram um novo espaço político e, no processo, tomaram-se novos atores sociais no cenário nacional. A partir da realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, em Brasília, suas reivindicações territoriais resultaram na formulação de políticas públicas territoriais e no apoio de diversos setores da sociedade civil internacional, culminando em duas conquistas importantes: o estabelecimento dos Projetos de Assentamento Extrativista na política de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1987, e a criação da modalidade das Reservas Extrativistas na política ambiental do país (Ibama), em 1989 (IEA, 1993). Essas duas modalidades territoriais forneceram um reconhecimento formal por parte do Estado da territorialidade dos extrativistas, constituindo uma demonstração da transformação de uma realidade consuetudinária, mediante uma luta política, em realidade legal [...] (p.273).

O autor resgata acontecimentos fundamentais na luta dos povos e comunidades tradicionais. As áreas de conservação ambiental, que é pauta da luta desses povos, são regidas por um plano de uso aprovados por órgãos federais, estaduais e municipais. Formalmente essas terras pertencem à União, mas são habitadas por diferentes grupos: ribeirinhos; indígenas; quebradoras de babaçu; quilombolas, entre outros que em meio a estratégias do governo de submissão e poder, resistem nesses territórios.

Os diferentes movimentos sociais criaram possibilidades de resistência cultural e ambiental frente ao sistema mercantilizador capitalista. A própria Constituição Federal de 1988 em seu Art. 215, fala sobre a valorização da diversidade étnica e cultural, e o Art. 225 que trata do meio ambiente, sua integridade e conservação, foi fundamental para a inserção de políticas que incluíssem as questões referentes aos povos e comunidades tradicionais.

Para alcançar o Decreto 6.040 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e Comunidades Tradicionais, outras legislações serviram de base, além da Constituição Federal de 1988, podemos citar: o Decreto nº 2.519 de 16 de março de 1998 que promulgou a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro em 5 de junho de 1992; a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural em 2001; o Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção de 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT sobre Povos Indígenas e Tribais; a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais em 2005, e o Decreto de 27 de dezembro de 2004 que cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências, sofrendo alterações em 2006.

Fraxe et al. (2011) aponta em suas reflexões que as comunidades se constituem para além da utilização básica de um determinado espaço de terra, pois há uma ligação na história e na memória das pessoas nas relações para com esses ambientes, envolvendo um sistema cultural simbólico norteando o cotidiano, principalmente das comunidades situadas nas áreas rurais.

Para Lira e Chaves (2016, p. 73), as comunidades tradicionais do Amazonas são conhecidas como comunidades ribeirinhas. De acordo com os estudos das autoras:

Essas comunidades são detentoras de amplo saber sobre o ambiente amazônico e suas diversas formas de uso e manejo. Assim, compreende-se que as comunidades ribeirinhas se apropriam dos recursos florestais, baseado na reciprocidade com a natureza percebendo o tempo ecológico dos recursos naturais para organizar o trabalho na heterogeneidade das diversas formas de utilização dos recursos naturais, tais como: agricultura, criações de pequenos animais, extrativismo animal (pesca e caça) e extrativismo vegetal (madeireiro e não-madeireiro).

As comunidades tradicionais ribeirinhas criam condições próprias de subsistência de acordo com os meios e com o ambiente que vivem. As autoras destacam a influência do rio na vida dessas pessoas, uma vez que a dinâmica ribeirinha é alterada pela cheia e pela seca, sendo o rio o meio de locomoção e de alimento, além do valor simbólico e de representatividade que o mesmo exerce.

Não podemos deixar de enfatizar que mesmo com essas características peculiares, as comunidades tradicionais também acompanham as dinâmicas das sociedades criando relações com os espaços urbanos. Lira e Chaves (2016, p.74) quando destacam que “as comunidades tradicionais precisam estabelecer trocas com a sociedade urbano-industrial para adquirirem acesso a bens e serviços que garantam sua reprodução social”.

Apesar de sofrer influências dos espaços urbanos, as comunidades tradicionais rurais ainda mantêm um sentimento de solidariedade e parentesco muito forte. As relações sociais são determinadas pela coletividade através de associativismos. Em Parintins, as comunidades tradicionais trazem essas características em sua formação, a exemplo a comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açú.

1.2 COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PARINTINS: Considerações sobre a comunidade Nossa Senhora de Nazaré, do Zé Açú.

As comunidades tradicionais rurais do Baixo Amazonas como já sinalizado tem uma forte influência da Igreja Católica, uma vez que na maioria dessas comunidades a igreja contribui na criação e manutenção. Para compreender esse processo, foi possível o acesso ao livro “Clarões da Fé: a Prelazia de Parintins no seu Jubileu de Prata” escrito por Dom Arcângelo Cerqua, reeditado em 2009. Cerqua foi um missionário de grande influência religiosa e política do Baixo Amazonas inaugurando grandes feitos como: escolas, igrejas, hospital e o sistema de rádio até hoje utilizado no município de Parintins.

De acordo com Cerqua (1980, p. 311), a data de fundação das comunidades do Baixo Amazonas e o reconhecimento oficial das comunidades estava atrelada à construção de capelas fundadas pela prelazia² de Parintins a partir de 1955. Antes da Prelazia, existia apenas como comunidade rural em Parintins a capela de Vila Amazônia. Assim, a Prelazia surgia

² De acordo com o Código do Direito Canônico: Cân 370- A prelatura territorial ou a abadia territorial é uma porção do povo de Deus, circunscrita territorialmente, cujo cuidado pastoral, em virtude de circunstâncias especiais, é cometido a um Prelado ou Abade, que a governa como seu pastor próprio, à maneira de Bispo diocesano.

com perspectivas de reunir os caboclos “dispersos no interior” com intuito de catequizá-los. “No fim do ano de 1963 havia já um bom número de comunidades em terreno independente de patrões e comerciantes êxodos, com capela e anexo escolinha, onde o povo vivia em espírito de fé e fraternidade, respirando progresso e dignidade” (CERQUA, 2009, p.301).

Datas apresentadas pelo autor, mostram como foram se configurando as comunidades tradicionais rurais no município de Parintins, com riquezas de detalhes em suas narrativas, o autor destaca:

Um grande número dessas comunidades, particularmente nos primeiros anos, nasceu como Congregações Marianas de homens, com capelas para culto e reuniões formativas. No entanto, em redor de cada capela, não demoraram a surgir escola, campo de jogo, cantina comunitária e etc..., tudo em terreno doado ou vendido à Prelazia; e aos Marianos foram se acompanhando outros movimentos e irmandades, como as Senhoras do Apostolado da Oração, a Cruzada Eucarística infantil, Clubes de Jovens etc...; e foram se organizando em várias atividades comunitárias coordenadas por pessoas responsáveis, qualificadas em cursos administrados pela Prelazia no Centro de Treinamento ou no próprio interior (CERQUA, 1980, p. 311).

Tais aspectos ainda são encontrados na maioria das comunidades. No trajeto de rio, ao passar pelas comunidades, logo podemos identificar a igreja, a escola, e a sede comunitária e o campo de futebol, como referência desses locais, como é o caso da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açú. Porém, apesar da semelhança nas comunidades não podemos generalizá-las e homogeneizá-las, pois existem peculiaridades que as diferenciam.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Parintins, o município tem 185 comunidades tradicionais rurais, mas os dados foram obtidos no ano de 2012, não passando por recentes atualizações de acordo com o quadro 1 abaixo. A maioria dessas comunidades tem o nome de Santo, algumas estão localizadas em zonas de “várzea”, outras em “terra firme”, acompanhando assim os ciclos dos rios na região amazônica. Dessas 185 comunidades, apenas 56 têm acesso por estrada. As demais são acessadas apenas por rio.

COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE PARINTINS				
Nº	COMUNIDADE	LOCALIDADE	Nº de Famílias	ACESSO
1	Harmonia	Repartimento do Limão	23	Rio
2	Nossa Senhora das Graças	Paraná do Limão de Cima	28	Rio
3	São José Operário	Paraná do Limão do Meio	52	Rio
4	Nossa Senhora de Nazaré	Paraná do limão de Baixo	50	Rio
5	São José	Paraná do Esp. Santo de Cima	40	Rio
6	Divino Espírito Santo	Paraná do Esp. Santo do Meio	90	Rio

7	São Francisco das Chagas	Paraná do Esp. Santo de Baixo	16	Rio
8	Santo Antonio	Catispera	42	Rio
9	São Sebastião	Brasília	43	Rio
10	Peniel (núcleo)	Boto	30	Rio
11	São Sebastião	Costa do Boto	50	Rio
12	Santa Rita	Igarapé do Boto	34	Rio
13	São José	Vila Bentes	32	Rio
14	São José	Costa do Arco	18	Rio
15	Laguinho (nucleo)	Paraná do Arco	10	Rio
16	N. Sra. de Nazaré (Pajé)	Paraná do Arquinho	25	Rio
17	Sagrada Família	Ilha das Guaribas	27	Rio
18	São José	Ilha das Onças	41	Rio
19	Sagrado Coração de Jesus	Costa da Águia	22	Rio
20	São Sebastião	Saracura	43	Rio
21	São Lázaro	Vila Nova	25	Rio
22	Nossa Senhora de Fátima	Araçatuba	35	Rio
23	Sagrado Coração de Jesus	Paraná do Macaco	30	Rio
24	N. S. de Nazaré/Nova Olinda	Borrvalho	30	Rio
25	Nossa do Perpetuo Socorro	Paraná do Xibuí	21	Rio
26	Boa Vista – Cristo Rei	Costa do Itaboraí Baixo	42	Rio
27	Imaculada Conceição	Costa do Itaboraí de Cima	38	Rio
28	Menino Deus	Itaboraí do Meio	41	Rio
29	São José	Itaboraí de Baixo	32	Rio
30	São Vicente	Itaboraí de Baixo	33	Rio
31	Sagrado Coração de Jesus	Ilha do Macaiany	16	Rio
32	Ver. Carlos Bruce	Ilha do Valha-me Deus	54	Rio
33	Sagrado Coração de Jesus	Ilha do Chaves	31	Rio
34	Menino Deus	Paraná de Parintins do Meio	35	Rio
35	N Sra do Perpetuo Socorro	Paraná de Parintins de Baixo	24	Rio
36	Lago Grande	Paraná de Parintins de Cima	10	Rio
37	Betel	Valéria	22	Rio/Estrada
38	Bete Semes	Valéria	34	Rio/Estrada
39	Fé em Deus	Valéria	11	Estrada
40	Sa Maria	Valeria	20	Estrada
41	Santa Rita de Cássia	Valeria	54	Rio/Estrada
42	São Francisco	Valéria	15	Rio
43	São Paulo	Valéria	32	Rio
44	Recordação Santo Antônio	Valéria	14	Rio/Estrada
45	Nova Aliança	Parintinzinho	10	Rio
46	Santa Maria	Parintinzinho	54	Rio
47	N. Sra. Do Perpetuo Socorro	Laguinho	42	Estrada
48	Santíssima Trindade	Laguinho	22	Rio/Estrada
49	São João Batista	Laguinho	17	Estrada
50	São José	Laguinho	40	Estrada

51	Nova Olinda	Laguinho (Estrada)	27	Estrada
52	Colônia Independência	Laguinho (Estrada)	60	Estrada
53	Santa Maria	Murituba	35	Rio/Estrada
54	Santo Antonio	Murituba	25	Estrada
55	Colônia Santa Clara	Quebrinha	20	Estrada
56	Colônia São Sebastião	Quebra	22	Estrada
57	N. Sra. da Assunção	Lago do Zé Miri	30	Rio
58	Colônia Flor de Maio	Mato Grosso	20	Rio/Estrada
59	Colônia Santa Maria	Mato Grosso	20	Estrada
60	Irmãos Coragem	Mato Grosso	15	Estrada
61	São João Batista	Mato Grosso	45	Rio/Estrada
62	Santa Maria (agrovila)	Vila Amazônia	300	Rio/Estrada
63	Nossa Senhora de Fátima	Açaí	18	Estrada
64	Colônia Nova Jerusalém	Miriti	20	Estrada
65	Nossa Senhora de Aparecida	Miriti	24	Rio
66	N. Sra. De Santana	Miriti	20	Rio/Estrada
67	Santa Clara	Jauari	37	Rio/Estrada
68	Colônia São Jorge	Jauari	20	Estrada
69	Paraíso	Zé Açú	42	Rio/Estrada
70	Boa Esperança	Zé Açú	86	Estrada
71	Colônia Nova Esperança	Zé Açú	32	Rio/Estrada
72	Bom Socorro	Zé Açú	137	Rio/Estrada
73	Colônia Santa Fé	Zé Açú	42	Estrada
74	Nossa Senhora das Graças	Zé Açú	20	Rio/Estrada
75	Nossa Senhora de Nazaré	Zé Açú	60	Rio/Estrada
76	Colônia Toledo Pizza	Zé Miri	15	Estrada
77	Monte Sião	Zé Miri	22	Rio
78	Nossa Senhora do Rosário	Lago do Máximo	34	Rio
79	Santo Antonio Brasil Roça	Lago do Maximo (Zé Miri)	30	Rio
80	N.S. da Conceição/Vila Manaus	Paraná do Ramos	24	Rio
81	Vista Alegre - Toledo Pisa	Est. Toledo Pisa – Tracajá	36	Estrada
82	Colônia Soares	Igarapé do Tracajá	9	Rio/Estrada
83	Nossa Senhora de Fátima	Igarapé do Tracajá	25	Rio/Estrada
84	Núcleo Novo Oriente	Igarapé do Tracajá	27	Estrada
85	Núcleo do Arizona	Igarapé do Tracajá	20	Estrada
86	Sagrado Coração de Jesus	Igarapé do Tracajá	56	Rio
87	Santo Antonio	Igarapé do Tracajá	120	Rio/Estrada
88	São Benedito	Igarapé do Tracajá	20	Rio/Estrada
89	São Gabriel das Dores	Peixe Marinho – Rio Uaicurapá	33	Rio
90	Maraurú	Rio Uaicurapá	30	Rio
91	Nossa Senhora das Graças	Maranhão – Uaicurapá	87	Rio
92	São Sebastião	1"	33	Rio
93	Santa Terezinha	Badajos – Uaicurapa	15	Rio
94	Monte das Oliveira (núcleo)	Uaicurapá	15	Rio

95	São Sebastião	Igarapé do Jará	14	Rio
96	Santo Antonio	Itatuba (área indígena)	10	Rio
97	São Francisco de Assis	Itatuba (área indígena)	13	Rio
98	Nova Alegria	Uaicurapá (área indígena)	13	Rio
99	Vila Batista	Uaicurapá (área Indígena)	24	Rio
100	Vila da Paz	Uaicurapá (área Indígena)	12	Rio
101	Nossa Senhora de Aparecida	Cajual – Uaicurapá	27	Rio
102	Santo André	Ig. do Marajó	25	Rio
103	São Pedro	Ig. do Marajó	45	
104	Nossa Senhora da Saúde	Canarinho Jará	36	Rio
105	São Sebastião	Igarapé do Jará	40	Rio
106	São Raimundo	Ig. do Gregoste	45	Rio
107	Betania da Benção	Rio Uaicurapá	22	Rio
108	Nossa Senhora de Nazaré	Mangueirão	43	Rio
109	São Benedito	Simão – Uaicurapá	17	Rio
110	N. Sra. Do Perpetuo Socorro	Igarapé do Remijo	29	Rio
111	Monte Sinai	Rio Uaicurapá	15	Rio
112	São João Batista	Rio Jacu – Uaicurapá	60	Rio
113	São Benedito do Simão/Núcleo	Rio Jacu – Uaicurapá	18	Rio
114	Nova Canaã	Rio Jacu – Uaicurapá	16	Rio
115	El Shadai	Rio Jacu – Uaicurapá	15	Rio
116	Filadelfia	Igarapé do Jacu	24	Rio
117	Núcleo de Santo Expedito	Rio Jacu	16	Rio
118	Nossa Senhora de Fátima	Igarapé Açú	22	Rio
119	São Tomé	Rio Uaicurapá	80	Rio
120	São Pedro do Paraíso	Rio Uaicurapá	26	Rio
121	Colônia Santana	Igarapé do Simeão	20	Rio
122	Colônia Oliveira Machado	Igarapé do Simeão	13	Rio
123	N. Sra. do Perpetuo Socorro	Igarapé do Simeão	32	Rio
124	Monte Horebe	Rio Uaicurapá	29	Rio
125	São Francisco	Varre Vento	30	Rio
126	N. Sra. Perpetuo Socorro	Simeão – Mamurú	30	Rio
127	N. Sra. Das Lágrimas - Simeão	Ponta Alta Rio Mamurú	32	Rio
128	São José	Terra Preta – Mamurú	52	Rio
129	Deus Proverá	Rio Mamurú	18	Rio
130	São Pancrácio	Rio Mamurú	26	Rio
131	São Pedro	Igarapé Açú	30	Rio
132	Manain	Igarapé do Arauá	18	Rio
133	Santo Antônio	Igarapé do Arauá	14	Rio
134	Novo Israel	Igarapé do Arauá	12	Rio
135	São João Batista	Igarapé do Arauá	45	Rio
136	São Francisco de Assis	Igarapé do Trapiá	24	Rio
137	Monte Sinai	Igarapé do Trapiá	17	Rio
138	Moriá	Igarapé do Trapiá	38	Rio

139	São Francisco	Bacabal – Arauá	18	Rio
140	Jardim do Senhor	Rio Mamurú	12	Rio
141	Boa Vista – Sabina	Ig.da Sabina – Mamurú	20	Rio
142	N. Sra. Da conceição	Ig. Da Sabina	18	Rio
143	Sagrado Coração de Jesus	Ig. da Sabina	50	Rio
144	Merapucú	Rio Mamurú	10	Rio
145	Santa Inês	Igarapé do Cabeçudo	20	Rio
146	N. Sra. Perp. Socorro	Mocambo – Rio Mamurú	73	Rio
147	Monte Gerezim	Igarapé Açú	5	Rio
148	Monte Carmelo	Rio Mamurú (Ipiranga)	20	Rio
149	Ipiranga São João Evangelista	Rio Mamurú (Ipiranga)	12	Rio
150	Jaratuba	Rio Mamurú	39	Rio
151	Monte Ararate	Rio Mamurú	12	Rio
152	Nova Independência	Forca	20	Rio
153	Nossa Senhora de Lourdes	Igapó Açú – Forca	15	Rio
154	Cataueré -	Mirizal – Rio Mamurú	13	Rio
155	Guaranatuba	Rio Mamurú	21	Rio
156	Porto Betel- Evangélica	Rio Mamurú	15	Rio
157	Samaúma	Rio Mamurú	30	Rio
158	Santa Terezinha	Aninga	200	Rio/Estrada
159	São Miguel	Paranenema	26	Estrada
160	São Pedro	Parananema	150	Estrada
161	Santa Luzia	Macurany	200	Rio/Estrada
162	Colônia Anjo da Guarda	Mocambo do Ararí	6	Estrada
163	Nossa Sra. das Graças	Marajá - Mocambo do Ararí	16	Estrada
164	N. S. de Lourdes	Mocambo do Ararí	90	Estrada
165	Núcleo Neotestamentário	Mocambo do Ararí	8	Estrada
166	Sagrada Família-Remanso	Mocambo do Ararí	56	Rio
167	Santo Antonio	Mocambo do Ararí	45	Rio
168	São João (Agrovila)	Mocambo do Ararí	327	Rio/Estrada
169	São Pedro	Mocambo do Ararí	40	Rio
170	São Tome	Mocambo do Ararí	52	Rio
171	N. Sra. de Aparecida	Panauarú – Caburi	33	Estrada/Rio
172	Colônia Altamira	Panauarú	36	Estrada/Rio
173	Santo Antonio	Panauarú	32	Rio
174	Monte Sinai	Itatuba Ararí	25	Rio/Estrada
175	Sagrado Coração	Buiussú – Caburi	30	Rio/Estrada
176	São Francisco de Assis	Palhal	48	Rio/Estrada
177	São Raimundo	Matipucu	20	Rio
178	Monte Sinai	Imbaubal	33	Estrada/Rio
179	São Marcos	Lago da Esperança	25	Rio/Estrada
180	Santa Terezinha	Caburi	84	Rio
181	São Tomé (Vila Nogueira)	Lago do Caburi	23	Rio
182	São Sebastião (Agrovila)	Lago do Caburi	448	Rio

183	Divino Espírito Santo	Aduacá	30	Rio
184	N. Sra. das Graças	Aduacá	35	Rio
185	Núcleo Cesário	Aduacá	10	Estrada

Quadro 1. Fonte: Prefeitura Municipal de Parintins (dados 2012)

O quadro 1 relata as comunidades do comunidades rurais de Parintins-Am, a localidade, o numero de família e o acesso. Esses dados corroboram com a discussão supracitada sobre o papel da igreja católica na história dessas comunidades, onde a maioria recebe o nome de Santo, entre elas a Comunidade Nossa Senhora de Nazaré que é majoritariamente de famílias católicas.

Além dos fatores religiosos, que estão intrínsecos aos outros aspectos das comunidades tradicionais, a cultura, a relação com os rios e a floresta também compõem o cotidiano das comunidades rurais tradicionais de Parintins. Percebe-se que as águas comandam os calendários das vidas das comunidades, tendo essas que se preparar para as secas e as cheias dos rios. A pesca, a agricultura, a criação de animais (galinhas, porcos, patos, boi, entre outros) são fundamentais para a subsistência desses lugares, mas nem sempre essas atividades são de fácil acesso para todos, seja pela falta de terra, seja pela falta de recurso.

Na comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açú, a relação com a floresta e as águas do lago é diferentemente notada, para os comunitários, os recursos naturais são essenciais para a subsistência de famílias. Além do potencial da agricultura, da pesca, esses ambientes também são alvos do turismo por suas belezas naturais e culturais. Entretanto, é possível observar um turismo informal pelas lanchas particulares na região e que nem sempre beneficia as comunidades, precisando assim ser problematizado e repensado.

Apesar de fazer parte do assentamento de Vila Amazônia, são poucos os incentivos governamentais para a organização de uma agricultura familiar econômica, social e ambientalmente sustentável, faltando políticas públicas que atendam as necessidades de quem vive na área rural. A importância da organização política e social das comunidades, a exemplo a comunidade Nossa Senhora de Nazaré, são instrumentos fundamentais para que as políticas públicas possam ser efetivadas, como aborda o último capítulo.

1.2.1. Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açú: aspectos sociais, econômico e culturais.

A comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açú faz parte do Assentamento da Vila Amazônia, o qual tem 78.000 (setenta e oito mil) hectares, localizada no município de Parintins-Amazonas. Segundo Brandão (2016), essa área, histórica, ambiental e socioeconômica, é de muita representatividade para o estado do Amazonas, especialmente para a população do referido município.

A Vila Amazônia situa-se ao Norte-nordeste em parte do curso inferior bacia hidrográfica do rio Amazonas, paraná de Parintins, *Lago* do Murituba; ao Sul com a Sub-bacia hidrográfica (Mbh) do rio Maturú; ao Sudeste-oeste com a micrografia hidrográfica (Mbh) do Tracajá e microbacia bacia hidrográfica (Mbh) do rio Juruá; ao Sudoeste com a microbacia hidrográfica (Mbh) do rio Uaicurapá; a Oeste com o paraná do Ramos e microbacia hidrográfica (Mbh) do Miriti; e à Leste-oeste microbacia hidrográfica (Mbh) Zé Açú (BRANDÃO, 2016, p. 33)

A partir da descrição do autor, identifica-se a microbacia do Zé Açú ou lago Zé Açú, como é conhecida a região em que está localizada a comunidade Nossa Senhora de Nazaré. Com a criação do assentamento na década de 1980 por Decreto do Governo Federal, a área de Vila Amazônia e sua extensão passam a fazer parte da reforma agrária, entregando a terra para agricultura familiar.

A comunidade de Nossa Senhora de Nazaré está situada na zona rural, à margem do lago Zé Açú, a 14 km via fluvial da sede municipal de Parintins-AM. Parintins está localizado no Estado do Amazonas, a 368,8 km em linha reta e 420 km via fluvial de distância de Manaus, com um número de população estimada em 114.273 habitantes. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE de 2019). O mapa abaixo, corresponde à figura 2. Ele mostra a localização da comunidade.

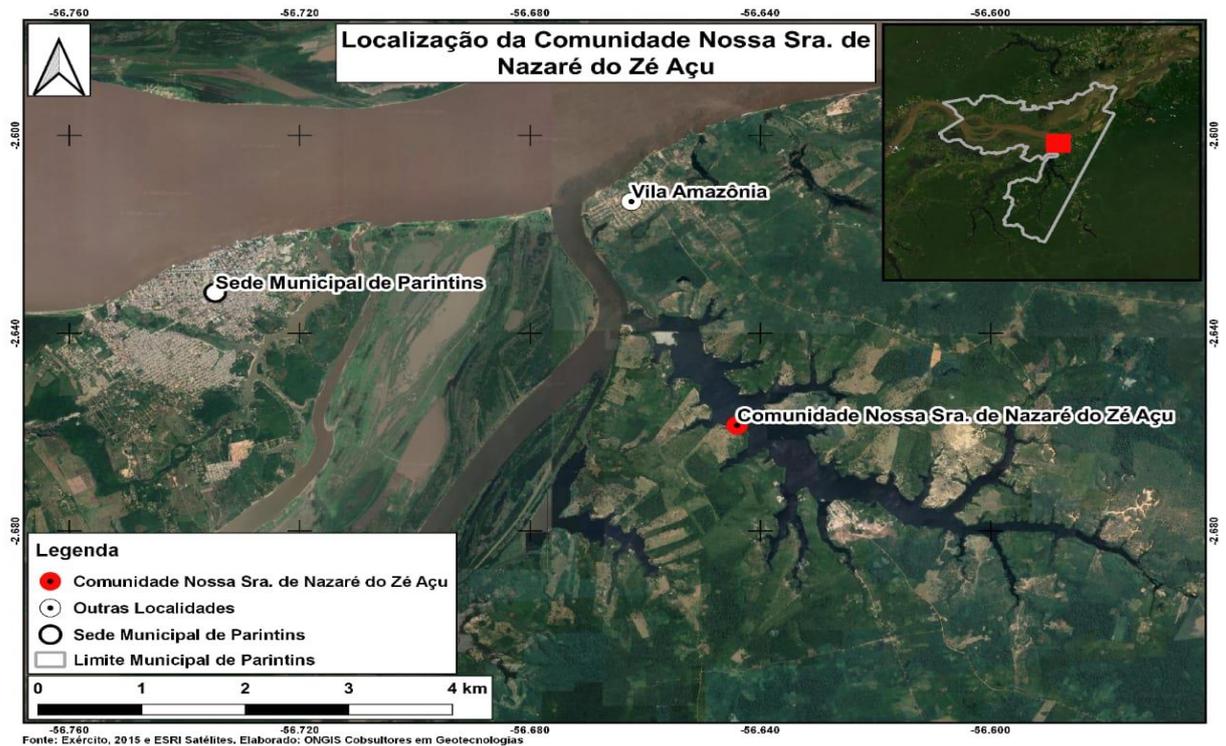


Figura 2: Representação Cartográfica da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré
 Fonte: Canto (2019).

De acordo com pesquisas de Brandão (2016, p.55), nas últimas décadas do século XIX até meados do século XX, percebe-se um expressivo fluxo de imigrantes estrangeiros para o Brasil, concomitante para a Amazônia, especialmente para o Amazonas. “Entre esses, um grupo de significativa importância para o Amazonas foram os japoneses, tendo chegado ao Amazonas, mais precisamente no final da década de 1920”. Esse processo de imigração aconteceu por intermédio de um acordo binacional em meio à crise da borracha no Brasil e crises internas no Japão. Na ocasião, o Brasil recebeu a mão-de-obra especializada para a prática da agricultura, em troca de terras para que os imigrantes pudessem constituir riquezas e retornar mais tarde para seu país.

É nesse contexto que a Vila Amazônia surge como proposta de assentamento de terras para agricultura familiar, recebendo de forma imediata investimentos estruturais, advindos de um projeto de colonização. “Foram implantadas várias estruturas oferecendo serviços fabricas e benefícios até então nunca disponibilizados aos moradores locais e até aos da sede municipal” (BRANDÃO, 2016, p. 62).

A Vila Amazônia passa então por um processo de colonização marcado por negligência do Estado Brasileiro para com seus próprios moradores, já os japoneses recebiam incentivo de seu país e do Brasil, revelando o descaso referente às políticas públicas para com

os pequenos agricultores, estes que viraram empregados dos espaços fabris da região. De certa forma, isso pressionava o Estado a olhar para esses locais que, em um curto espaço de tempo, passou a ter administração pública e fontes de geração de emprego e renda.

A discussão aqui traçada refletindo o lugar da cultura nas sociedades, permite pensar nas transformações sociais, como elas acontecem e as demandas que emergem nesse processo. Said (2011) corrobora sobre a importância de “invocar o passado” para compreender o presente, em que a cultura tem seu lugar também marcado como “campo de batalha”. O autor centra suas análises nas discussões sobre o exercício de poder e interesses, nos remetendo ao “colonialismo”.

Said (2011, p. 10), ao abordar a cultura como um “campo de batalha”, aproxima-se do pensamento de Geertz (2008) vendo-a não como um elemento isolado, mas relacionada às variadas esferas da vida social. Essa discussão em torno da compreensão da cultura nos remete as questões peculiares da Amazônia como a das comunidades ribeirinhas, dos povos indígenas e quilombolas, pois a “resistência cultural” apresentada por Said reflete bem o que aconteceu e ainda acontece com esses povos.

Segundo Brandão (2016, p. 72-73):

Logo nos anos iniciais da década de 1940, os japoneses de Vila Amazônia, a exemplo das demais colônias desse povo no Brasil, perderam a liberdade de continuar trabalhando devido ao rompimento das relações diplomáticas Brasil – Japão, provocado pelo estado de *beligerância* estabelecido entre eles. Os japoneses foram obrigados a deixar Vila Amazônia em meio a todo o contexto produtivo na época.

Com a saída dos japoneses, concomitante ao descaso público, a região passou por muitas dificuldades, desemprego, falta de médicos e até materiais básicos pra subsistência, contando assim com empresários e a igreja, que foram de suma importância nesse processo para a criação de comunidades. Na década de 1970, os títulos de regularização fundiária foram expedidos pelo Órgão Fundiário Estadual (Instituto de Terras do Amazonas-ITERAM), mas somente em 1990 que o espaço territorial de Vila Amazônia foi dado como propriedade de jurisdição federal, culminando no assentamento agrário.

Contextualizar o Assentamento da Vila Amazônia é intrínseco ao surgimento da Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açu que é parte deste assentamento. Iniciada com apenas 16 famílias, a comunidade conta hoje com 86. Tem uma sede principal, onde situa a igreja, a escola e algumas famílias, as demais estão no entorno da sede. Os moradores mais antigos ainda guardam na memória a história da comunidade, de tempos áureos da Vila

Amazônia, de onde alguns migraram, criando novas territorialidades, o caso da comunidade aqui em destaque.

A comunidade Nossa Senhora de Nazaré está localizada a 14 km da sede municipal de Parintins. O único acesso é por via fluvial. Existem no município algumas embarcações que cobram passagem para levar à comunidade, essas embarcações são chamadas de “barco de recreio” e têm horários marcados para saída e retorno. As figuras em destaque representam o referido tipo de transporte.



Figura 3- Embarcações de recreio e conduções próprias dos moradores.
Fonte: Trabalho de campo, 2019. (Foto: Daniela Canto).

A figura 3 evidencia a dinâmica de transporte no lago Zé Açú, alguns moradores têm suas próprias embarcações (canoas com motores rabetas, bajaranas e barcos). Em viagem para comunidade, é notório um tráfego agitado de pequenas e médias embarcações, uma vez que o Zé Açú tem 12 comunidades. A comunidade Nossa Senhora de Nazaré é a primeira, sendo avistada assim que se entra no lago. A duração da viagem de Parintins para comunidade é em torno de 40min a 1h de barco.

Segundo os pescadores mais antigos, a comunidade foi fundada em 1982 pela igreja católica, completando 37 anos. A comunidade foi criada por uma necessidade dos próprios moradores, pois eles faziam parte da Comunidade do Bom Socorro do Zé Açú. Porém, achavam longe demais para frequentarem as missas dominicais e as reuniões, uma vez que na época o único meio de transporte para locomoção dessas pessoas era canoa e remo, sendo cansativo fazer esse percurso sempre que necessário. Então eles procuraram os responsáveis da Igreja Católica em Parintins e pediram para fundar uma igreja na comunidade.

O nome da comunidade foi escolhido pelo senhor Nazaré Muniz, proprietário das terras que foram doadas para construção de um núcleo. Tais dados são narrados pelos moradores mais antigos.

Por que o seu Nazaré Muniz que era o proprietário da terra aqui, ele é devoto de Nossa Senhora de Nazaré, todo 21 de dezembro fazia uma festa tradicional povo católico ai pro Bom Socorro ou Vila Amazônia, ai ele reuniu as famílias pra se formar um núcleo. Quem apoiou esse núcleo foi o pessoal da Comunidade Boa Esperança, eles que vinha ajudar aqui, ai foi criado um núcleo e seu Nazaré doou uma área. E ele já deu com esse nome Nossa Senhora de Nazaré. (M.T, 61 anos)

Após a instalação do núcleo, a igreja comprou outros lotes de terra, ampliando o lugar que hoje se conhece como a sede da comunidade Nossa Senhora de Nazaré (onde se localiza, a igreja, a escola, o campo de futebol e algumas residências). Cabe ressaltar que esse espaço é conferido hoje aos comunitários, e a forma como seu uso é feita, é decidida pelas lideranças da comunidade em reuniões atreladas a Igreja Católica. Esse espaço não pode ser vendido, muitas casas construídas nessa extensão de terra tiveram o espaço cedido e caso saiam o terreno é devolvido à comunidade.

Ao chegar à sede principal da comunidade, é possível avistar a igreja, a escola e atrás da igreja o campo de futebol, assim como narrado por Cerqua (1980) na formação nas primeiras comunidades de Parintins (Figura 4).



Figura 4- Igreja; escola; campo de futebol e centro cultural.

Fonte: Trabalho de campo, 2019. (Foto: Daniela Canto).

Além dos aspectos citados por Cerqua (1980) no parágrafo anterior, podemos perceber outros aspectos na dinâmica social e cultural da comunidade. Na imagem (figura 2) acima, podemos ver o centro cultural que hoje tem grande relevância envolvendo atividades e reuniões relacionadas com a igreja ou não.

A escola contempla todas as séries do Ensino Regular, sendo que o Ensino Médio faz parte do Ensino Presencial Mediado. A comunidade não dispõe de creches, cursos profissionalizantes ou ensino superior, caso as pessoas queiram essas modalidades de ensino, necessitam se deslocar para Parintins ou para onde tenha o curso desejado. Segundo um comunitário, o desejo era que tivesse a Educação do Campo, “o nosso desejo era uma Educação do Campo, e não essa realidade de lá, eles ensinam para os nossos filhos as coisas de lá, então quando eles vão pra lá não voltam mais, porque não conhecem as coisas daqui” (O. M. 66 anos). O “lá” que o comunitário se refere diz respeito à cidade e a educação padronizada, ocidental que temos nas escolas, voltada para atender ao mercado, mas que para eles não é condizente com a realidade da comunidade.

Albarado e Vasconcelos (2019, p.5), em seus estudos sobre educação do campo em Parintins, destacam as demandas e anseios dos comunitários em prol desse direito uma vez que “o povo que vive nas comunidades rurais, - várzea e terra-firme – tem consciência de que a educação escolar que está nesses territórios não atende as necessidades de existência das suas presentes e futuras gerações”.

Prevista em Lei pelo Decreto Nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, a Educação do Campo busca a valorização das culturas e identidades de povos e comunidades tradicionais. Em Parintins existe um movimento da educação nas escolas do campo nos territórios rurais, a priori a luta foi uma iniciativa do Grupo Ambiental Natureza Viva (GRANAV), criado em 1992 pelos ribeirinhos(as) da Ilha Paraná de Parintins, no município de Parintins (AM), mobilizando as demais comunidades para busca pela garantia do direito da educação no campo (ALBARADO, E. DA C; VASCONCELOS, Mª DE. O. 2019, p.5.).

Em 2019, foi sediado um Fórum na Universidade Federal do Amazonas- UFAM em Parintins sobre educação no campo, que contou com a participação de representantes de diversas comunidades, entre elas da comunidade de Nossa Senhora de Nazaré. Na oportunidade, foi possível ouvir a realidade local e pensar em estratégias de organização para reivindicar as demandas.

A demanda dos comunitários requer políticas públicas na educação que atendam a especificidade desses locais, contribuindo para o trabalho e geração de renda local, potencializando a cultura local. Esse reconhecimento e valorização faz parte da relação dessas pessoas com o lugar, às memórias e o sentimento de pertencimento que resulta na permanência delas nesses lugares.

Quanto à área da saúde, na parte preventiva e curativa, na comunidade as doenças são tratadas com plantas e ervas medicinais ensinados pelos mais velhos. Os casos de acidentes de trabalho, mordidas de cobras, fraturas e casos mais “graves” são encaminhados para Parintins. O meio de transporte nesses casos de doenças mais graves é feito nas próprias embarcações dos comunitários, uma vez que os serviços de ambulanchas³ não estão funcionando. Segundo relatos dos comunitários, esse serviço não está disponível já faz um ano. Os casos de pré-natal ou tratamento de doenças crônicas podem ser acompanhados no posto médico da Vila Amazônia ou na Comunidade do Bom Socorro, que são mais próximos. Porém, procedimentos cirúrgicos somente são feitos em Parintins. A comunidade Nossa Senhora de Nazaré conta com um agente de saúde que contribui com ações preventivas e de controle. Contudo, observa-se ações pontuais, mais de estabelecimento de dados quantitativos (como número de atendimentos). De fato, há a necessidade de um trabalho mais efetivo com equipe da área da saúde preparada para atender os casos emergenciais e os atendimentos de rotina.

Os serviços de assistência social (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF; Cadastro Único no Bolsa Família; Denúncias por violação de direito; Assistência a pessoas em situação de violência; Acesso a informações sobre os direitos às políticas públicas de educação, previdência, saúde e assistência; entre outras) são encaminhados de acordo com as demandas, os casos de baixa e média complexidade são tratados no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS mais próximo, que no caso é na Vila Amazônia. Em casos mais específicos e de alta complexidade, são encaminhados para o Centro de Referência Especializada em Assistência Social- CREAS, em Parintins. Logo, a comunidade não dispõe desses serviços, sendo necessária a locomoção. Segundo os dados da pesquisa, o agente de saúde ou os professores orientam os comunitários para o acesso a esses serviços, nem sempre é fácil essa locomoção, para quem tem seus motores rabetas, torna-se mais viável, pois o retorno é no mesmo dia para comunidade, porém existem famílias que não possuem esse transporte.

³Ambulanchas são disponibilizadas pela Secretária de Saúde Estadual ou Municipal para atender as necessidades de locais que não tem acesso por estrada, apenas por rios. Elas funcionam como ambulâncias, mas na forma de lanchas.

A segurança na comunidade é feita pelos próprios moradores “nós capacitamos 4 moradores que cuidam da parte de segurança, eles não intervêm em casos de violência grave” (O. M, 2019). Cabe ressaltar que esses moradores são voluntários da própria comunidade e não recebem por esse serviço. As relações comunitárias são percebidas nessas divisões de tarefas em benefício de todos, que fogem dos padrões mercadológicos. A segurança pública é feita por bases de delegacias que têm policiais militares na Vila Amazônia e na Comunidade do Bom Socorro, prestando serviços ostensivos e encaminhando as ocorrências para Parintins.

Esses aspectos sociais que envolvem políticas públicas de saúde, educação, assistência social e segurança são fundamentais para analisar como tais políticas chegam para essas comunidades, um tanto fragmentada poderíamos dizer. No entanto a comunidade cria em seu próprio cotidiano, estratégias que possam contribuir para sanar as precárias e até mesmo ausências dessas políticas.

A medicina tradicional é um exemplo, ela se apresenta como alternativa. São plantas, ervas e saberes tradicionais que contribuem na saúde das pessoas. Em observação, percebe-se que as casas têm plantas e ervas curativas em seus quintais. Um dado importante apresentado pelos comunitários é que as mulheres mais antigas tiveram seus partos (em torno 13 filhos) realizados em casa por parteiras. Apesar de hoje essa prática não ser mais comum, as mulheres narram fatos de sua memória.

Outro aspecto da comunidade a ser evidenciado é o ambiental. Esse também envolve políticas públicas, e a não efetividade delas. O lixo é uma problemática apresentada pelos moradores, os quais queimam seus lixos nos fundos dos quintais ou enterram, o que é danoso para a conservação ambiental. Não existe um sistema de coleta ou um trabalho de reciclagem, apesar de muitos comunitários reutilizarem sacos plásticos, garrafas pets e descartáveis. Mesmo assim, a comunidade gera lixo, precisando de alternativas mais sustentáveis, além da queima desses resíduos.

Na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré não existe rede de esgoto e os banheiros são do tipo “foça negra”, um buraco profundo no quintal cercado de madeira, fora das casas, na maioria das vezes no fundo do quintal. Esse sistema de fossa é muito comum nas comunidades tradicionais rurais.

A água por muito tempo era consumida direto dos rios, porém com as criações fabris na Vila Amazônia e sistemas de esgoto no entorno do lago Zé Açú, a água dos rios não está mais apta para o consumo direto, provocando problemas de saúde nos comunitários. Na sede comunitária de Nossa Senhora de Nazaré existe um poço que distribui água para as casas, esse

poço foi feito pelos comunitários, assim como o tratamento da água. No entanto, nas casas afastadas da sede ainda tem o consumo direto dos rios, alguns fervem ou coam a água antes de consumir.

O sistema de iluminação é feito pela empresa que atende o município de Parintins. Esse acesso à energia elétrica veio por meio do programa “Luz para Todos”, onde cada casa tem seu contador, gerando a taxa de consumo. Os comunitários reclamam bastante das falhas de energia que provocam estrago nos aparelhos domésticos (geladeira, freezer, aparelho de som, televisão), resultando em prejuízo para as famílias que levam tempo para adquirir os recursos monetários desses produtos. O sistema de telefonia e internet nessa região são bastante precários, com poucos ou quase nenhum acesso.

Os aspectos ambientais demonstram a dinâmica nas sociedades, das quais as comunidades tradicionais fazem parte também. Desmistificando a ideia de tradição como algo estático como esclarece Hobsbawm (1984). Com práticas passadas por gerações esses lugares por sua vez transcendem relações peculiares e simbólicas, como a relação com o ambiente (lagos, rios, florestas).

De acordo com os relatos na comunidade, a pequena agricultura cultivada pelos comunitários dá apenas para o consumo próprio. É do cultivo da mandioca e seus derivados que eles tiram algum lucro excedente. Não existem na comunidade grandes proprietários de terras para agricultura, os terrenos são pequenos (em média 10 hectares) e pouco explorados pela ausência de maquinário adequado, utilizando-se da roça feita manualmente.

A pesca também é um recurso de subsistência bastante comum na comunidade, sendo retirado do lago apenas o alimento da família, mesmo porque o Lago Zé Açú já foi mais farto de peixes e hoje passa por escassez.

Segundo Silva (2015, p.74):

É importante também frisar que o lago do Zé Açú já apresenta escassez de pescado na atualidade pelo fato de no passado e ainda recentemente ter sofrido um intenso processo de pesca predatória ilegal, mencionando ainda que a intensa devastação das matas ciliares e os processos de erosão oriundos derrubada da floresta também contribuíram para que o lago do Zé Açú não seja mais farto como antigamente.

Os comunitários sentem hoje a necessidade de fazer vigília no lago para evitar a pesca predatória do que ainda restou na região. O projeto Pé-de-Pincha, que trabalha com a soltura dos quelônios é muito forte, e tem grande valor para os comunitários que tentam conservar os

fluxos dos tracajás na região. A figura 5 reflete as relações dos comunitários com o lago, bem como com prática da pesca.



Figura 5- Pescador no lago Zé Açú.

Fonte: Trabalho de campo, 2019. (Foto: Daniela Canto).

A foto (figura 5) representa o que é a pesca na rotina da comunidade. Em uma canoa e com materiais de pesca artesanais, mulheres, homens, jovens e crianças reproduzem de forma geracional o saber sobre a pesca. Tem dias que a pesca é o único recurso de sustento, havendo torcida para que o pescador retorne com sucesso e com peixes para o alimento da família.

A comunidade não tem na pesca e na agricultura familiar a principal fonte de renda. Existem funcionários do município, aposentados e beneficiários do bolsa família. Porém, a pesca e a agricultura são fontes de subsistência para muitas famílias. Todos esses fatores compõem a fonte de renda da comunidade.

Os aspectos **culturais** nas comunidades tradicionais são passados de pais para filhos, de avós para netos, e envolve símbolos, práticas e crenças que fogem da “racionalidade” humana, mas que transcendem saberes e significados que tecem o cotidiano desses lugares. Não cabe na palavra “cultura” definições exatas, pois ela se expressa na vivência e na dinâmica social.

De acordo com Geertz (2008, p. 15) deve-se apreender o conceito de cultura a partir da perspectiva da “semiótica”. Em suas análises destaca que o homem é um animal amarrado a “teias de significado que ele mesmo tece”, o autor reconhece a cultura como sendo essas teias, apresentando a cultura “como estruturas de significados socialmente estabelecidos”, evidenciando-a:

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria de símbolo, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não um poder, algo que podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (p.24).

Por esse prisma, o autor pensa a cultura para além de um conceito, ele descreve que ela acompanha todo um processo envolvendo teias de significado, na medida em que o homem produz e reproduz esses símbolos a cultura também é criada. Devendo-se entender a mesma, como algo a perpassar todas as esferas da vida social, compreendendo o ser humano e as condições apresentadas para viver em sociedade (GEERTZ, 2008).

A reflexão em torno da cultura para além de um conceito, mas como algo intrínseco nas relações sociais das sociedades, remete às análises de Kosik (2010) quando fala da “metafísica da cultura”, considerando-se que o homem não existe sem “condições” e só é criatura social por meio das “condições”. O autor não separa as relações econômicas, sociais, políticas e culturais, mas tenta entender o complexo social que envolve um todo e seus determinantes, relacionando a essência do homem na unidade da objetividade e subjetividade.

Nessa tentativa de compreender a cultura interligada as demais esferas da vida social, destacam-se as reflexões de Said (2011, 10-11), para o qual a cultura envolve duas formas:

[...] primeiro, ‘cultura’ designa todas aquelas práticas, como as artes de descrição, comunicação e representação, que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político, e que amiúde existem formas estéticas, sendo o prazer um de seus principais objetivos. Incluem-se aí, naturalmente, tanto o saber popular sobre partes distantes do mundo quanto o conhecimento especializado em disciplinas como a etnografia, a historiografia, a filologia, a sociologia e a história literária”. [...] “Em segundo lugar, e quase imperceptivelmente, a cultura é um conceito que inclui um elemento de elevação e refinamento, o reservatório do melhor de cada sociedade, no saber e no pensamento [...] A cultura nesse sentido, é uma fonte de identidade, e aliais bastante combativa, como vemos em recentes “retornos” a cultura e a tradição.

As contribuições teóricas dos autores citados, incluindo Said, permitem contextualizar a cultura e a complexidade que a envolve, combatendo a visão do monoculturalismo, exprimindo a ideia da diversidade cultural como intrínseca aos distintos grupos sociais e aos aspectos da vida social dos mais variados povos. De modo a mostrar que a cultura não é uma “virtude” de um determinado lugar ou povo, e sim uma realidade de todos, pois cada um detém aspectos culturais próprios.

A dinâmica cultural expressa nas relações sociais da comunidade sinaliza influências multiculturais passadas de geração para geração. As festas da igreja são participadas e mobiliza toda comunidade, comemorada no dia 08 de agosto, a festa em honra à Nossa Senhora de Nazaré tem círio, procissão fluvial e novenário, já na parte social tem o arraial, bingo e costuma atrair pessoas de outras comunidades.

No mês de junho, a comunidade promove festas juninas com a brincadeira do boizinho “Dengozinho”. As crianças aprendem assim a brincadeira de boi-bumbá que tem aspectos do Garantido e Caprichoso, de Parintins. Em relatos dos comunitários, a brincadeira de boi é bastante antiga entre os comunitários. Atualmente, o boizinho se apresenta na comunidade e depois é levado em outras comunidades para a brincadeira. Todos os adereços e fantasias são confeccionados manualmente como mostra a figura 6.



Figura 6- Boi-Bumbá Dengozinho
a) boizinho Dengozinho, b)vestido da sinhazinha, c)cavalinhos da vaqueirada.
Fonte: Trabalho de campo, 2019. (Foto: Daniela Canto).

As quadrilhas e pastorinhas também acontecem e envolvem crianças, jovens e adultos na comunidade, “hoje com menos frequência que antes”, diz a comunitária T. A (53 anos) ao lembrar que essas danças já foram mais presentes na comunidade. Ela conta que em 2020 foi brincar a pastorinha em Parintins, em um evento destinado a essa manifestação cultural que acontece no mês de janeiro, pois não teve na comunidade.

Os torneios de futebol também fazem parte da vida em comunidade, acontecendo quase todo final de semana. O campo de futebol é algo presente em todas as comunidades do Zé Açu. Em torneios, as comunidades disputam cada uma com seu time. É um esporte muito presente nas comunidades e envolve tanto homens como mulheres. Nos sábados e domingos são muito comuns esses torneios.

A comunidade é um mundo a ser percebido, que envolve práticas culturais, econômicas e sociais sublinhando nos detalhes a diversidade cultural amazônica nas comunidades tradicionais. Comunidades estas carregadas de simbologias históricas, intrínsecas a pessoas que tem uma forte relação com o ambiente, com a natureza encontrada nesses ambientes, de onde se sentem parte.

CAPÍTULO II

CONSERVAÇÃO AMBIENTAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS: Reflexões na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré.

A relação homem/natureza é consideravelmente notada nas comunidades tradicionais, saberes e fazeres no dia-a-dia acusam os significados de cada parte do ambiente que habitam. A presente discussão aqui traçada tem como objetivo identificar a organização dos moradores de Nossa Senhora de Nazaré, no aspecto relativo à conservação ambiental, desvelando as relações intrínsecas entre a comunidade e o ambiente.

Falar hoje de comunidades ou povos tradicionais exige do pesquisador responsabilidade e sensibilidade para com esses lugares e pessoas. Santos (2002, p.29-30) aborda essa questão como uma nova forma de conhecimento e transição paradigmática na forma de fazer ciência, na qual o pesquisador possa ser fidedigno a realidade que permeia o estudo, negando os universalismos e totalidades. “Nessa forma de conhecimento a ignorância é o colonialismo e o colonialismo é a concepção do outro como objeto e conseqüentemente o não reconhecimento do outro como sujeito” (SANTOS, 2002, p. 30).

Esse reconhecimento do outro como sujeito e não objeto da pesquisa, coloca-o como parte do conhecimento promovendo autonomia e emancipação na produção de conhecimento, abandonando o lugar de ouvinte ou telespectador da pesquisa.

Estamos tão habituados a conceber o conhecimento como um princípio de ordem e sobre as coisas e sobre os outros que é difícil imaginar uma forma de conhecimento que funcione como princípio de solidariedade. No entanto tal dificuldade é um desafio que deve ser enfrentado. (SANTOS, 2002, p.30).

O autor situa as Ciências Sociais e Humanas nessa “nova” forma de produzir conhecimento, denominada por ele de conhecimento-emancipação, apontando três implicações: *do monoculturalismo ao multiculturalismo; da peritagem heroica ao conhecimento edificante e da ação conformista à ação rebelde*. A primeira implicação sinaliza a solidariedade como a própria forma de conhecimento, o reconhecimento do outro como produtor de conhecimento. A segunda refere-se à crítica da teoria moderna onde o conhecimento é válido independente das condições de aplicabilidade e operacionalidade não exercendo prudência e consequência, sendo contrária a teoria crítica pós-moderna. A terceira parte da perspectiva da segunda, questionando a dicotomia entre estrutura/ação na ciência moderna que fortalece mais um debate de ordem, ao invés de solidariedade.

Interessa-nos destacar a primeira implicação, compreendendo as diferenças como parte da sociedade evitando equívocos do passado que perduram no presente como o colonialismo ocidental, que resultou em culturas silenciadas e dizimadas das sociedades pela falta de solidariedade para com as diferenças. Não existe assim conhecimento-emancipação sem o olhar para o multiculturalismo.

Voltamos à discussão partindo com a ideia abordada por Santos (2002) sobre o conhecimento-emancipação, que compreende as comunidades tradicionais como fonte de cultura de saberes e práticas intrinsecamente relacionadas ao ambiente que vivem. Esses aspectos se interligam no dia-a-dia da comunidade constituindo sua existência.

Entre as características que constitui uma comunidade tradicional, destaca-se a questão ambiental, sendo esta, base para existência sociocultural desses lugares. Leff (2009, p.19) fala da necessidade de novas racionalidades de um saber ambiental em contraponto às crises ambientais atuais. Ele apresenta esse saber como uma epistemologia política que busca dar alguns sentidos à existência humana como solidariedade à diversidade e a diferença frente à ordem econômica-ecológica globalizada, evidenciando a exploração e expropriação dos recursos naturais que invisibiliza as identidades coletivas diversas.

O saber ambiental, abordado pelo autor desconstrói a ideia de conhecimento cristalizado e totalitário que é sobreposto à compreensão do que seja ambiente, entendendo este como parte do processo de conhecimento manifestado na reprodução das relações sociais e culturais.

O ambiente não é apenas o mundo *de fora*, o entorno do ser e do ente, ou o que permanece fora de um sistema. O ambiente é um saber sobre a natureza externalizada, sobre as identidades desterritorializadas, a respeito do real negado e dos saberes subjugados por uma razão totalitária, o *logos* unificador, a lei universal, a globalidade homogeneizante e a ecologia generalizada. O ambiente é objetividade e subjetividade, exterioridade e interioridade, imperfeição em ser e imperfeição de saber, que não acumula nenhum conhecimento objetivo, um método sistêmico e uma doutrina totalitária. O ambiente não é somente um objeto complexo, mas que está integrado pelas identidades múltiplas que configuram uma nova racionalidade, a qual acolhe diversas racionalidades culturais e abre diferentes mundos de vida (LEFF 2009, p.21).

Para o autor, o ambiente transcende o sentido coletivo, identidades compartilhadas e significações culturais formando uma complexidade a ser evidenciada e pensada, principalmente no aspecto de uma conservação sustentável. As comunidades tradicionais trazem consigo essa característica coletiva. Diante da fala do autor e da vivência comunitária, é possível perceber que ambiente não é apenas um lugar habitado, mas envolve sentimento de

pertencimento, significados culturais, entre outros aspectos que apontam para a relação homem/ambiente, comunidade/ambiente.

Na comunidade Nossa senhora de Nazaré, é possível ouvir, nos discursos dos comunitários, o sentimento de pertencimento do lugar. De acordo com a moradora (F. M, 2020), “aqui é onde eu nasci, e eu amo muito esse lugar, assim como minha mãe amava, queria morrer aqui, apesar dos meus filhos estarem indo para Parintins”. A relação dos comunitários com o ambiente transcende a ideia de “morar”, suas histórias ganham vida em cada espaço da comunidade. A pesca nos lagos, o banho de rio, a lida na roça, entre outras características do dia-a-dia dessas pessoas, dão significado a suas existências.

Leff (2002, p. 151) pondera que os movimentos ecologistas e ambientalistas, estão inclusos nos novos movimentos da sociedade civil (religioso, feministas, juvenis, estudantis, e das minorias étnicas). “Os movimentos ambientalistas emergem como resposta da sociedade à crescente deterioração ambiental”.

Entre as demandas dos movimentos ambientalistas, Leff (2002) apresenta algumas, destacando a importância da organização desses grupos. Entre alguns pontos levantados como bandeiras de luta por esses movimentos, o autor destaca:

- a) Maior participação nos assuntos políticos e econômicos, particularmente na autogestão dos recursos ambientais.
- b) Sua inserção nos movimentos pela democratização do poder político e da descentralização econômica.
- c) Defesa de seus recursos e seu ambiente, para além das formas tradicionais de luta por terra, emprego e salário.
- d) Busca de novos estilos de vida e padrões de costume afastados dos modelos urbanos e multinacionais.
- e) Busca de sua eficácia por meio de novas formas de organização e luta, longe dos sistemas institucionalizados e corporativistas do poder político.
- f) Organização em torno de valores qualitativos (qualidade de vida) por cima dos benefícios que podem derivar da oferta do mercado e do Estado de Bem-Estar.
- g) Crítica à racionalidade econômica fundada na lógica do mercado, da maximização do lucro, da eficiência e produtividade tecnológica e dos aparelhos associados de controle econômico e ideológico. (LEEF, 2002, p. 152).

Os movimentos ambientalistas não se caracterizam de forma homogênea, mas se diferenciam de acordo com suas demandas e objetivos em prol de ideais e conceitos que se acredita lutar. Essa luta perpassa diversas áreas (sociojurídica; comunitária; política, entre outras) ganhando espaços concretos para viabilização de direitos. Leff (2002, p. 153), em seu discurso, aponta que esses movimentos geram “força social” e com isso ganham potencialidade às reivindicações ambientalistas, chamando atenção para gestão ambiental consciente.

O autor chama esse processo de racionalidade ambiental e reitera: “a racionalidade ambiental inclui novos princípios teóricos e novos meios instrumentais para reorientar as formas de manipulação da natureza”(LEFF, 2002, p.168) existindo assim, uma lógica de valores que permeia o pensamento e as lutas em volta da questão ambiental.

As comunidades amazônicas historicamente sofrem pela cobiça e ganancia pelas riquezas naturais da região. Nos últimos anos, enfrentam-se preocupações constantes com os danos ambientais e sociais, resultado de modelos desenvolvimentistas não preocupados com os impactos futuros. Ribeiro. et al. (2003, p.24) aponta a preocupação em 1970 de promover a intensificação de um desenvolvimento que permita pensar nas questões socioculturais da Amazônia.

O autor enfatiza que a Amazônia não é desabitada, mas detém, além das riquezas naturais, potenciais culturais (valores, crenças, costumes) intrínsecos as suas comunidades e povos. Mesmo sem grandes incentivos governamentais, a Amazônia procura estratégias para promover mudanças no âmbito local e nacional. Temos o movimento socioambiental, que para a região teve sua origem com os movimentos sociais atuando junto ao movimento ambiental, “surgindo assim o ambientalismo amazônido”. (RIBEIRO. et al, 2003, p.25-26).

O Estado deve promover políticas públicas voltadas para a sociedade local, potencializando a cultura, a educação ambiental e o empoderamento dessas pessoas, visando reflexos positivos para as futuras gerações. Nessa perspectiva, projetos que buscam o desenvolvimento sustentável de comunidades amazônicas, destacam-se a comunidade Nossa Senhora de Nazaré. Onde a Universidade Federal do Amazonas, campus de Parintins, por meio do Programa Atividade Curricular de Extensão-PACE, tem desenvolvido projetos.

2.1 AMAZÔNIA: A conservação ambiental em meio à lógica de “desenvolvimento” e sustentabilidade.

O conservacionismo dos recursos naturais é um tema bastante discutido nos dias atuais, principalmente com as crises ambientais apontando a finitude desses recursos. Segundo Diegues (2001, p. 28-29), existe visões diferentes relacionadas à conservação do mundo natural, destacando a ideia do Engenheiro Florestal Gifford Pinchat, que trouxe debates sobre “desenvolvimento Sustentável” e “ecodesenvolvimento”, ganhando enfoque temático em 1970. O Diegues traduz a ideia de Gifford Pinchat da seguinte forma:

[...] na sua concepção, a natureza é frequentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos (DIEGUES, 2001, p.29).

Pensar no futuro é uma preocupação constante para os comunitários de nossa Senhora de Nazaré, a degradação do ambiente afeta diretamente as famílias da comunidade. A falta de incentivo governamental para a conservação dos recursos naturais mostra a negligência social de um modo de produção que visa prioritariamente o lucro. Tal situação faz com que as comunidades criem estratégias para manutenção da cultura e do ambiente, pensando em gerações futuras e na importância dos recursos naturais em suas vidas.

A Amazônia e seu potencial natural (massa terrestre e florestal, água, biodiversidade), são alvo de cobiça mundial. Shons (2001, p.73) destaca que “segundo a ONU (2006), já temos, no momento atual, cerca de 1,1 bilhão de pessoas dos países em desenvolvimento sem acesso ou com acesso precário à água e 2,6 bilhões que não dispõem de saneamento básico”. Os dados apresentados destacam a precariedade que o mundo assiste, com os impactos da exploração dos recursos naturais. A Amazônia e suas riquezas, a exemplo a água doce, tornam-se cada vez mais disputadas num plano geopolítico.

A globalização e suas transformações socioeconômicas têm reflexos na Amazônia e na sua disputa geopolítica. Beker (2009) fala que profundas mudanças aconteceram, destacando o papel da região no cenário nacional e global, seja na esfera econômica, na científico-tecnológica, ou para os próprios povos que habitam essa região.

Final do século XX a Amazônia passa por mudanças estruturais. Beker (2009, p. 29-31) pontua tais mudanças da seguinte forma:

- a) a conectividade, permitindo a região comunicar-se internamente, com o resto do país e com o exterior, rompendo com sua condição de grande “ilha” voltada para o exterior.
- b) a estrutura da economia, que se transformou com a industrialização; hoje, a região ocupa o segundo lugar no país na exploração mineral e o terceiro lugar na produção de bens de consumo duráveis;
- c) a urbanização, alterando de tal modo a estrutura do povoamento que a Amazônia é hoje uma floresta urbanizada, com 69, 07% dos seus 20 milhões de habitantes vivendo em núcleos urbanos, com um importante papel na dinâmica regional;
- d) a mudança na estrutura da sociedade regional – envolvendo diversificação social, conscientização e aprendizado político, fruto da conectividade, da mobilidade populacional e da urbanização – é, provavelmente, a mais importante transformação ocorrida, expressa na organização da sociedade civil e no despertar da região para as conquistas da cidadania;
- e) esta mudança, inclusive, está na base de uma outra, posterior, que consiste na implantação de uma malha socioambiental que representa uma nova forma de

apropriação do território por grupos sociais, áreas protegidas e experimentos conservacionistas.

A autora, de forma sucinta, pontua transformações chaves no processo de “globalização da Amazônia”. Os olhares para esse lugar não se limitavam a nível regional e sim em escala mundial, influenciando na sua geopolítica. Dessa forma, o fim do século XX retrata a luta de interesses entre projetos conservacionistas e desenvolvimentistas permeados por conflitos que se referenciavam a questão ambiental na Amazônia.

Beker (2009, p. 33) apresenta que as transformações resignificaram a Amazônia, reconhecida mundialmente como “coração ecológico” do planeta, por agregar um quinto de água doce, um terço de florestas mundiais latifoliadas, entre outras inúmeras características naturais. A supervalorização ecológica da Amazônia é polarizada por conflitos ora a favor da questão socioambiental, ora a favor do capital, que visa a exploração e apropriação desses recursos. Em meio a isso, projetos e programas a nível internacional e nacional foram criados incentivando a pesquisa sobre a Amazônia. O Estado Brasileiro vê nesse movimento oportunidades para fechar acordos, que nem sempre visaram o desenvolvimento sustentável na região.

A industrialização avassaladora tende a transformar em mercadoria tudo o que se possa apropriar, nessa lógica, “nos últimos anos, novas tendências se delineiam no sentido de viabilizar a realização do capital natural através de um processo crescente de mercantilização da natureza” (Becker, 2009, p. 39).

Shons (2011, p.73) fala sobre as problemáticas ambientais e aponta o capitalismo como seu potencializador, onde o lucro e a exploração estão na base desse sistema econômico que mercantiliza o homem e a terra. A autora enfatiza que final do século XIX e século XX a questão ambiental ficou mais complexa, acompanhando a questão social e seu agravamento refletido na exclusão, desigualdade e pobreza.

Shons (2001, p. 71-72) chama atenção para a Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo (1972), e a Conferência do Rio (1992, conhecida como ECO-92 ou Rio-92), como marcos para se pensar em propostas mais conscientes referentes à questão ambiental, repensando o que seria um “desenvolvimento sustentável”. De acordo com os discursos da autora, “a questão ambiental é uma questão de poucas vozes, que ainda precisam ser amplificadas, estimuladas para se organizarem e produzirem a pressão da resistência que seja capaz de inscrevê-la na agenda política mundial” (SHONS, 2001, p. 72).

A ECO-92 foi um marco nas discussões sobre conservação ambiental expondo a importância do meio ambiente e o agravamento da crise ecológica que coloca em risco os recursos naturais. Atualmente, com a expansão da globalização, essa crise tem se intensificado, discutida nas variadas áreas de conhecimento, entre elas nas ciências humanas com discursos ecológicos e práticas sustentáveis visando futuras gerações.

Boff (2015) nos fala da crise ecológica, compreendendo ecologia como um conjunto de saberes aliados a realidade social, cultural e o cuidado com o ambiente. Ao abordar tal crise, o autor enfatiza que ela tem afetado todo o planeta causando desequilíbrios, abordando a tecnologia como um de seus agravantes.

Para o autor, a tecnologia:

[...] implica na sistemática exploração dos bens e serviços naturais, o envenenamento dos solos, a deflorestação em função do agronegócio da soja, da cana e da criação de gado, a poluição atmosférica, fruto de uma industrialização que considera os danos ambientais como externalidades inevitáveis e a quimicalização dos alimentos já naturalizada pela cultura comercial (BOFF, 2015, p. 134).

O discurso da tecnologia voltado à industrialização e ao consumo não promove um desenvolvimento sustentável, sendo contrária às perspectivas de conservação, onde o lucro se sobrepõe à condição humana. Apesar do “desenvolvimento sustentável” ter sofrido críticas, foi de suma importância para repensar nas formas de uso dos recursos naturais.

Segundo Silva (2010, p. 175), “O conceito de Desenvolvimento Sustentável tem sido enfocado, majoritariamente, a partir de uma visão tridimensional de desenvolvimento, na qual à eficiência econômica combinam-se requisitos de justiça social e de prudência ecológico”. Essa visão difere da crítica feita por Boff (2015) à palavra “desenvolvimento”, a qual apresenta como ambígua, pois também faz parte do discurso do capital.

Boff (2015, p. 135) se refere ao desenvolvimento como um dos motivos à crise ecológica por acreditar que sistema vigente alimenta as sociedades mundiais de um mito, “o mito do progresso e do crescimento ininterrupto e ilimitado”, que aponta quem tem o poder. Esse processo é mensurado estatisticamente pelo Produto Interno Bruto-PIB, que é a forma de medir a economia de uma determinada região. O autor fala que a questão do desenvolvimento-crescimento favorece apenas a mercantilização e o lucro. Para ele, sustentabilidade e modo de produção capitalista são incompatíveis.

[...] A sustentabilidade provém do campo da biologia e da ecologia para sinalizar a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, sustentado pela teia de

interdependências e complementaridades que vigoram entre todos. A metáfora é a circularidade e a mútua ajuda de todos com todos (BOFF, 2015, p.138)

Boff (2015) enfatiza que para haver o desenvolvimento sustentável, teria que mudar as sociedades da história que a cerca e a leva para a expansão e o crescimento, reconhecendo as contradições que perpassa a compreensão do que seja desenvolvimento e como este estaria atrelado a sustentabilidade ambiental.

Para Veiga (1948, p.171), “A sustentabilidade ambiental é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras”. Tais implicações são fundamentais para tão almejada conservação ambiental, principalmente nas áreas de povos e comunidades tradicionais.

O conservacionismo ambiental intrínseco na discussão aqui abordada está relacionado a uma corrente ideológica que envolve a relação homem/natureza. Segundo Pádua (2006, s.p), a visão conservacionista:

[...] contempla o amor pela natureza, mas permite o uso sustentável e assume um significado de salvar a natureza para algum fim ou integrando o ser humano. Na conservação a participação humana precisa ser de harmonia e sempre com intuito de proteção.

Entende-se que são nas reproduções das relações sociais que a necessidade de conservar o ambiente se reforça, na medida em que os recursos naturais se manifestam de forma finita, necessitando que o ser humano crie alternativas sustentáveis para sua própria subsistência e das futuras gerações.

Ao perguntar em um grupo focal para os comunitários sobre qual a compreensão de conservação ambiental, foi nos apresentada as seguintes falas:

Aquilo que a gente mexe com responsabilidade, por exemplo as áreas que não são conservadas são degradadas. Aquilo que a gente mexesse com responsabilidade e respeito, tirar e reflorestar. A floresta aqui tá pobre com a exploração (F. M, 2020);

Falta mais consciência dos moradores, não só daqui do Zé Açú. União pra cuidar do que é nosso (M. S, 2020);

Deveria se ter outro recurso para o manejo da floresta que não seja a queimada. Acho que todos deveriam ter aula sobre conservação ambiental, eu vejo o prejuízo hoje de coisas que eu ajudei a destruir quando trabalhava para os donos das fazendas, não dá pra voltar (O, M 2020).

As falas dos moradores da comunidade Nossa Senhora de Nazaré são enfáticas com relação à preocupação com a floresta, como eles costumam falar “sua riqueza maior”. Pensar

em estratégias que diminuam a poluição e a degradação ambiental nessas comunidades, é um desafio, devido a proximidade com o meio urbano, as poluições, lixo, as grandes extensões latifundiárias de criação de gado, exploração de madeira, areia e outros recursos naturais da região. Na figura 7, podemos observar uma considerável extensão de terra desmatada para criação de gado.



Figura 7- Áreas desmatadas no entorno da comunidade.
Fonte: Trabalho de campo, 2019. (Foto: Daniela Canto)

A Figura 7 retrata a fala dos comunitários quanto ao desmatamento no entorno da comunidade, campos devastados e improdutivos, geralmente utilizados para criação de gado. O desmatamento rebate na produção dos pequenos na dinâmica dos agricultores familiares, com a derrubada de árvores, o calor que já é próprio da região, intensifica-se.

No decorrer da pesquisa de campo foi possível visualizar áreas desmatadas, queimadas, e também a saída de grandes quantidades de madeira do lago Zé Açú. Tais pontos narrados se tornam preocupantes no que se refere a conservação ambiental da região. A entrada de balsas nos lagos não passa por uma fiscalização que intervenha na exploração de madeira, “as balsas grandes entram de dia e só saem na madrugada” (T.A, 2020).

Os comunitários ressaltam o calor provocado pelo desmatamento, afirmando que não colabora com o desenvolvimento da agricultura, precisando o comunitário de máquinas de irrigação para amenizar os impactos nas plantações, a maioria das famílias não tem condições financeiras para a compra dessas máquinas. Alguns irrigam manualmente, buscando água dos rios (em baldes), ou perdem suas plantações.

A comunidade Nossa Senhora de Nazaré tem buscado estratégias em meio ao cotidiano para superar as problemáticas sociais, ambientais e econômicas. O discurso do

capital em prol da industrialização massificada é preocupante para os pequenos agricultores rurais, que ficam as margens desse sistema. Não se trata apenas de relações de comércio, mas de culturas que reelaboram seu existir, a partir da dinâmica das sociedades. Contudo, a comunidade cria possibilidades de conservação ambiental em meio às práticas de exploração.

2.2 COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ: Práticas tradicionais x exploração predatória.

As comunidades tradicionais, como destacado no primeiro capítulo, são constituídas de culturas e bens naturais que impulsiona os comunitários a lutarem no seu cotidiano pela existência, permanência e conservação ambiental. A figura 8 retrata a sede comunitária da comunidade Nossa Senhora de Nazaré e seu entorno, destacando as características perceptíveis no lugar, em especial a relação ambiental (com os rios, a floresta, as praias).

Para os comunitários a relação com o ambiente transcende o significado da existência das comunidades, em suas falas destacam, “nós vivemos segundo a natureza, se ela empobrecer, nós também empobrecemos, porque a gente não vai mais ter o suficiente pra tirar dela” (O.M, 2020).A fala do comunitário implica na relação com o ambiente e nas experiências compartilhadas diariamente. Para Tuan (1983, p 10) “a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência”.

O lugar para Tuan (1983) está atrelado à vivência, percepção esta, bastante presente na fala dos moradores e na observação em campo. As experiências geracionais dão sentido ao lugar que é a comunidade, criando formas, memórias e significados. “O lugar é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais [...]” (p.203).



Figura 8- Imagem panorâmica da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré.
Fonte: Trabalho de campo, 2019. (Foto: Daniela Canto).

A comunidade Nossa Senhora de Nazaré é um lugar de resistência para aqueles que decidem ali permanecer, mesmo diante do descaso do poder público para com as necessidades básicas: saúde, alimentação, água potável, entre outras demandas. Pensar na economia atrelada à conservação ambiental, é uma preocupação constante para os comunitários, porém existem desafios. Segundo a fala de Ricoveri (2012, p 23), “o domínio econômico e cultural conquistado pelo mercado capitalista penetrou profundamente em todos os aspectos da sociedade”, firmando um sistema predatório aos recursos naturais que anulou muitos modos de vida e pensamentos, que levados em consideração, poderiam ser alternativas viáveis para a conservação ambiental. A autora remete-se às comunidades tradicionais, aos povos indígenas, quilombolas, nascidos e criados nesses espaços naturais e que tem muito a ensinar sobre.

Ricoveri (2012) aborda a reflexão para dentro das comunidades e suas dinâmicas cotidianas, permitindo a sensibilidade no olhar para os modos de vida tradicionais, os quais o projeto capitalista não contempla, deixando-os às margens de um sistema que não prioriza os “bens comuns”.

Os bens comuns são bens ou meios de subsistência, que não são mercadorias e configuram uma ordem social criada pelo mercado, baseada na competição e não na cooperação, na troca impessoal entre os sujeitos que não mantem relações entre si e não se conhecem. Ao contrário, os bens comuns baseiam-se na troca entre pessoas físicas que, através da troca. Satisfazem suas necessidades e estabelecem relações sociais. Assim no sistema dos bens comuns, a economia não absorve a sociedade (RICOVERI, 2012, p. 30).

Ricover (2012) apresenta-nos uma lógica social baseada na cooperação e na interdependência recíproca. A prática do “puxirum”, narrado pelos comunitários, envolve todos em prol de objetivos particulares ou coletivos. Os “puxiruns” são encontros coletivos pra fazer os roçados, ou a pesca, ou a caça, envolvendo a comunidade como um todo. “Antigamente existia o puxirum. A gente se ajudava, tanto pra roçar, tanto pra derrubar, tanto pra plantar. Hoje não tem mais. Na década de 70 essa prática começa a enfraquecer” (O. M. 2019).

Apesar da prática hoje não ser mais tão frequente é possível perceber na Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré a preocupação com o cuidado aos “bens comuns”, manifestadas nas estratégias de organização para lutar pelos seus interesses como: o lago e a qualidade da água, a limpeza dos lixos deixados pelos turistas que frequentam as praias do entorno, e o reflorestamento. Eles se unem em reuniões e com outras instituições como a Universidade Federal do Amazonas na tentativa de cuidar do seu ambiente.

Segundo o relato de um comunitário, “a gente sempre se une pra coletar lixo que ficam jogados pela beira, pelas praias, a universidade ajuda, o professor Brandão sempre tá aqui desenvolvendo ações” (O. M, 2019). Existe um esforço de práticas de conservação ambiental por parte da comunidade, a fala supracitada demonstra pequenas atitudes como a limpeza das praias que fazem diferença, pois os comunitários não esperam apenas do poder público, eles agem e intervêm dentro das possibilidades.

Esse enfraquecimento abordado pelos comunitários denota mudanças no meio rural. Principalmente, pelo modo de produção capitalista que traz novas demandas para sociedade. As comunidades são alvo do projeto mercantil do capital que prioriza a exploração do homem sobre a natureza. Para Diegues (2001, p. 93) as culturas tradicionais não são estáticas, estando em constante mudança, tanto quanto as demais organizações sociais elas se inserem no modo de produção mercantilista.

As culturas tradicionais decorrentes da pequena produção mercantil não se encontram, no entanto, isoladas no Brasil de hoje, mas articuladas ao modo de produção capitalista [...]. Essa maior ou menor dependência do modo de produção capitalista, por outro lado, tem levado a maior ou menor desorganização das formas pelas quais o pequeno produtor trata o mundo natural e seus recursos (DIEGUES, 2001, p.93-94).

A fala do autor se aproxima com o que se pôde perceber na realidade vivenciada na comunidade. Não distante da cidade de Parintins, os comunitários vivem uma vida conectada com as áreas urbanas. O rádio, a televisão, os aparelhos celulares contribuem para as trocas de

informações. As transformações das sociedades e seus impactos alcançam todos os modos de vida, bem como as comunidades tradicionais, sendo que nessas, a dificuldade parece ser bem acentuada por não estarem inseridas diretamente no modelo de produção industrial e sim no de pequeno porte.

Os pequenos agricultores da agricultura familiar da comunidade Nossa Senhora de Nazaré buscam parcerias junto a empresas e instituições para a venda dos produtos na cidade, mas as dificuldades para transporte e venda são fatos narrados pelos comunitários, isso quando excede a produção para a comercialização dos produtos (farinha, banana, maracujá, tucumã, entre outros), pois tem colheitas que suprem apenas o consumo próprio.

Segundo os comunitários, “na década de 70 aconteceu o êxodo rural, a evasão do interior para cidade, as famílias vendiam seus terrenos, indo embora pra cidade”. Muitas famílias migravam para cidade em busca de melhores “condições de vida” apresentada pelo modelo de sociedade vigente. Os relatos dos comunitários apontam que “fazendeiros compraram as terras de muitas famílias, hoje sendo grandes latifundiários da região” (O.M, 2020; F.M, 2020)

Um morador relata: “quando começa a entrar esses fazendeiros aqui pra desmatar, aí já começa o sistema capitalista, que deixa consequência. Não tem emprego porque tem máquinas. Ele não ocupa um roçador de terçado porque ele tem um roçador de máquina” (T.A, 2019). A fala do comunitário, entre os mais antigos, narra o processo de apropriação de terras na região por fazendeiros. Cabe ressaltar que as terras citadas na fala, correspondem a área de Assentamento da Reforma Agrária de Vila Amazônia, denominado nos documentos oficiais do governo brasileiro de: Projeto de Assentamento (PA) Vila Amazônia, região do Baixo Amazonas, Parintins (BRANDÃO, 2016).

Há uma área espacial que se distribui em 78.270,000 hectares, destinada pelo governo federal para assentar agricultores familiares apoiados pela política de reforma agrária. O assentamento foi oficialmente implantado na segunda metade da década de 1980 por meio de Decretos do governo federal. Decreto para desapropriação das terras para torná-las terras públicas e decreto tornando a extensão espacial objeto do interesse da reforma agrária. O processo de demarcação e entrega dos lotes de terras aos agricultores familiares se estendeu até os primeiros anos da década de 90 (BRANDÃO, 2016, p.42).

Brandão (2016) destaca que várias ações da política da Reforma Agrária se direcionaram para Amazônia sobre a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, vinculado ao Ministério da Reforma Agrária. A comunidade Nossa Senhora de Nazaré contempla as terras de reforma agrária. Diante disso, o fato de terras serem

compradas por fazendeiros é um tanto arbitrário, pois se trata de terras públicas de área destinada a agricultura familiar, áreas essas destacadas na figura 9.

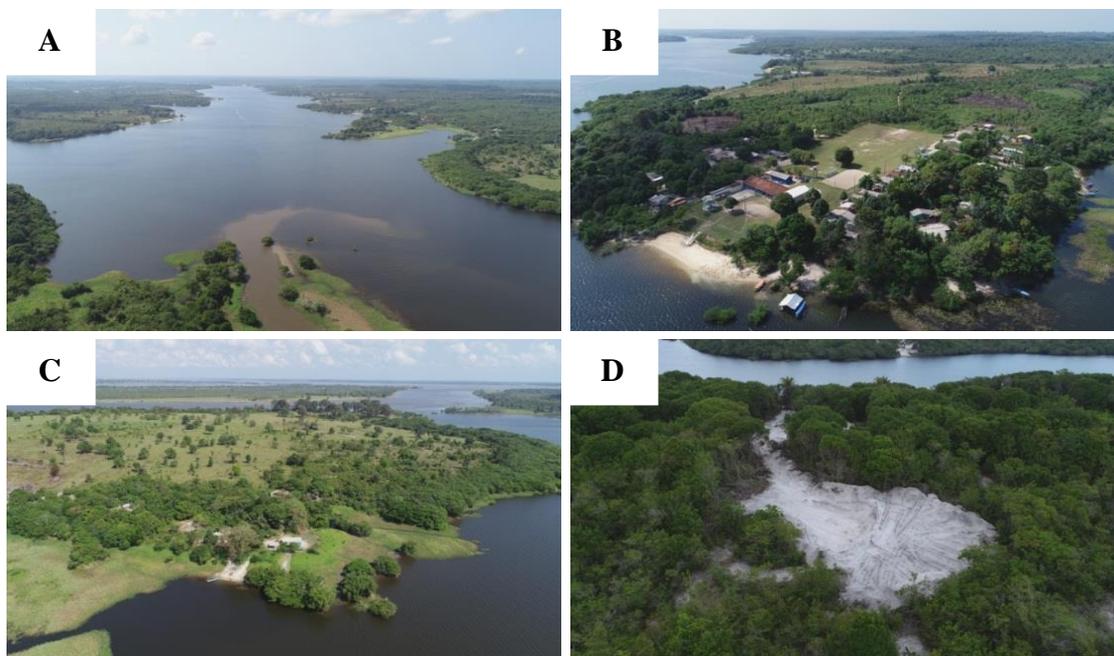


Figura 9 - a) entrada do lago Zé Açú; b) imagem da comunidade e seu entorno; c) campo de criação de gado; d) buraco de areia explorado.

Fonte: Trabalho de campo realizado com imagens de drone, 2019. (Foto: Daniela Canto).

A figura 9 representa em imagens algumas falas narradas pelos comunitários, na imagem (C) podemos perceber um campo explorado, desmatado, que pertence a um fazendeiro da região. Segundo os relatos “nunca deu nada pra comunidade. Ele tem 6 mil e poucas hectares dentro do assentamento” (R.T, 2020). Existe uma queixa constante dos comunitários com relação aos fazendeiros que não contribuem, principalmente com projetos que visem o reflorestamento e a conservação ambiental da região. Essa fazenda cria gado branco e apesar de ter, entre seus vaqueiros, pessoas das comunidades próximas, não interage com a comunidade.

A imagem (B) corresponde a uma área por trás da comunidade. Observa-se o desmatamento do local, também se trata de outra fazenda. Essas terras são destinadas a criação de gado branco e búfalos.

De acordo com o discurso proferido por um comunitário:

A gente já tentou conversar com ele sobre reflorestamento. Mas não adianta, ele cria búfalo e o búfalo acaba com a terra. Em 2012 com ajuda da Universidade foi feito um projeto sobre reflorestamento, e o búfalo acabou com algumas áreas trabalhadas, sem contar que os vaqueiros dele não são daqui ele não contrata gente daqui (F.M, 2020).

Tais relatos corroboram com um sistema desigual, individualista e arbitrário que alcança as próprias comunidades tradicionais, trazendo impactos ambientais negativos. A exploração da região por fazendeiros, sem pensar nas pessoas que habitam anos esse lugar, é desconsiderar o processo sócio-histórico e a conservação ambiental travestida em anos de luta por essas pessoas.

Para os comunitários, em algumas partes da comunidade, a terra se torna improdutivo, por conta do desmatamento da região, bem como do calor do verão, que se intensifica com o desmatamento das regiões próximas, ou seja, as fazendas de criação de gado observadas nas imagens. Outra questão é que terras de assentamento não podem ser vendidas, pois pertencem à União. Logo, podemos perceber uma contradição na distribuição de terra, burlando a política da Reforma Agrária, a qual visa uma equidade na distribuição.

Outro ponto referente à exploração dos recursos naturais abordado pelos moradores da comunidade Nossa Senhora de Nazaré, trata-se de uma área próxima à comunidade onde existe uma retirada de areia em grande quantidade como apresenta a imagem (D), balsas de empresários de Parintins entram no Lago Zé Açú e fazem essa retirada. Ao relatar essa realidade os comunitários dizem que esses empresários também não desenvolvem projetos ou prestam colaboração com as comunidades da região.

Tais pontos abordados correspondem à observação feita em campo de pesquisa. A exploração dos trabalhadores rurais e de recursos naturais são visivelmente notados quando adentramos essa realidade. Em uma viagem para a comunidade, foi possível ver uma balsa de grande porte saindo do lago Zé Açú abastecida de madeira. A região é conhecida pela indústria madeireira. Segundo relatos na comunidade, existem balsas que só saem na madrugada da região. “A balsa entra vazia de dia, e a noite sai cheia de madeira, bem tarde da noite” (J. L, 2020). Isso nos faz refletir na extração ilegal que ameaça a Amazônia, e os povos que nela habitam.

Consideramos relevante contextualizar as práticas e agrícolas e extrativistas observadas na comunidade. No que tange á agricultura teve um marco, sendo este a imigração japonesa, abordada no primeiro capítulo. Após a imigração de nordestinos para Amazônia e a crise da borracha, deu-se inicio à imigração japonesa. Os primeiros Japoneses chegaram a Parintins em 1931. Na época, os imigrantes viram na plantação de juta e malva um novo alvo para a economia, ganhando seu auge em 1960. Concomitante à juta e malva, a fruticultura

também fazia parte a agricultura (maracujá, cupuaçu, açaí, mandioca, entre outras). (HOMMA, et al, 2011).

De acordo com os comunitários, na Vila Amazônia o trabalho com a juta era intensivo, vários moradores da comunidade Nossa Senhora de Nazaré ainda se lembram de terem trabalhado com a juta. As áreas de várzea foram alvo de desmatamento para o plantio da juta que teve sua falência mais tarde (HOMMA, et al, 2011). Na memória os comunitários guardam lembranças de ciclos na agricultura que marcaram suas vidas.

A área da Vila Amazônia e sua extensão, envolvendo a comunidade Nossa Senhora de Nazaré fazem parte do projeto Assentamento da Vila Amazônia. O assentamento permitiu que núcleos familiares se apropriassem dessas terras a fim de realizarem suas plantações. A comunidade de Nossa Senhora de Nazaré é parte desse processo. Porém o que se vê hoje nas famílias é uma agricultura mínima, de subsistência. (BRANDÃO, 2016, p 41)

Cabe explicar a dinâmica dessas famílias que em sua maioria não planta no mesmo terreno que mora. As famílias que moram na sede da Comunidade (demonstrada na Figura 5), têm em sua maioria esses terrenos cedidos pela Igreja, poucos são próprios. Os quintais são pequenos, dando lugar para pequenas hortas, plantações de árvores frutíferas (banana, abacate, maracujá) e criação de animais (galinha, porco, pato). As famílias tiveram acesso no assentamento rural em terras para agricultura um pouco distantes, como fala um comunitário: “alguns da comunidade tem roçado na estrada, terra de um hectare pra menos” (F. M, 2020). Percebe-se que precisa de estrutura e transporte para manter esses roçados. “Eles vão de moto pro roçado, dá uns 30 minutos da comunidade para lá. Eles plantam mandioca, banana, pupunha e outros. Essas terras são de assentamento, deixada de pai pra filho” (O. M, 2020).

Brandão (2016, p.259) explica a dinâmica descrita supracitada:

Os projetos de assentamentos da reforma agrária como é o caso do segmento PA Vila Amazônia, trazem na sua configuração estrutural a destinação para os agricultores assentados, de uma parcela (lote) com *tamanho agrícola*, a fim de que possam desenvolver as atividades agropecuárias. Também destinam para o mesmo agricultor outra parcela com *tamanho urbano* destinada a construção apenas de uma moradia, no chamado Núcleo Urbano, que no caso de Vila Amazônia na maioria dos casos coincide com a sede da comunidade, estrutura especializada, já existente desde antes do assentamento da reforma agrária. Assim, o agricultor familiar pode ter uma moradia no lote ao longo das estradas, ramais e vicinais e outra no Núcleo Urbano ou sede da comunidade que é uma área espacial de referência dentro da estrutura do assentamento (BRANDÃO, 2016, p.259).

Atualmente, existe um enfraquecimento na política de assentamento de terras e agricultura familiar. As famílias estão procurando alternativa para melhorar suas plantações e

escoar seus produtos. Como dito nos parágrafos supracitados, a Universidade Federal do Amazonas-UFAM tem ajudado com projetos, porém existe uma necessidade social que não é suprida e corresponde aos direitos básicos inerentes a essas pessoas, entre eles a alimentação.

De acordo com as observações na comunidade Nossa Senhora de Nazaré, as iniciativas da “agricultura familiar” da comunidade sofrem necessidades, técnicas (maquinários e profissionais que orientem) e econômicas (investimentos), os agricultores sentem essa realidade de forma negativa e anseiam supri-las.



Figura 10- Plantação de Mandioca.

Fonte: Trabalho de campo, 2019. (Foto: Daniela Canto).

Na figura 10 podemos observar uma plantação de mandioca de uma família da comunidade. Todo esforço para manter esses roçados é de forma artesanal, uma vez que esses pequenos produtores não dispõem de maquinários. São pequenas plantações, ou seja, produz-se pouco excedente.

Nas observações foi possível perceber o quanto é significativo a plantação, o roçado para os comunitários. Nem sempre seus roçados estão no próprio quintal, por vezes estão em outros terrenos, distantes, e eles tem que fazer esse percurso para continuar seu trabalho, todos os dias.



Figura 11: Tratamento da mandioca e confecção de farinha
a) Maceração da mandioca; b) Processo de escoação; c) Preparo da farinha.
Fonte: Trabalho de campo, 2019. (Foto: Daniela Canto).

Na figura 11 podemos verificar como é feito o tratamento da mandioca após sua colheita. Na imagem (A, percebe-se as mulheres trabalhando na mandioca, ralando em materiais preparados artesanalmente. Na imagem (B), a comunitária manuseando o tipiti, que também é feito artesanalmente de palha trançada, e serve para comprimir a mandioca para retirar o líquido chamado de tucupi, bastante utilizado na gastronomia amazônica. A imagem (C) mostra a “casa de farinha” onde se prepara, com um trabalho manual e árduo, a farinha, alimento que não pode faltar na mesa dessas pessoas.

Além da cultura do cultivo e do consumo da farinha, existe a realidade de que a farinha é mais rentável pois permite a produção dos derivados. Apesar de não ser a situação de todos, existem famílias que tem na farinha seu principal alimento, por necessidade da alimentação, porém não é uma refeição que contem todos nutrientes necessários para uma alimentação completa.

O processo apresentado na figura 11 corresponde ao que Brandão (2016) chama de produção pluriativa de farinha e derivados da mandioca, sendo a atividade mais desempenhada pelos comunitários nos últimos anos, concomitante a toda região da Vila Amazônia.

O autor expõe seu pensamento detalhando a utilidade da mandioca e seus derivados, elencando suas múltiplas formas de uso na produção de gênero alimentícios:

- a) a farinha de mandioca nos seus diversos *tipos* se caracteriza como a mais requisitada no hábito alimentar local/regional. É confeccionada a partir da massa das raízes de mandioca trituradas (*raladas* ou *cevadas*), lavada, prensada, peneirada e torrada em fornos a lenha;
- b) o tucupi, o líquido recolhido da massa das raízes de mandioca raladas ou cevadas e prensadas, também denominado de *manipueira*, um molho parcialmente fermentado que depois de condimentado se torna um ótimo ingrediente para a culinária na confecção de iguarias como *tacacá*, *pato no tucupi* e *bodó no tucupi* pratos muito requisitados em eventos culturais regionais principalmente;
- c) a goma é obtida do líquido oriundo da massa da mandioca ralada, lavada, espremida ou prensada, colocada para *descansar* em um recipiente começa a se depositar uma massa branca separando-se da parte líquida depois de algumas horas. É retirada da água e colocada em locais para enxugar, secar, transformando-se em uma substância farinácea (*fécula* ou *polvilho*) utilizada para fazer diversos tipos de beijos de tapioca, farinha de tapioca e a famosa e diversificada tapiquinha requerida nos cafés regionais;
- d) a crueira são pedaços ou fragmentos de mandioca que ficam retidos na peneira durante a peneiragem da massa. Eles têm origem durante o processo de cevagem das raízes e estão relacionados com a regulagem das *tariscas* (aspas de aço dentadas) do *catitu* ou *bola de cevar* que cortam a raiz de mandioca durante o processo. Após separadas a crueira é desidratada ao sol ou forno de torragem e depois *moída* ou *pilada* transformando-se em um pó requisitado para *mingaus* e *bolinhos fritos de crueira*;
- e) os beijos e os bolos são dois produtos também muito comuns nas farinhadas e dotados de importância comercial. Os beijos são feitos da massa lavada da mandioca (*beiju seco* ou *sica* ou ainda *beiju cortadinho*) e também feitos da goma de tapioca (*beiju dobrado*, *branquinho* ou *lenço e cortadinho*) (BRANDÃO, 2016, p.281).

De forma detalhada, Brandão (2016) expõe o trabalho que envolve desde o cultivo da mandioca, aos derivados, evidenciando a importância desse produto na vida dos comunitários. Porém, o fato de todas as comunidades voltarem-se para o cultivo da mandioca, aumenta a concorrência e a falta de outros produtos, mas não podemos desconsiderar a necessidade do consumo desses alimentos, principalmente da farinha, que é uma alimentação diária no cardápio dos comunitários.

Os desafios na agricultura refletem nas necessidades dos comunitários. De acordo com um comunitário: “Antigamente a gente ia rezar o terço no vizinho e no final do terço tinha uma mesa farta de beiju, tapioca, tucumã, fruta. Hoje só tem o café, quando tem” (M.S, 2020). Entre as falas dos comunitários, fica evidente que a fartura na comunidade não é a mesma de antes. A produção e a renda obtida pela mandioca e seus produtos mal suprem a comunidade, que se divide a partir do que dispõe, pois nem todos que plantam têm “casas de farinha” e vice-versa. O que sobra, eles vendem na cidade ou para atravessadores geralmente por preços abaixo do trabalho que executam.

A agricultura na comunidade Nossa Senhora de Nazaré, hoje se apresenta como um desafio, por inúmeros motivos, um deles é o calor do verão. De acordo com um relato na comunidade:

Hoje o calor é demais e acaba com a plantação, eu só consegui fazer plantação quando eu comprei o montor-bomba, porque eu plantava e o verão matava, só assim consegui plantar abacateiro, tem três abacateiros lá em casa. O verão tá muito quente e a terra não aguenta porque tá desmatado próximo (S. V, 2019).

Faz-se necessário, dessa forma, suportes técnicos que auxiliem na irrigação das plantações, para amenizar o calor que dificulta o desenvolvimento da agricultura, para a produção obter sucesso. A renda dessas pessoas é mínima, não dando para investir em suportes técnicos e humanos. A renda mal supre as necessidades cotidianas de algumas famílias, principalmente das que dependem majoritariamente da agricultura.

Outra prática importante para comunidade nossa Senhora de Nazaré é a **pesc**a, que envolve gerações: netos, filhos, avós, compartilhando saberes tradicionais. O Lago Zé Açú compõe subjetividades unidas a crenças, lendas e significados que dão sentido para a existência da comunidade. O Lago também é a rua dos ribeirinhos, pois os rios os levam-nos e os trazem para onde querem ir.



Figura 12: Pesca no lago
Fonte: Trabalho de campo, 2019. (Foto: Daniela Canto).

A figura 12 acima retrata a rotina de muitos comunitários da região, ao alvorecer do dia, eles levantam e partem para os lagos em busca de peixes para seus sustentos. Quando acontece de a pesca ser produtiva, eles se dirigem à Vila Amazônia ou à Parintins para vender.

De acordo com as falas proferidas por um comunitário pescador, sobre a atual realidade: “Nós ainda temos peixes, porque temos peixes que vem como é o curimatã. Na seca eles baixam de outros lagos e na cheia eles saem. Só que os peixes não estão crescendo porque nossa água é comprometida, eles são pequenos” (O. M, 2020).

Segundo a fala do comunitário, a poluição dos rios é preocupante, pois o comprometimento da água coloca em risco a saúde das pessoas que moram na região, bem como os problemas com o desenvolvimento e permanência dos peixes no lago. Outra preocupação constante é a pesca predatória que acontece na região, e não tem uma fiscalização fixa por parte dos órgãos ambientais.

Embarcações de grande porte entram no lago, principalmente na madrugada para o abastecimento de peixes, usando de ferramentas proibidas como arrastão (malhadeiras extensas). Incompatível com as ferramentas utilizadas pelos comunitários.

De acordo com o relato de uma moradora:

Os que vem de fora pescam pra vender na cidade. Eu corto arrastão aqui. Nessa parte o meu vizinho me ajudava, a gente saia a noite pra expulsar pessoas de fora que vem pegar todos os peixes, ate arma já apontaram pra nós (F.M, 2020).

Diante da fala da moradora, é possível perceber que não existe uma fiscalização assídua dos órgãos responsáveis pela preservação dos lagos, e os comunitários tentam suprir essa falta, fazendo a própria fiscalização que coloca em risco suas vidas. Eles chamam essa prática de vigília dos lagos, que se intensifica na seca com a subida das desovas dos tracajás, atraindo muitos predadores. A venda de tracajás é ilegal e fiscalizada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis- IBAMA, porém muitos burlam essa fiscalização.

O programa Pé-de-Pincha é bastante respeitado pela comunidade que trata com seriedade do cuidado com os quelônios. O projeto é uma parceria do IBAMA com a Universidade Federal, e apoiadores, como a gestão municipal.

Segundo Rocha e Terám (2011), o nome do projeto faz referência às pegadas dos quelônios nas areias, parecidas com tampas de garrafas de refrigerantes, chamadas na região de pincha. O programa foi uma iniciativa da Universidade Federal do Pará em 1999, no município de Terra Santa-PA, com as primeiras atividades nas comunidades do entorno do Lago Piraruacá e ganhou proporção alcançando muitas comunidades ribeirinhas, inclusive no Amazonas, a exemplo a comunidade Nossa Senhora de Nazaré.

Com intuito de promover educação ambiental, o projeto é desenvolvido em várias etapas, podendo destacar: palestras, formação, atividades de incentivo ao ecoturismo, incentivo da organização das comunidades em associações e cooperativas (ROCHA E TERÁM, 2011, p. 05)

A soltura dos quelônios transforma-se em um evento para as comunidades. Ao visitar alguns tanques em residências da comunidade Nossa Senhora de Nazaré, percebeu-se essa como uma estratégia de conservação ambiental, observou-se um empenho da comunidade para a retirada dos tracajás do perigo da extinção.

Estratégias de proteção e cuidado com o ambiente são diariamente expressa na comunidade. Sem explorar as pessoas tiram da natureza o necessário para subsistência. Projetos de reflorestamento feitos em seus próprios quintais, o cuidado com a pesca predatória, evidenciam a preocupação dos comunitários com a conservação ambiental e a vida das futuras gerações.

A organização sociopolítica na comunidade Nossa Senhora de Nazaré é de grande relevância na reivindicação e garantia de direitos. Impulsionando a autonomia e a participação ativa dos comunitários nas decisões de interesse comum a todos. Nessa perspectiva, qualquer tipo de organização coletiva é válido, sejam elas associativistas, cooperativistas ou sindicais.

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DO ZÉ AÇU-AM FRENTE À ORDEM DO CAPITAL.

O processo de colonização resultou em uma rica diversidade étnica e cultural na Amazônia. Apesar de agregar diferentes povos e comunidades tradicionais, cada uma tem características próprias, o que as torna diferentes umas das outras, compreendendo assim suas múltiplas formas de se organizar no cotidiano envolvendo questões políticas, sociais, econômicas, religiosas, educacionais entre outras.

De acordo com Chaves (2001, p.78), “a comunidade é composta por um conjunto de relações/intercâmbios de produção e político-organizativos dos homens entre si e com a natureza”. É nas formas de manejo, roça, pesca, valores e crenças que podem ser identificadas essa relação homem-natureza, mas não somente, uma vez que os povos e as comunidades rurais não são estáticos no tempo, reelaborando-se nas dinâmicas das sociedades.

A constante ameaça do capital aos recursos naturais que cercam essas comunidades, fez com que elas buscassem estratégias e mobilização social como forma de resistir à insustentabilidade do discurso de “progresso” do capitalismo. A autora pontua as lutas e mobilizações que envolveram as comunidades tradicionais, entre elas, a luta por uma reforma agrária, por bens e serviços como energia, tecnologia, respeito à cultura e conservação ambiental.

No início da década de 1980 inaugurou-se no campo amazônico um período de muitas lutas cuja principal característica foi a foram de amplo leque de alianças entre os segmentos sociais. A emergência dessas lutas proporcionou novas perspectivas para os segmentos envolvidos no contexto político e socioambiental (CHAVES, 2001, p. 85).

A comunidade Nossa Senhora de Nazaré compõe a luta por direito a terra conquistada pela política de assentamento na década de 1980 com a reforma agrária. O que chega a ser contraditório, uma vez que as terras de assentamentos são terras da União. Logo, eles deveriam ser assistidos pela União, uma vez que os poderes políticos estaduais e municipais não têm a responsabilidade de gestão. Porém, os investimentos a nível federal são precários e não descentralizados. Dessa forma, diversas estratégias de organizações sociais são feitas para assegurar os direitos dos agricultores familiares, inclusive a possibilidade de parceria do INCRA com o poder público, a nível estadual e municipal.

Entre os desafios dos pequenos produtores rurais, Chaves (2009, p. 88) corrobora que “na década de 90, cresceu a parcela de empobrecidos do campo, ficou visível a falta de segurança social, aumentou a rotatividade de assentados (fluxo de saída e entrada do assentamento) e o endividamento dos produtores”.

A autora ainda sustenta em seu texto que:

A viabilidade de assentamentos de reforma agrária vincula-se a existência de uma infraestrutura de bens e serviços sociais básicos, com assistência a educação e à saúde, habitação com saneamento básico (água e energia), sistema de transporte coletivo e de escoamento da produção, pesquisa, apoio técnico e creditício (fomento, produção). A viabilidade técnica e social envolve, não apenas a oferta de terra, mas, fundamentalmente, os meios necessários para os assentados assumirem a condição de produtores, através do exercício das atividades de produção e da vida comunitária. (CHAVES, 2009, p.89)

Nota-se no parágrafo acima, citado por Chaves (2009), que o plano para os assentamentos é bastante idealizador para uma vida plena no exercício de direitos, porém a realidade encontrada nesses lugares não corresponde ao previsto. O assentamento da Vila Amazônia que nos faz refletir sobre a não efetivação de políticas públicas capazes de garantir o mínimo necessário a uma vida digna e humana aos agricultores rurais, desde os direitos básicos: água potável, energia elétrica de qualidade, saúde preventiva e curativa, educação descentralizada contemplando a realidade no campo, entre outras.

A comunidade Nossa Senhora de Nazaré reflete o descaso na viabilidade de políticas públicas tendo muitos de seus direitos não garantidos, outros viabilizados de forma precária. Apesar de compor uma área de assentamento, o acesso a água tratada não chega a todas as casas. O poço que abastece a comunidade foi instalado pelos próprios comunitários e a sua manutenção é feita de forma precária, pois não há recursos para isso. Outro ponto bastante frisado pelos comunitários, é o escoamento da produção que não existe, eles fazem por conta própria, vendendo seus produtos muitas vezes para atravessadores, por valores abaixo do mercado, pelo fato de não ter o transporte, ou recursos para o abastecimento dos motores rabetas.

Os direitos básicos previstos para os assentamentos de terra para agricultura familiar não são efetivados. As condições matérias e de transporte do produto não são assistidos por políticas públicas, dificultando o trabalho dos pequenos agricultores.

A figura 13 ilustra a casa de um dos comunitários, exemplificando as estratégias encontradas para a venda de seus produtos, podemos perceber uma placa em frente à residência escrita: “vende-se farinha”, para divulgar o produto.



Figura 13- Casa de um dos comunitários.
Fonte: Trabalho de campo, 2019. (Foto: Daniela Canto)

Essa estratégia é para alcançar principalmente quem vem de fora, nas embarcações de passagem, pois muitos comunitários produzem sua própria farinha. E até fazem “puxirum” (trabalho coletivo, sem fins lucrativos, baseado na ajuda), juntando duas ou mais famílias para a preparação desse produto, havendo a divisão igual ao final da produção. Geralmente, isso acontece com quem tem a mandioca, mas não tem a casa de farinha, então há uma ajuda mútua para que ambos tenham acesso ao produto.

Esse trabalho coletivo pode ser bastante percebido na comunidade, onde existe solidariedade entre as famílias e a vizinhança. Algo que nas grandes cidades vai ficando cada vez mais incomum uma vez que a violência e a insegurança são colocadas no retrato da sociedade socialmente desigual.

Além desse ponto destacado, percebe-se ainda na figura 13 que existem plantações de árvores frutíferas (bananeiras, mangueiras, maracujazeiros), e também a própria horta (com pimenta, cebolinha, tomate), isso pode ser percebida em várias outras casas da comunidade, sendo uma prática comum entre eles para suprir suas necessidades básicas, pois como não existem grandes extensões de terra para plantar, eles pouco comercializam esses outros produtos, utilizando mais para seus consumos diários.

A realidade representada na figura acima corrobora com a realidade de muitas casas, principalmente com preocupação de plantar, sejam árvores frutíferas, medicinais ou ornamentais. Os terrenos enchem-se do verde das plantas, e isso é repleto de significados para eles, pois gostam de manter a relação com as plantas.

A partir dos pontos observados, percebem-se fragilidades desde a luta pelos direitos básicos, aos relacionados à agricultura, sendo constantes as estratégias de reivindicações. Nesses termos, as comunidades tradicionais têm buscado em parceria com outros órgãos sociopolíticos formas de se ter o mínimo para um desenvolvimento social, econômico e cultural.

O modo de produção capitalista desigual e excludente apresenta-se como um desafio ao desenvolvimento social e econômico das comunidades tradicionais, uma vez que estas preservam práticas voltadas a uma economia solidária e menos voraz aos ditames do capital.

3.1 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A ORDEM DO CAPITAL: Desafios e perspectivas na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré.

A questão social e a questão ambiental apesar de serem movimentos distintos, se inter cruzam e surgem de forma semelhantes, pela irresponsabilidade política, social e econômica nas sociedades. Estamos falando das bases de um sistema vigente, fundamentado na exploração do homem e da natureza, tornando-os mercadorias.

Para Schons (2012, p.71)

A questão social, basicamente, é composta pelos elementos econômicos e políticos que se manifestam no pauperismo. Não se trata de um pauperismo qualquer, mas daquele que percebe sua condição de pobreza, toma consciência e a denuncia; é o elemento da resistência, capaz de inscrever a pobreza na agenda política exigindo outro atendimento.

A autora destaca a pobreza, fruto da disputa de poder e acumulação de riqueza, retrato de uma sociedade desigual, que esbarra na questão ambiental, onde os ditames do capital no decorrer dos séculos, causaram sequelas ambientais (poluição, desmatamento, produção de lixo, entre outros) precisando também, da tomada de consciência desta questão que só tem se agravado.

Schons (2012, p. 72) fala que a questão social é fruto da contradição do capital, que impulsiona a mercantilização desde o final do século passado. Essa racionalidade econômica

do capitalismo de domínio da natureza tem se mostrado insustentável, colocando constantemente em pauta a questão ambiental.

A questão ambiental por sua vez se refere ao saque aos recursos naturais, que também se globalizou “instalando assim um imperialismo ecológico”, na denominação de alguns, que ‘denuncia a desigualdade estrutural entre as nações do centro e as da periferia dos sistemas’ (SCHNS 2012, p. 76, apud, SILVA 2010).

O modo de produção capitalista tem conduzido cada vez mais as sociedades ao consumismo e ao lucro, trazendo impactos negativos na forma de pensar e usar os recursos naturais, não conduzindo esse processo de forma sustentável.

De acordo com o Leff (2009, p 27):

A apropriação dos recursos naturais dos países tropicais e a exploração do trabalho das populações indígenas das regiões colonizadas pelos países europeus cumpriram essa função estratégica para expansão do capital. Assim se foi gerando um processo de subdesenvolvimento como resultado da divisão internacional do trabalho, a troca desigual de mercadorias e a degradação ambiental gerados no processo de globalização do capital.

Os países subdesenvolvidos sublinhados pelo autor retratam uma economia desigual, aliada a exploração e expropriação de recursos naturais e culturais destes, sendo o caso do Brasil, que se torna dependente econômico e tecnológico de países considerados “desenvolvidos”.

Em sua abordagem, o autor correlaciona o subdesenvolvimento ao processo de degradação ambiental, uma vez que existe essa necessidade na ordem do capital de expansão econômica sem a reflexividade que envolve os sistemas ambientais.

A industrialização, nessa perspectiva, é a face capitalista que leva a interdependência entre países, entre os que detêm os meios de produção e os que detêm os recursos naturais, produzindo e reproduzindo as desigualdades.

A apropriação das melhores terras de grandes áreas rurais para agricultura, a exploração das madeiras das florestas e a criação comercial de gado foi expulsando a agricultura de subsistência para as encostas das montanhas, onde as condições topográficas do terreno, na ausência de técnicas apropriadas de terraços, acelerou os processos de desmatamento e erosão dos solos, com a consequente degradação na produtividade agrícola. Tudo isso causou uma crescente incapacidade das áreas rurais para criar empregos produtivos para seus habitantes, gerando grandes correntes migratórias para cidades, com altos índices de insalubridade e miséria. (LEFF, 2009, p. 34)

As questões apontadas pelo autor são semelhantes às descrições feitas no capítulo II pelos moradores da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré, ao relatarem a exploração dos recursos naturais e o desmatamento feito na região por fazendeiros e criadores de gados, tornando o solo improdutivo, sem a preocupação com os impactos ocasionados para as famílias que vivem no entorno.

Entre as falas apresentadas pelos comunitários há uma necessidade por reflorestamento. Contudo, faltam parcerias, seja por parte dos fazendeiros, seja pelo poder público para a ampliação de projetos sustentáveis na região. Procura-se olhar para o Zé Açu, como uma região habitada por povos e comunidades tradicionais que lutam pelo reconhecimento de seus modos de vida, e pela conservação ambiental.

Os impactos da degradação ambiental são inevitáveis para as pessoas que moram nas comunidades tradicionais, influenciando nas suas formas de organização social, econômica e política. “Numerosos camponeses e comunidades indígenas estão desempregados e subempregados, produzindo em condições que não lhes permitem suprir suas necessidades básicas” (LEFF, 2009, p. 35). O autor fala da precarização nas relações de trabalho nos ambientes tradicionais, onde as relações capitalistas são excludentes e desiguais.

O autor narra os desafios enfrentados nesses ambientes, não sendo uma realidade adversa à comunidade Nossa Senhora de Nazaré, onde há precarização nas formas de trabalho e renda, havendo dependência na agricultura que atualmente passam por dificuldades, as quais já foram citadas nos capítulos anteriores. O que nos permite pensar no quão é contraditório exigir organização e autogestão socioeconômica, de um coletivo que não tem o mínimo de estrutura para o desenvolvimento social comunitário.

O desenvolvimento social nas comunidades tradicionais requer políticas públicas descentralizadas, Segundo Nascimento (2016, p. 126):

A formulação de políticas públicas voltadas para os povos tradicionais da Amazônia deve, necessariamente, considerar a politizada, matricialidade das territorialidades presentes na região, enquanto fulcros de resistência quer seja fugindo da fome vindos para cá nos grandes contingentes de deslocamentos, quer seja a resistência organizativa propulsora da luta e do enfrentamento protagonizada pelos movimentos sociais.

O autor aponta que as universalizações das políticas públicas são desafiadoras para as comunidades tradicionais na Amazônia, e podem implicar na não proteção social nesses lugares que reúnem culturas, tradições e identidades diferentes. Compreender as

particularidades para viabilização de direitos é respeitar os modos de vida escolhido pelos comunitários.

O contexto amazônico, tem em seu processo histórico práticas colonialistas, coronelistas, e assistencialistas, que de forma arbitrária tentaram anular povos e modos de vida, a comunidade Nossa Senhora de Nazaré também é alvo dessas práticas. É contra esses tipos de arbitrariedade que se trata a luta diária dos que vivem na referida comunidade, na perspectiva de conquista de direitos. As ações do poder público devem ser eficazes e próprias para esses ambientes, que agregam, em suas reivindicações, questões culturais, ambientais, sociais e políticas.

Acerca dessa, questão Nascimento (2016, p. 126) apud Torres (2007) faz a seguinte observação:

Evitar a fragmentação das ações públicas implica adotar o critério e proteção social, com a universalização das políticas públicas. Não adianta garantir recursos para a implementação de empreendimentos solidários se não são garantidas condições efetivas em termos de logística aos trabalhadores da economia solidária no Amazonas, desafio que se põe atualmente, como vimos anteriormente. Isto inclui ações de geração de emprego e renda de forma mais efetivas e permanentes, supõe apoio à educação de adultos para que novos horizontes despontem no âmbito da absorção da mão de obra pelo mercado, exige apoio para que as famílias tenham acesso à moradia, saneamento básico, saúde e a garantia de acesso a toda uma rede de serviços públicos administrada com competência e qualidade.

Considerar as matricialidades territoriais como sugere o autor, se contrapõe a qualquer tipo de fragmentação nas políticas públicas, que não considerem a realidade específica das comunidades. Além da visão economicista, existem vidas, histórias e culturas nesses locais, percebidas cotidianamente no fazer das atividades (pescar, plantar, caçar, cuidar de doenças a base do que plantam, entre outras). As relações sociais na comunidade Nossa Senhora de Nazaré estão extremamente atreladas à questão ambiental, onde os recursos naturais (rios, lagos, animais, plantas, cultivo) dão sentido à própria existência dessas pessoas.

3.2 AS INSTITUIÇÕES FORMAIS E AS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DO ZÉ AÇU

A forma de organização sociopolítica de comunidades tradicionais ribeirinhas transcende a ideia normativa do Estado, envolvendo saberes e práticas tradicionais passadas por gerações, com peculiaridades a partir da realidade de cada comunidade. Pautadas na

economia solidária, os ribeirinhos lutam por visibilidades na efetivação de políticas públicas que contribuam para seu desenvolvimento humano.

Nascimento (2016, p. 127), ao abordar economia solidária, enfatiza sobre:

inscreve-se no processo alternativo de organização dos trabalhadores que se encontram fora do mercado formal de trabalho. O aspecto coletivista e a solidariedade presentes nesta modalidade de trabalho, revestem-se de singular grandeza no processo de desenvolvimento humano.

O autor sublinha o teor coletivo expresso nessa forma de economia (economia solidária), principalmente na divisão sócio-técnica do trabalho. Diferenciando-se do modelo econômico capitalista que se apresenta individualista, competitivo e consumista.

Leonelo (2010, p.51) aponta que,

Na dimensão econômica, a economia solidária tem como princípios, a solidariedade, a propriedade coletiva e a autogestão. As atividades solidárias se pautam em práticas participativas que buscam uma justa distribuição dos produtos produzidos e das riquezas geradas e a melhora das condições de vida de todos os participantes. Na dimensão sociopolítica, a economia solidária pode ser entendida como um movimento social que, além de ser uma alternativa de se organizar a vida social, assume o objetivo de contestar o modo capitalista de organização da produção e apresentar-se como uma alternativa a este.

Como aborda o autor, a economia solidária não é interessante ao sistema econômico vigente, pois se opõe ideologicamente a ele. Pautada na solidariedade e no coletivo esse tipo de economia é comum nas comunidades tradicionais, onde as relações sociais não estão impregnadas pela competitividade das sociedades industriais.

Cada vez mais as comunidades tradicionais têm buscado estratégias de organização coletivas que vislumbrem a garantia de seus direitos (saúde, educação, assistência, terra, água, energia) e a conservação do seu ambiente. A comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açú destaca-se, entre as demais comunidades da região, por suas lutas coletivas, cabe aqui enfatizar suas três principais formas de organização: a igreja; a associação e a cooperativa.

A respeito da instituição igreja, inserida no processo de criação da comunidade, destacamos que ela possui forte influência na Comunidade, inclusive no nome, pois Nossa Senhora de Nazaré é uma santa católica, e padroeira dos comunitários. Como destacado no Capítulo I, foi nos moldes eclesiais de base da Igreja Católica que a comunidade Nossa Senhora de Nazaré foi fundada, a partir da necessidade dos comunitários de realizar seus encontros aos domingos.

Da área que abrange a sede da comunidade, 70% das terras pertence à Igreja Católica, religião essa que prevalece entre os comunitários, incluindo as áreas onde se localiza a escola e o centro cultural. Com isso, percebe-se um domínio considerável da ideologia cristã entre as pessoas.

Essa dependência torna a igreja partícipe de todos os movimentos e decisões da comunidade. A festa em honra a padroeira que ocorre todo 08 de setembro, é um dos eventos principais e mobiliza toda região, como podemos perceber na figura 14.



Figura 14- Festa em honra a padroeira da comunidade.
Fonte: Trabalho de campo, 2019. (Foto: Daniela Canto).

A figura 14 retrata a celebração da passagem dos jovens à Crisma, que é um nível de estudo catequético da Igreja Católica. Na oportunidade, o Bispo, figura maior da Igreja Católica na região, fazia-se presente, o que torna um grande evento para a comunidade, uma vez que se trata de uma figura de liderança importante dessa instituição o mesmo reside na cidade de Parintins, e está presente na comunidade em eventos pontuais.

A partir das observações, a igreja envolve a todos, inclusive a escola, que vira sede da organização do evento. Apesar da devoção e dos comunitários preservarem os ritos da religião, não foi possível perceber durante a pesquisa o papel social da igreja. A comunidade apresenta diversas mazelas (o lixo, a água em contaminação, a poluição dos rios e das praias) e não existe um movimento dentro da igreja (nos referimos a campanhas, palestras e atividades) em prol a essas questões sociais e ambientais referentes aos espaços rurais.

O que move os comunitários dentro da igreja é a fé e a devoção, porém, as ações sociais da igreja são mínimas. Com a influência latente, acredita-se que essa organização deixa a desejar no papel político, social e econômico na vida dessas pessoas, uma vez que a expectativa é significativa nessa instituição social, para a qual eles doam o seu tempo, trabalhando nos ministérios (pequenos grupos dentro da igreja), e encaminham seus filhos frequentarem a catequese, ou seja a família inteira é envolvida.

Não cabe aqui o aprofundamento do assunto, e nem desqualificar o papel da igreja na vida dos comunitários, que têm a gênese da comunidade atrelada à igreja. Cabe tecer observações a partir das visitas na comunidade de demandas que requerem da igreja um posicionamento para com a realidade desses locais.

Diferente da Igreja, as estratégias criadas pela própria comunidade, a exemplo, das formas associativistas, são essenciais para a compreensão das dinâmicas de mobilização social na comunidade. O Associativismo é bastante discutido em diversas áreas de estudos, principalmente nas Ciências Sociais, uma vez que surge da necessidade de convivência e troca de experiências de um coletivo, adotada também pelas comunidades tradicionais.

Leonello (2010, p. 40) destaca a discussão acerca da temática *Associativismo*, e pondera que esta:

[...] situa-se no contexto da economia solidária, apresentando-se como uma alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social, na medida em que vem expressando o desejo das pessoas de satisfazer seus anseios coletivos, criando e recriando perspectivas de relações sociais participativas.

Partindo desse prisma, entende-se o associativismo como uma forma de organização sociopolítica sem fins lucrativos, que visa o bem comum de determinado grupo. A organização social através de associações também é uma forma de resistência das comunidades tradicionais, traçando possibilidades de autonomia e emancipação na autogestão desses lugares.

Para Nascimento (2016, p. 111)

O associativismo dentro da economia solidária possui um cariz político-organizativo bem definido. É um instrumento de organização do trabalho que serve não só para inserir aqueles trabalhadores que estão perdendo mercado nesses tempos de reestruturação produtiva e/ou que nunca foram inseridos no mercado, como também é uma ferramenta pedagógica de educação e formação dos sujeitos da cooperação.

As comunidades tradicionais possuem maneiras próprias de trabalho, pautadas na solidariedade, na coletividade, na troca, apresentando novas formas de pensar a economia, sem ser pela lógica do mercado industrial.

O Código Civil Brasileiro prevê a legalidade das organizações associativas nos artigos 53 a 61, pela Lei federal nº 10.406 de 10/01/2002, corroborando que “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. Na representação de uma pessoa jurídica, a associação composta por um coletivo deve ser registrada no cartório, entendendo que a mesma surge democraticamente em prol de um determinado grupo.

O associativismo no meio rural, em especial em comunidades tradicionais, veio agregar pois não se difere do modo de vida que os mesmos vivenciam no dia-a-dia, existindo uma relação solidária e recíproca nesses ambientes, principalmente através da relação de parentesco e vizinhança. Porém, o teor organizativo das associações articula força política, econômica e cultural, a qual de forma pacífica possibilita aos mesmos, lutar por condições materiais e sociais para sua existência, respeitando seus territórios e seus recursos naturais (CHAVES, 2001).

A comunidade Nossa Senhora de Nazaré tem uma associação, criada em 1996, chamada Associação dos Produtores Rurais de Nossa Senhora de Nazaré- Asprozaré. Ela foi uma das primeiras formas de organização social, além da igreja. Isso faz com que os moradores falem da associação com muito orgulho, apesar de atualmente ter enfraquecido a participação nas reuniões.

A Asprozaré, surgiu da demanda de nós, pequenos agricultores familiar, porque tinha que ter respaldo de organização para a gente ser reconhecido. No começo todos participavam das reuniões, cooperavam, a gente se ajudava e acompanhava o trabalho de todos associados (O. M, 2019)

A necessidade de criar a associação, apresenta-se por vários objetivos, entre eles, o de manter diálogos com o poder público e demais instituições a fim de mostrar a realidade da comunidade, fortalecendo a agricultura familiar que é uma fonte de renda/trabalho importante para os associados.

As associações de pequenos produtores e trabalhadores rurais mostram-se como novas formas de agregação social, com uma função de socialização e se constituem, hoje, como novos canais de participação e de representação. Prevalece no nosso entendimento de que se trata de organizações voluntárias, surgindo, portanto, da vontade e da decisão de um grupo ou de um segmento de classe, com objetivos pré-

definidos e relacionados às necessidades sociais numa dada realidade. (LEONELLO 2010, p 43).

A partir de relatos, percebeu-se que a Associação Asprozaré teve como um de seus principais objetivos, organizar a questão do ordenamento da agricultura familiar, denunciando as fragilidades da política de assentamento da Vila Amazônia do qual faz parte. Ou seja, os produtores não são assistidos quanto aos meios técnicos e humanos para obtenção de êxito na produção, surgindo assim, novas demandas e mazelas sociais.

Em 2019, os comunitários se reuniram com o propósito de mudar o nome e a proposta da associação para suprir a necessidade atual da comunidade. A associação passaria então a se chamar Associação dos Moradores, Pescadores e Produtores de Nossa Senhora de Nazaré-Amanazaré. A figura 15 retrata uma das reuniões para apresentação do novo estatuto da associação. Não foi possível ter acesso ao estatuto, pois não estava finalizado.



Figura 15- reunião dos comunitários onde foi apresentada a nova proposta de associação. Fonte: Trabalho de campo, 2019. (Foto: Daniela Canto).

A importância da mudança é justificada pelos moradores pela necessidade de tirar o foco do nome da associação, direcionada a agricultura familiar, uma vez que existem outras demandas dos associados, as quais querem dar visibilidade, como: os pescadores e os moradores de forma geral, e não somente a agricultura, como também potencializar a importância do ambiente e sua conservação. Eles acreditam que essa mudança pode trazer mais possibilidade na luta por seus direitos sociais, ambientais, culturais e econômicos.

Essas mudanças são compreensíveis, uma vez que as relações sociais são dinâmicas e não estáticas. Na comunidade Nossa Senhora de Nazaré houve mudanças que impactaram a luta dos moradores (a degradação ambiental, a falta de recurso material para a agricultura, a poluição das águas, entre outros), instigando os comunitários a se organizar de forma a cobrar o poder público por melhorias.

Os comunitários tentam legalizar a associação Amanazaré, uma vez que isso exige um custo, a exemplo as taxas de cartório e as taxas anuais, daí percebe-se a resistência dessas pessoas que mesmo diante de dificuldades, onde famílias passam por necessidades básicas, articulam-se em prol do bem de todos e do acesso a direitos constitucionais inerentes à pessoa humana.

Ao acompanhar esse processo, notamos a necessidade dos moradores de ter maiores esclarecimentos sobre as burocracias institucionais referente à associação o que pode trazer fragilidades em sua organização. Daí a importância da universidade nesse universo, com o papel de informar sobre as possibilidades da associação, bem como a burocracia exigida para sua criação, sendo essa uma função também dos órgãos públicos que têm a responsabilidade para com essas comunidades, em viabilizar informações que visem à autonomia dos mesmos.

O cooperativismo, assim como o associativismo, é pautado na economia solidária, e vem quebrando paradigmas econômicos atribuídos pelo sistema capitalista. Apesar de ser um tema em discussão atual, o cooperativismo não é algo recente nas sociedades, podendo ser encontrado em épocas adversas como o feudalismo (COSTA, 2007).

Costa (2007) explica que não se pode confundir o ato de cooperar com o cooperativismo, pois o primeiro se remete a ação mútua de colaboração entre os indivíduos de qualquer formação econômica, já o segundo está relacionado a um movimento social contrário à opressão do capitalismo concorrencial do século XIX.

Conforme o autor:

O cooperativismo é, portanto, um movimento social produzido por um determinado período do capitalismo, mais precisamente final do século XVIII e início do século XIX, período no qual o conflito entre capital e trabalho atingiu o seu ápice, e as péssimas condições de vida da classe trabalhadora fizeram com que homens como Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Benjamin Buchez (1796-1865), Louis Blanc (1812-1882), entre outros, que compunham a corrente socialista utópico, viessem a propor um ideal alternativo ao individualismo (o cooperativismo) e uma organização alternativa à empresa capitalista (a cooperativa). É a partir desses homens que a classe trabalhadora começa a se organizar e a reivindicar melhores condições de trabalho e vida. Daí surgem as associações, os sindicatos, os partidos políticos da classe trabalhadora, e, em particular, as cooperativas (COSTA, 2007, p. 58).

Sobre o cooperativismo, Costa (2007) destaca a contrariedade desse movimento à ideologia do sistema econômico vigente. O olhar cooperativista está atrelado à união de um determinado grupo por um bem comum, que não aceita os ditames do capital, que impulsiona o lucro e o consumo desenfreado.

Segundo Bandeira (2019), o cooperativismo chega ao Brasil através de imigrantes europeus. Tal imigração, que começou pelo Sul do país, possibilitou o movimento de organização nos setores de trabalhos, e mais tarde nas cooperativas de crédito. Concomitante a esse movimento surge a oportunidade de organização por meio de cooperativas para os produtores rurais e suas produções agrícolas.

A Lei 5,764, de 16 de dezembro de 1971 regulamenta a Política Nacional de Cooperativas, em vigor, o presente aparato legal, além de legitimar as cooperativas, possibilitou autonomia entre os cooperados para buscarem sempre avanços nessa perspectiva.

Entre os artigos da Lei 5, 764, destacamos os Art. 1, 2 e 14, pois trazem importantes elementos:

Art. 1º Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 14. A sociedade cooperativa constitui-se por deliberação da Assembléia Geral dos fundadores, constantes da respectiva ata ou por instrumento público.

A lei criada na década de 1970 foi fruto de lutas atreladas aos movimentos sociais que se espalhavam por todo país. Os coletivos como associações, cooperativas, sindicatos, entre outros, fortaleciam-se, reivindicavam e ganhavam espaços e reconhecimento legal. Todo esse processo sendo fruto de organização sociopolítica.

A comunidade Nossa Senhora de Nazaré tem, entre sua organização sociopolítica, a participação na Cooperativa de Agroturismo, Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental das Comunidades do Zé Açú- Coopazçu. A cooperativa surge em 2014, fruto de reuniões entre professores e pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas-UFAM com lideranças da região, com intuito estabelecer estratégias para o um desenvolvimento socioeconômico sustentável nas comunidades.

Foi criado um Estatuto Social da Coopazçu, instituído no dia 15 de abril de 2017, regulado pela Lei do Cooperativismo e pelos princípios da autogestão, respaldando a

existência da mesma. No estatuto, constam os objetivos para os quais a associação foi criada, sendo eles:

- Art. 2º. I- Controlar serviços para seus cooperantes em condições e preços convenientes;
II- Fornecer assistência aos cooperantes no que for necessário para melhor executarem o trabalho;
III- Organizar o trabalho de modo a bem aproveitar as capacidades dos cooperantes;
IV- Realizar em benefício dos cooperantes interessados, seguro de vida coletivo e de acidente de trabalho;
V- Proporcionar, inclusive por meio de convênio, serviços jurídicos e sociais;
VI- Realizar cursos de capacitação cooperativista e profissional para seu quadro profissional;
VII- organizar os grupos de produção dos cooperantes empreendedores por ramo de produção e afinidade;
VIII- organizar e administrar o Fundo Rotativo de empréstimo para pequenos empreendimentos de geração de renda;
IX- Garantir a participação da Cooperativa de Agroturismo e Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental das Comunidades do Zé Açú (COOPAZÇU) nas iniciativas governamentais e não- governamentais que visem melhorar a qualidade de vida da população.
Parágrafo Único- A Cooperativa de Agroturismo e Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental das Comunidades do Zé Açú (COOPAZÇU) atuará sem discriminação política, racial, religiosa ou social e não visará lucro

O modelo cooperativista apresentou-se como proposta viável para uma organização estabelecida entre as comunidades. Mobilizar e sensibilizar a região como um todo para o turismo, pesca, agricultura, pensando em estratégias de trabalho e renda, bem como na conservação do ambiente.

A Coopazçu abrange 12 comunidades do Zé Açú, são elas: Nossa Senhora de Nazaré; Nossa Senhora das Graças; Paraíso; Bom Socorro; Santa Fé; Boa esperança; Nova Esperança; Vista Alegre; Toledo Pizza; Brasil Roça; Zé Miri e Máximo.

A comunidade Nossa Senhora de Nazaré, além de ser a primeira comunidade avistada no Zé Açú, também é onde se concentra a sede da Coopazçu. Essa comunidade é conhecida na região por agregar lideranças articuladas e que sempre estão dispostas a lutar pelas causas que envolvem o cotidiano comunitário. Atualmente, a liderança da associação é de responsabilidade do sr. Onezinho Muniz, morador da comunidade Nossa Senhora de Nazaré.

Os comunitários destacam com relação ao apoio na criação da cooperativa: “A universidade nos ajudou muito. O professor Brandão e a professora Sandra sempre estão por aqui nos ajudando a reunir e pensar nas atividades” (O. M, 2029).



Figura 16- reunião dos comunitários junto a universidade.
Fonte: Trabalho de campo, 2019. (Foto: Wendel Bandeira).

A figura 16 é referente a uma reunião da cooperativa Coopazçu com alunos e professores da universidade. É importante destacar o apoio institucional que a cooperativa teve desde sua criação. Nos anos de 2015 a 2017, a Coopazçu recebeu consultorias da Incubadora Amazonas Indígena Criativa-AmiC da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, o que possibilitou capacitações, palestras e reuniões entre os cooperados sobre variados temas em prol de uma maior participação e organização social.

Tal contribuição foi de grande relevância, pois motivou os comunitários a buscar melhores condições sociais, a exemplo: melhores condições na educação, reivindicando uma educação do campo; na saúde; na conservação ambiental; e também melhores condições de trabalho para a agricultura familiar. A cooperativa, hoje, passa por um momento não favorável e motivador, pois existe a necessidade da gestão, uma vez que há conflitos entre os cooperados. As narrativas levam a perceber que existe a necessidade de reestruturar a cooperativa e suas atividades fazendo com que as comunidades queiram participar.

Essas questões refletem negativamente e causam impactos nas reuniões atuais, não envolvendo um número expressivo de cooperados nas atividades. Todo processo de organização é desafiador, esse não é diferente e exige bastante energia dos comunitários, esses que muitas vezes estão cansados e desacreditados em dias melhores, quando não sentem suas vozes ouvidas e seus direitos atendidos.

Não podemos deixar de perceber o quanto a criação da cooperativa foi positiva, principalmente para comunidade Nossa Senhora de Nazaré. Questões problematizadas exigiram posturas dos comunitários que até hoje buscam alternativas para solucionar, uma delas é o turismo.

A demanda do turismo requer estrutura e essa é uma das tantas dificuldades encontradas. Em 2019, houve algumas atividades para arrecadar renda para a construção de uma cozinha que atendesse ao turismo, infelizmente os lucros não suprem essa demanda, além da falta de uma gestão eficaz nas iniciativas.

O Zé Açú é uma das regiões ao entorno de Parintins que mais recebem turistas. No entanto, trata-se de um turismo informal, as lanchas entram no lago, usam as praias, trazendo seus alimentos e bebidas, concomitante seus lixos, e depois vão embora. Isso se apresenta como algo preocupante para os comunitários, que pretendem tornar o turismo sustentável na região, visibilizando as comunidades, sua culinária, cultura e ambiente.

Segundo relatos de uma comunitária: “O Zé Açú é a região de Parintins que mais entra turista, nessas viagens ficam os descartáveis e quem fica prejudicado é nós. Ninguém tem estrutura pra receber turista, pra ele contribuir com a comunidade. Não temos um flutuante” (F. M, 2019).

Entre as atividades para 2020, estava previsto o torneio de canoa a velas, que iria acontecer em maio, mas foi adiado por conta da pandemia do COVID-19, assim como as demais atividades. A vela que é colocada nas canoas é confeccionada pelos próprios moradores, sendo uma prática tradicional, pois era bastante utilizada pelos antigos moradores para o deslocamento, pois não existia ainda motores rabetas. O intuito do torneio é movimentar a região para atrair turistas, bem como, garantir uma renda extra para a cooperativa. As redes sociais (páginas no facebook) são instrumentos de divulgação do evento.

De acordo com um relato de uma moradora:

Eu mesma faço as velas, aprendi com meus pais. Eu nunca aiis tinha visto isso aqui, quando soube da ideia do torneio fiquei muito feliz, ao menos nossos netos vão poder ver o como era que antes a gente se locomovia, sem ser a remo. Talvez, se não fosse por esse torneio eles nem iriam ver (F.M, 2020)

O cooperativismo transcende a ideia de divisão do trabalho que existe nas comunidades tradicionais, tornando-se também uma ferramenta na valorização da cultura, da memória, do ambiente e do processo sócio-histórico que as comunidades estão inseridas.

Existe na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré uma reinvenção dos comunitários em seu modo de vida, fruto da resistência aos processos colonizadores e de exploração, as pessoas insistem em permanecer onde seus pais nasceram e morreram. Porém, não sabem se é o melhor para seus filhos, pois percebem na luta de uma vida inteira e avanços que não suprem nem a fome diária de muitas famílias.

O associativismo e o cooperativismo devem ser pensados atrelados à políticas públicas voltadas para as especificidades das comunidades. Condições de trabalho e renda devem ser criadas na perspectiva da economia solidaria. “A nosso ver não adiantava os trabalhadores forjarem alternativas, terem pique, garra e vontade de trabalhar, se as pedras não fossem removidas do meio do caminho” (NASCIMENTO, 2016 p. 129).

Desafios são postos no cotidiano comunitário. Como já destacamos no capítulo I e II, a comunidade Nossa Senhora de Nazaré enfrenta dificuldades para seu desenvolvimento social, político e econômico. Apesar de se tratar de um assentamento regulamentado pela União, não são estabelecidos suportes técnicos e humanos para produção, tão pouco o incentivo com escoamento da produção.

Conforme Nascimento (2016, p. 129)

[...] os trabalhadores da economia solidária enfrentam grandes dificuldades e, no Amazonas, estas dificuldades são redobradas em razão da falta de logística, das grandes distâncias geográficas e da sociodiversidade de sua gente. Carece, verdadeiramente, que o Estado seja mais incisivo e presente com aporte financeiro e estrutura de pessoal com capital social para desenvolver a economia social nesta região.

O autor desvela as mazelas nas regiões do Amazonas, corroborando com a realidade apresentada nas falas e vivências na Comunidade N. S de Nazaré a partir dos estudos realizados. Percebe-se dessa forma que o associativismo e o cooperativismo precisam de apoio dos órgãos públicos, não tornando precárias as condições sociais, políticas e econômicas que dificultam a vida na comunidade. A organização sociopolítica é fundamental entre os comunitários, até como forma de resistência frente à negligência do estado brasileiro, responsável pela viabilização de direitos inerentes a essas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto amazônico, em especial as comunidades tradicionais, constituem debates acadêmicos necessários frente ao desmonte de políticas públicas que perpassam a realidade brasileira. Evidenciar as peculiaridades e particularidades que envolvem esses locais e pessoas requer do pesquisador uma postura ética e comprometida.

As comunidades tradicionais são parte intrínseca da formação sócio-histórica da Amazônia e refletem a rica diversidade cultural encontrada nesses contextos, a exemplo, no Amazonas, onde indígenas, quilombolas, ribeirinhos e caboclos se unem na luta pela resistência de seus modos de vida e pela conservação ambiental.

Como destacamos, Parintins é um município do Amazonas, conhecido pelo potencial cultural e natural, por suas extensas áreas de florestas, seus lagos de água doce, fauna e flora abundantes. As comunidades rurais são constituídas de povos com saberes tradicionais que traçam sabiamente relações com seus ambientes.

Assim, evidenciamos no presente trabalho a comunidade Nossa Senhora de Nazaré que foi fundada em 1982, a qual também, faz parte do Programa de Reforma Agrária do Assentamento de Terras da Vila Amazônia, e é reconhecida por suas lideranças que sempre buscaram estratégias de organização na região. De pessoas simples, que buscam seus sustentos da agricultura familiar, e da pesca nos lagos, desvelam culturas passadas por gerações, circunscritas no cotidiano comunitário e nas trocas de experiências.

As falas apontadas pelos comunitários, revelam desafios diários. Porém, existem relações simbólicas que marcam a vida na comunidade, impedindo a desistência por parte dessas pessoas de buscar melhorias para o lugar onde seus avós e pais viveram. Dessa forma, os comunitários reelaboram suas culturas e seus modos de vida organizando-se coletivamente.

A cultura e a relação com o ambiente na comunidade moveram a pesquisa problematizando os descasos por parte de Estado, da sociedade civil que realiza turismo nas praias e também dos fazendeiros da região, destacando a resistência dos comunitários diante de tais questões.

Os resultados da pesquisa possibilitaram perceber que a comunidade Nossa Senhora de Nazaré, mesmo em meio a projetos desenvolvimentistas e capitalistas impostos no sistema econômico vigente, cria estratégias de organização sociopolítica, reivindicando políticas públicas socioambientais que possam suprir a necessidade dos povos e comunidades tradicionais da região, considerando suas particularidades, para garantir seus direitos, desde os

básicos (água, saúde, educação, assistência) aos de melhores condições de trabalho e renda e de conservação ambiental.

Portanto, evidenciar as comunidades tradicionais da Amazônia ainda se faz necessário na academia, principalmente nos cursos de ciências humanas, uma vez que essas realidades devem ser evidenciadas e problematizadas, para que os direitos inerentes a essas pessoas sejam garantidos através de políticas públicas que contemplem suas necessidades no contexto da diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.W.B. **Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política a Amazônia.** Revistas das Associações Brasileiras de Reforma Agrária - ABRA. V.19. n. 1, p.4-16, abril/julho. 1989.

_____. Apresentação. In SHIRAISHI NETO, J. (org). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: Declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional.** Manaus: UEA, 2007.

ALBARADO, E. da C; VASCONCELOS, M. E. de O. **Por um currículo escolar do campo, das águas e das florestas conectado com o povo do campo em Parintins-AM.** Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2019.

BAUMAN, Z. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura.** Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BECKER, B. K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOOF, L. **Ecologia: Grito da terra, grito dos pobres: dignidade e direito da mãe terra.** Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

BRANDÃO, J. C. M. **Perdurabilidade da agricultura familiar no projeto de Assentamento de Vila Amazônia.** Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. UFAM. 2016.

CERQUA, A. **Clarões da Fé no Médio Amazonas.** Manaus: Imprensa Oficial, 1980.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

FAZENDA, I. C. A., et. al. **Interdisciplinaridade na pesquisa científica.** Campinas, São Paulo: Papirus, 2015.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa.** tradução Joice Elias Costa. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRAXE, T. J. P. **Cultura Cabocla Ribeirinha: mitos e lendas e transculturalidade.** São Paulo; Annablume. 2004.

FRAXE, T. de J; WITKOSK, A. C; PEREIRA, H. dos S. **Comunidades Ribeirinhas amazônicas, memória, ethos e identidade.** Manaus: Reggo edições, 2011.

GALVÃO, E. **Panema: uma crença do caboclo Amazônico.** In. Revista do Museu Paulista. São Paulo nº5. p. 221-225, 1951.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

_____, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HOBBSBAWM. E. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOMMA, A. K.O. et. al. **Imigração Japonesa na Amazônia: contribuições na agricultura e vincula com o desenvolvimento regional**. Manaus: Edua, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130340&search=amazonas|parintins>> Acesso em: 19 abril. 2019.

KOSIK. K. **A Metafísica da Cultura**. In. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LEFF, H. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes**. In. Diálogos e Saberes 17-24 Set/dez. 2009. Pdf

_____. **Epistemologia ambiental**. ed. 3. São Paulo: Cortez, 2002.

LEONELLO, J. C. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista. Franca, 2010.

LIRA, T. de. M.; CHAVES, M. P. S. R. **Comunidades ribeirinhas: organização sociocultural e política**. INTERAÇÕES. v. 17, n 1. p. 66-79. Jan/mar. Campo Grande, 2016.

LITTLE. P. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade**. In: **Revista: Anuário Antropológico 2002/2003**, p. 251-290. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

MENDONÇA, M. **As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do agro-hidronegócio em Goiás**. In: Revista Pegada, Presidente Prudente, vol. 16, n. Especial, p. 3-15, 2015.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MONTEIRO, S. T. **Anotações por uma história rural no Médio Amazonas**. Manaus: EMATER-AM, 1981.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.

NASCIMENTO, A. T do. **Economia Solidária e Cooperativismo no Contexto Rural: o trabalho autogestionário da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade N. Sra. Aparecida**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.

NODA, S.N. et al. **Papel do processo produtivo tradicional na conservação dos recursos genético vegetais**. In. Amazônia: uma perspectiva interdisciplinar. Rivas, A; Freitas, C.E.C (Org). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas. 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE BIOÉTICA E DIREITOS HUMANOS**. Comissão Nacional da UNESCO: Portugal, 2003.

PEREIRA, H.S. **Dialogando com a paisagem: uma análise ecológica da agricultura familiar da várzea do Rio Solimões-Amazonas**. Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas. 2002.

RAMOS, M. M. M. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: Território 11 – Baixo Amazonas**. Associação Boavistense para o Desenvolvimento Cultural Comunitário – ABDCC. 2007.

RIBEIRO, M. O de. A. **Desenvolvimento da Amazônia: a necessidade de uma nova abordagem**. In. Sistemas Abertos Sustentáveis SAS: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia. Ribeiro, M. O de. A; Fabrè. N. N (Org). Manaus: EDUA. 2003.

RICOVERI, G. **Bens comuns versus mercadorias**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SAHLINS, M. O **“pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção** (parte II). Mana, v. 3. n. 2, p. 103-150, 1997.

SANTOS, S de. B. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da ignorância**. 4 ed. São Paulo: Cortez. 2002.

SAQUET, M. M. A. **Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense**. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SCHONS, S. M. **A questão ambiental e a condição da pobreza**. Revista Katálisis. v.15, n. 1, p. 70-78. Jan/jun. 2012.

SILVA, M. A. P. da, et. al. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Amazonas**. Caritas Arquidiocesana de Manaus. Estudo Técnico – Manaus, agosto, 2010. 138 f.; il. Color.

SILVA, M. C. da S. **Territorialidades Rurais no Município de Parintins: *habitus*, circularidade da cultura e *ethos* ambiental na localidade do Zé Açu**. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. UFAM. 2015.

TONNIES, F. **Comunidade e Sociedade como entidades típico-ideais.** In: FERDINANDES, F. (Org). **Comunidade e Sociedade: Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação.** São Paulo: Nacional/Edusp, 1973.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1989.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos.** São Paulo: Brasiliense, 1957.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UEA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “**COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PARINTINS-AM: Dinâmicas organizacionais em Nossa Senhora de Nazaré, região do Zé Açu**”, sob a responsabilidade da mestrandia Daniela Glória Canto, que irá investigar a dinâmica da comunidade, caracterizando a mesma enquanto comunidade tradicional compreendendo as relações culturais, ambientais e a organização sociopolítica. A pesquisa tem como foco de análise a comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açu, situada no município de Parintins no Amazonas.

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

Sua participação na presente pesquisa é voluntária, sendo por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas. Como forma de respeito ao seu tempo e a sua disponibilidade, as entrevistas serão breves, não ultrapassando uma hora de duração e ocorrerão no período entre o dia 30 de agosto e 10 de janeiro de 2019. Se após consentir sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

2. RISCOS E DESCONFORTOS:

Nossa pesquisa levará em consideração as normas estabelecidas na Resolução Nº 304 de 09 de agosto de 2000, do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece as normas para a pesquisa envolvendo seres humanos – área de Povos Indígenas, as normas estabelecidas na Resolução CNS Nº 466/2012, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e as normas estabelecidas pela Resolução CNS N. 510/2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis à pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diante dessas

resoluções os ricos tornam-se mínimos, uma vez que a pesquisadora se compromete com a ética e a confidencialidade dos limites a ela apresentadas, respeitando, os costumes, atitudes estéticas, crenças religiosas, filosofias peculiares, diferenças linguísticas e estrutura política da comunidade, não admitindo qualquer forma de exploração física, mental, psicológica ou intelectual e social dos indígenas sujeitos da pesquisa assim como, não admitiremos situações que coloquem em risco a integridade e o bem-estar físico, mental e social destes.

3. BENEFÍCIOS:

Os benefícios esperados com o estudo para a comunidade serão de compreendê-la como comunidade tradicional em meio a uma sociedade que visa projetos desenvolvimentistas, percebendo na cultura e na relação com o ambiente a busca por existência desses povos ribeirinhos ou povos das águas, como são chamados. Visando com essa pesquisa valorizar o etnoconhecimento intrínseco nas comunidades tradicionais. Dessa forma, busca-se com a pesquisa também a ampliação de debate sobre essas questões abordadas na academia.

4. FORMAS DE ASSISTÊNCIA:

Sua participação é voluntária e se dará por meio de participação em entrevistas e respondendo questionários. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Se você precisar de algum tratamento, orientação ou encaminhamento por se sentir prejudicado por causa da pesquisa, todos esses procedimentos ficarão sob a responsabilidade do pesquisador que tomará as medidas necessárias para o atendimento.

5. CONFIDENCIALIDADE:

Todas as informações que o(a) Sr.(a) nos fornecer ou que sejam conseguidas por meio das entrevistas serão utilizadas somente para esta pesquisa. Seus dados pessoais e suas respostas ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum dos questionários ou gravações nem mesmo quando os quando os resultados forem apresentados. Os resultados da

pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

6. ESCLARECIMENTOS:

Para qualquer outra informação, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço comercial Av. Ipixuna, Nº 440, Centro, em horário comercial ou em qualquer horário pelo telefone (92) 994005207.

O(a) Sr(a) poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UEA em horário comercial, das 08:00 às 17:00h, no endereço Av. Carvalho Leal, 1777, Cachoeirinha, CEP: 69065-001, Fone: (92) 3878-4368. O CEP é um colegiado multi e transdisciplinar independente que existe na Universidade onde realizo este estudo e tem como um dos objetivos a defesa dos interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo pessoas.

Além do CEP, caso o(a) Sr(a) necessite de mais informações sobre a pesquisa, pode entrar em contato com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, que é outro colegiado responsável por regulamentar as pesquisas que envolvem seres humanos. O endereço e os contatos da CONEP são os seguintes: SRNTV 701, via W 5 Norte – Edifício PO 700, 3º andar, Bairro Asa Norte, Brasília-DF, Cep: 70719-049. Telefone: (61)3315-5877; e-mail: conep@saude.gov.br

7. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS:

Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma compensação financeira.

8. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO:

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelo pesquisador e, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

_____, _____ de _____ de _____.

Participante da pesquisa/responsável legal

Pesquisador responsável

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH
**COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PARINTINS-AM: Dinâmicas organizacionais
em Nossa Senhora de Nazaré, região do Zé Açú.**

Lideranças Comunitárias e Comunitários

NOME DA COMUNIDADE: _____ FORM.Nº. _____

DATA: _____

INFORMAÇÕES GERAIS

IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

Idade: _____ Sexo: () M () F

Estado Civil: () casado () solteiro () viúvo () amigado () separado

Local de Nascimento: () Na própria comunidade () Sede do Município de Parintins

() Outra comunidade: Qual? _____

() Outro Município Qual? _____

() Outro Estado Qual? _____

Qual o tempo de Moradia na Comunidade?

Sempre morou na comunidade: () sim () não

Caso a resposta seja NÃO, quais motivos para vir morar na comunidade?

COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA

() Nuclear- Quantas pessoas: _____ () Extensa- Quantas famílias _____ Total de pessoas: _____

MOBILIDADE

Tipos de transporte utilizados pelos moradores dentro comunidade:

Tipo de transportes utilizados pelos moradores para ir às outras comunidades rurais:

Tipo de transportes utilizados pelos moradores para ir à cidade de Parintins:

RENDA FAMILIAR:

De onde vem a principal renda familiar ?

RENDA SOCIAL: BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS RECEBIDOS PELOS

MORADORES

() Bolsa Família - () Auxílio Doença INSS - () Aposentadoria - () Pensão - () Outros

HABITAÇÃO

Tipo de moradia?

INFRAESTRUTURA

Água: Água: () encanada - () poço artesiano - () cacimba - () igarapé - () chuva

Outro: _____

A água é tratada: () não - () sim. Qual: () Clorada - () Fervida - () Filtrada - () Coada - () Outros:

Esgoto: Destino dos Dejetos

Rede de esgoto: () fossa séptica (banheiro dentro de casa) () fossa negra (banheiro fora de casa “casinha”) Outro: _____

Lixo:Lixo: ()queima - ()enterra no quintal - ()joga a céu aberto .Onde: _____

Energia:

Energia elétrica: ()sim : () rede pública ()Programa “Luz para todos” () motor ()não - iluminação a:
()querosene ()vela. Outro: _____

ACESSO AOS SERVIÇOS:

Saúde:

Quando adoece vai ao: ()Hospital na cidade ()posto de saúde da comunidade ()rezador ()usa ervas
medicinais - ()outros _____

Quais as doenças mais frequentes entre os adultos?

Quais as doenças mais frequentes entre as crianças?

Qual a forma mais comum de tratar as doenças?

Em caso de doenças graves como vocês fazem?

Onde fazem os partos?

EDUCAÇÃO

Como considera a educação na comunidade?

SEGURANÇA

Quais os principais problemas de segurança na comunidade:

FORMAS DE LAZER: ()Futebol - ()Festas Dançantes - ()Festas de Santos - ()Visita de Amigos -
()Leituras - ()Outros Jogos - ()Banhos nos rios e lagos - ()Assistir Televisão - ()Outros
.Quais: _____

PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS SOCIAIS

()Associação de Produtores - ()Conselho Paroquial - ()Conselho Comunitário - ()Grupo de Jovens -
Clube de Mães - ()Grupo de Esportes - ()Cooperativas - ()Outros

Quais: _____

RELIGIÃO

Entre os comunitários, tem mais de uma religião?

Qual a religião que prevalece?

Qual o tempo de Moradia na Comunidade?

Como os moradores cuidam do lugar onde moram?

() Acha importante e sempre participam

() Não participam dos debates sobre as questões ambientais

() Participam só as vezes

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH
**COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PARINTINS-AM: Dinâmicas organizacionais
em Nossa Senhora de Nazaré, região do Zé Açu.**

Roteiro de Entrevistas/Observação

- _ Como ocorre a dinâmica da família na comunidade? Tem diferença na seca para cheia?
- _ Por que do nome da comunidade?
- _ Qual são as fontes de renda da família?
- _ Pedir para descrever as manifestações culturais da comunidade (quais são, período, dias, como se organizam e etc.)
- _ Quem organiza a festa em honra aos santos?
- _ Quem participa?
- _ Quem iniciou?
- _ Quais as principais atividades que envolvem a festa?
- _ Qual é a sua opinião sobre a segurança na comunidade?
- _ Quais os principais problemas da comunidade?
- _ Quais as possíveis soluções?
- _ Como o senhor vê a questão da melhora na infraestrutura da comunidade?
- _ Quais os dias e horário dos barcos que fazem o traslado até a cidade? (pegar nomes dos barcos, tirar fotos desses barcos), perguntar a média do preço das passagens de barco.
- _ Quais as principais dificuldades de locomoção dos moradores para a cidade?
- _ Quantas escolas existem na comunidade e quais as séries atendidas?

Pesca

- _ Pedir para descrever a atividade, desde quando sai de casa até o seu retorno.
- _ Como é realizado a pesca nos logos e igarapés?
- _ Individualmente ou em grupo?
- _ Ainda pesca para vender ou só para o consumo?
- _ Se ainda vende: onde vende? Na comunidade? Na sede municipal?
- _ O senhor mesmo fabrica seus instrumentos de pesca ou já compra pronto?
- _ Se compra, é na cidade ou na própria comunidade?
- _ O que significa o lago do Zé Açu para o senhor?
- _ Qual a importância do mesmo?
- _ Antigamente o lago era mais farto em peixes? E como está agora?

Agricultura

- _ Pedir para descrever a atividade, desde quando sai de casa até o seu retorno.
- _ Quais as técnicas que utiliza para fazer a roça?
- _ Como o senhor ver a sua atividade de agricultor?
- _ Gosta do trabalho?
- Descreva como é o seu lote de produção agrícola?
- Fica longe de sua casa?
- Onde vende, na comunidade? Na sede municipal?
- Do que é produzido é tirado uma parte para seu consumo? Quanto?
- Como o senhor acha que poderia melhorar a sua renda com essa atividade?
- Além, do que o senhor faz, qual outra atividade gostaria de fazer para aumentar sua renda familiar?

Turismo

- Como ocorre o turismo na comunidade?
- Por que a comunidade decidiu trabalhar com a prática do turismo?

Entidades Organizativas

- Quais as entidades organizativas tem na comunidade (Ex: Grupos associativos, clube de mães, cooperativa de produtor rural, grupos religiosos, grupos esportivos) . Ano de criação, as atividades de cada grupo, quais suas relações com a comunidade, suas responsabilidades e suas contribuições.
- De qual entidade organizativa o senhor é líder?
- Qual o seu papel?
- Qual o papel da entidade?
- Quando ela foi criada?
- Como ela tem atuado na comunidade?

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA
Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-PPGICH
**COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PARINTINS-AM: Dinâmicas organizacionais
em Nossa Senhora de Nazaré, região do Zé Açú.**

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

TEMA: CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

1º momento

Como os comunitários se organizam para cuidar da comunidade e do entorno?

Como era o ambiente da comunidade há 10 anos, 20 anos?

Pelo fato da comunidade se estender ao assentamento da reforma agrária, como isso é trabalhado com os agricultores?

Quais os órgãos ambientais que prestam assistência à comunidade?

Quais órgãos ambientais deveriam ser mais atuantes na fiscalização e controle ambiental na localidade do Zé Açú?

Em sua opinião, um trabalho em conjunto entre a prefeitura e a comunidade melhoraria na solução dos problemas ambientais na localidade do Zé Açú?

Qual o papel da escola no processo de informação sobre o cuidado com a Comunidade?

Quais ações poderiam ser feitas na localidade do Zé Açú, para melhorar sua qualidade ambiental?

Existe na localidade, algum projeto para melhoria do ambiente?

Como o lago era referente a pesca há 10, 20 anos atrás?

Quais as estratégias de conservação ambiental a comunidade tem realizado?

2º momento

Ao realizar imagens de drone da comunidade, os comunitários puderam fazer análises a partir delas, situando a comunidade e seu entorno.

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O (RE) EXISTIR DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS: RELAÇÕES CULTURAIS, AMBIENTAIS E SOCIOPOLÍTICAS EM NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, REGIÃO DO ZÉ AÇU

Pesquisador: DANIELA GLORIA CANTO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 20370919.3.0000.5016

Instituição Proponente: Escola Superior de Artes e Turismo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.624.302

Apresentação do Projeto:

Trata-se da 1ª versão de projeto de pesquisa de Dissertação de mestrado cujo título é O (re)existir de comunidades tradicionais no município de Parintins: relações culturais, ambientais e sociopolíticas em Nossa Senhora de Nazaré, região do Zé Açú, na área de Ciências Humanas e Sociais.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVOS

Objetivo Primário:

“Apreender as dinâmicas cotidianas da comunidade de Nossa Senhora de Nazaré no que tange as relações culturais, ambientais e sociopolíticas”.

Objetivos Secundários:

1. “Caracterizar a comunidade de Nossa Senhora de Nazaré enquanto comunidade tradicional”;
2. “Apontar as estratégias de manutenção nas relações culturais e ambientais da Comunidade pesquisada”;
3. “Identificar como acontece a organização sociopolítica da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré frente às políticas desenvolvimentistas”.

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.624.302

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

“A implementação da pesquisa visa o comprometimento da pesquisadora com a ética, respondendo o que se propõe o estudo, respeitando a cultura e os limites particulares dos sujeitos, bem como criando estratégias que possibilitem ao máximo a aproximação do real, ou seja, da realidade que permeia a questão problematizada. No entanto, toda pesquisa está sujeita a “riscos” em sua implementação, por envolver outro universo, mas os riscos apontados pelo insucesso da presente pesquisa são mínimos pois, será esclarecido antecipadamente que o participante terá total liberdade para recusar participar da entrevista ou interrompê-la para preservar seu bem-estar, sem qualquer prejuízo. As identidades dos participantes não serão reveladas, tão pouco informações não autorizadas sobre seus conhecimentos tradicionais e informações pessoais, visando o respeito e o compromisso da pesquisa”. Adequado

Benefícios:

“Os benefícios esperados com o estudo para a comunidade serão de compreendê-la como comunidade tradicional em meio a uma sociedade que visa projetos desenvolvimentistas, percebendo na cultura e na relação com o ambiente à busca por existência desses povos ribeirinhos ou povos das águas como são chamados. Visando com essa pesquisa valorizar o etnoconhecimento intrínseco nas comunidades tradicionais. Benefícios para a academia: Os benefícios esperados com o estudo para a academia serão de ampliação dos debates sobre as comunidades tradicionais e suas relações culturais, ambientais e sua organização sociopolítica, compreendendo esse processo concomitante a dinâmica das sociedades, percebendo esses espaços como fonte de conhecimento na perspectiva da diversidade cultural”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

METODOLOGIA

1. Pesquisa qualitativa;
2. Estudo de caso;
3. Local: Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, situada na zona rural a margem do lago Zé Açú a 14 km via fluvial da sede municipal de Parintins-AM;
4. Participantes: as lideranças da comunidade e os comunitários;

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.624.302

5. Instrumento de coleta de dados: bibliografia, documentos, observação, entrevista, fotografias, questionários,
6. Tamanho da Amostra: 13

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Inclusão

“O critério de escolha dessas pessoas será: pessoas maiores de 18 anos e os com mais tempo na comunidade”.

Observação - “Os menores de 18 anos não serão entrevistados, sendo este, portanto, o critério de exclusão”
Não Adequado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. FOLHA DE ROSTO: assinada pela proponente, datada de 19 de agosto de 2019, e assinada e carimbada pelo Coordenador do Programa de pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UEA;
2. CARTA DE ANUÊNCIA: datada de 03 de agosto de 2019 e assinada pela liderança e representante da coletividade Nossa Senhora de Nazaré do Zé Açú, Parintins, Amazonas.
3. TCLE: apresentado em consonância com os requisitos da Resolução 466/2012 e 510/2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.
4. CRONOGRAMA: apresenta as etapas da pesquisa e o período de realização das mesmas, sendo que o trabalho de campo está previsto para o mês de outubro de 2019;
5. ORÇAMENTO: o projeto está orçado em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) oriundos de financiamento próprio.

Recomendações:

A pesquisadora deverá rever critérios de inclusão e de exclusão, tendo em vista que não se exclui o que não foi incluído.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo está completo e atende as resoluções do CNS. Diante do exposto, somos pela

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 3.624.302

aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1365096.pdf	06/09/2019 18:31:26		Aceito
Outros	Termo_de_autorizacao_para_utilizacao_de_imagem_e_som_de_voz.pdf	06/09/2019 18:29:23	DANIELA GLORIA CANTO	Aceito
Outros	CARTA_ANUENCIA.pdf	06/09/2019 18:28:48	DANIELA GLORIA CANTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa_detalhado.pdf	06/09/2019 18:23:14	DANIELA GLORIA CANTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCL_CONEP.pdf	06/09/2019 18:19:47	DANIELA GLORIA CANTO	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	06/09/2019 18:18:59	DANIELA GLORIA CANTO	Aceito
Brochura Pesquisa	Projeto_de_pesquisa.pdf	06/09/2019 18:16:51	DANIELA GLORIA CANTO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	06/09/2019 18:15:29	DANIELA GLORIA CANTO	Aceito
Folha de Rosto	Daniela_Canto_Folha_de_rosto.pdf	06/09/2019 18:03:36	DANIELA GLORIA CANTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 07 de Outubro de 2019

Assinado por:
Manoel Luiz Neto
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com